

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

MARIA APARECIDA MAZZANTE COLACIQUE

**INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA NO SOFRIMENTO PSÍQUICO DE
CRIANÇA E ADOLESCENTE ENVOLVIDOS COM PROCESSOS EM
TRAMITAÇÃO NA JUSTIÇA**

**São Paulo
2006**

MARIA APARECIDA MAZZANTE COLACIQUE

**INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA NO SOFRIMENTO PSÍQUICO DE
CRIANÇA E ADOLESCENTE ENVOLVIDOS COM PROCESSOS EM
TRAMITAÇÃO NA JUSTIÇA**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo, como parte dos
requisitos para obtenção do grau de Doutor em
Psicologia Clínica.

Área de Concentração: Psicologia Clínica
Orientador: Prof. Dr. José Tolentino Rosa

**São Paulo
2006**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Colacique, Maria Aparecida Mazzante.

Intervenção Psicológica no sofrimento psíquico da criança e do adolescente envolvidos com processo em tramitação na justiça / Maria Aparecida Mazzante Colacique; orientador José Tolentino Rosa. --São Paulo, 2005.

243 p.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicologia forense 2. Sofrimento 3. Intervenção psicológica
4. Winnicott, Donald Woods, 1896-1971 5. Criança 6. Adolescente
I. Título.

BF61

FOLHA DE APROVAÇÃO

Maria Aparecida Mazzante Colacique

Intervenção psicológica no sofrimento psíquico de criança e de adolescente envolvidos com processos em tramitação na justiça.

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor.

Programa: Psicologia Clínica

Aprovado em: ____ / ____ / ____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

**Ao Mário e a Amélia, por me acompanharem em todo o meu
caminhar**

AGRADECIMENTOS

São inúmeras as pessoas que me ajudaram a compor este trabalho, o meu muito obrigado é mínimo perto de todas os incentivos que recebi, durante todos estes anos:

- À Deus por me ter criado e presenteado com os pais que tive;
- Minha família, em nome dos tios Constância, Josefina, Orlando e das primas Terezinha, Neyde, Nilza, Donata, Nilze, Ana Maria, que sempre acreditaram e confiaram no meu desenvolvimento profissional;
- As primas Eliana e Nilde, que com carinho e esforço me ajudaram na correção e finalização do trabalho;
- Aos primos de todas as horas, Haddad, Antônio Carlos e João Carlos, que com dedicação e solicitude, sempre estiveram ao meu lado;
- As amigas em nome de Darcy, Vera, Ana, Luiza, Cristina, Valéria, Jeane, Jussara, pretendo oferecer um pouco do meu tempo, após o término deste;
- Fátima que disponibilizou muito do seu tempo de lazer e de trabalho para que eu pudesse finalizar a elaboração deste estudo;
- Aos meus amigos de sempre, José, Saldanha, Alípio e Antônio, me acompanharam durante todos estes anos;
- Minhas colegas de consultório, Ana Marta, Rita, Marlice e Terezinha, que poderei colaborar mais a partir de então;
- Ao meu orientador José Tolentino Rosa, que com tanta paciência e disponibilidade, arrumava tempo para orientar, sugerir os livros, e projetar várias nuances que compuseram a evolução da tese;
- Aos meus colegas e amigos, especialmente Ivonise, Maria Helena, Sérgio, Sueli, Tânia, com os quais continuo sempre aprendendo;
- Em nome da Profa. Dra. Léia Prizskulnik, Chefe do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo -PSC, quero deixar o meu reconhecimento a todos que participam deste Departamento e da Clínica Psicológica, bem como a própria Universidade pela oportunidade na execução deste trabalho;

- A Selene, Márcia, Marcelo e Rosiani, por todas as conquistas pessoais e profissionais;
- A Selma, companheira de luta e de desafios em todos os âmbitos do cotidiano, os meus mais sinceros agradecimentos;
- A Núbia, por me ajudar nas lides da casa;
- Aos meus pacientes que tanto me ajudaram a entendê-los, e assim poder crescer com suas experiências, proporcionando um espaço para reflexão do sofrimento psíquico diferenciado, aproveitar a liberdade e criatividade que tanto necessita o ser humano para se desenvolver.

Nada nos torna tão grandes, como uma grande dor
Musset (1810-1857)

Brincar de Viver

Guilherme Arantes

Quem me chamou
Não vai querer voltar pro ninho
E redescobrir seu lugar
Pra retornar
E enfrentar o dia a dia
Reaprender a sonhar

Você verá que é mesmo assim
Que a história não tem fim
Continua sempre
Que você responde sim
À sua imaginação
À arte de sorrir
Cada vez que o mundo diz não

Você verá que a emoção começa agora
Agora é brincar de viver
Não esquecer
Ninguém é o centro do universo
Assim é maior o prazer

Você verá que é mesmo assim
Que a história não tem fim
Continua sempre
Que você responde sim
À sua imaginação
À arte de sorrir
Cada vez que o mundo diz não

E eu desejo amar
Todos que eu cruzar
Pelo meu caminho
Como sou feliz
Eu quero ver feliz
Quem andar comigo, vem

Você verá que é mesmo assim
Que a história não tem fim
Continua sempre
Que você responde sim
À sua imaginação
À arte de sorrir
Cada vez que o mundo diz não

AGRADECIMENTOS	vi
EPÍGRAFE	viii
SUMÁRIO	x
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xiv
RÉSUMÉ	xv
I- INTRODUÇÃO	16
1-.A Difícil Aprendizagem do Sofrimento como Fator Modificador de Atitude.....	25
2- O Desempenho da Família: Figuras Paterna e Materna como Parâmetro de Saúde Mental.....	30
3-Sofrimento Acumulativo Diante das Tramitações Jurídicas.....	38
4- Manejo e a Mudança do <i>Setting</i> em Benefício de um <i> Holding</i> para minimizar o Sofrimento.....	48
5- Justificativa.....	56
6- Objetivo.....	59
II- MÉTODO	60
1 -Amostra.....	60
2 -Local da Pesquisa.....	61
3- Casos Emblemáticos.....	61
3.1 Caso Hélio.....	61
3.2 Caso Ivan.....	62

4- Instrumentos.....	62
1- Testes Seleccionados.....	63
2 -Ética Norteadora das Pesquisas.....	63
III- RESULTADOS.....	69
1. Casos Clínicos Emblemáticos.....	69
1.1 Caso Clínico: Hélio - 8 anos.....	70
1.2 Dados de Identificação	70
1.3 Antecedentes Familiares.....	70
1.4 Antecedentes Pessoais	71
1.5 Queixa Manifesta e Queixa Latente	83
1.6 Psicodiagnóstico	84
1.7 Objetivos da Psicoterapia	108
1.8 Evolução Clínica.....	112
2- Caso Clínico - Ivan - 19 anos.....	148
2.1 Dados de Identificação	148
2.2 Antecedentes Familiares.....	148
2.3 Antecedentes Pessoais	149
2.4 Entrevistas Iniciais.....	149
2.5 Finalização do Caso.....	172
3 -Análise dos Resultados.....	177
3.1 Considerações sobre o sujeito.....	177
3.2 Considerações sobre os familiares.....	178

IV- DISCUSSÃO	179
1-Redução das conseqüências traumáticas da violência nos processos jurídicos.....	180
2- Introjeção da figura paterna e materna na formação e na estruturação da personalidade.....	187
3- Modificação do <i>setting</i> , manejo terapêutico e facilitação do <i>holding</i> em dois	193
3.1 Mudanças significativas para Hélio (Caso 1).....	197
3.2 Modificações para Ivan (Caso 2).....	198
4- Avaliação Psicodiagnóstica.....	202
5- Ética como <i>holding</i> ao terapeuta diante de situações específicas.....	207
V- CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES	210
VI- REFERÊNCIAS	213
VII- ANEXOS	217

RESUMO

COLACIQUE, M. A. M. **Intervenção psicológica no sofrimento psíquico de criança e de adolescente envolvidos com processos em tramitação na Justiça.** 2005. 243 p. Tese (Doutorado). Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo.

O sofrimento faz parte da vida e o homem tem de dar-lhe um sentido como desafio de sua existência. No padecimento psíquico e físico surgem algumas questões fundamentais da existência humana a ser analisadas, como re-orientar a pessoa que sofre a descobrir nova adequação à realidade e a encontrar o *ethos* e o *pathos*. O objetivo deste trabalho foi pesquisar o sofrimento psíquico de pessoas sob atendimento psicológico envolvidas simultaneamente com processos em tramitação na Justiça, e intervir psicologicamente sobre o paciente e sobre seus familiares e responsáveis para encontrarem alívio às suas ansiedades, necessitando estabelecer alguns parâmetros diferenciados para o desenvolvimento da terapia. O suporte teórico adotado foi a psicanálise e outras concepções contemporâneas da mente humana. A concepção desta tese pressupõe diferentes níveis epistemológicos, articulando-se a projeção do psíquico com a vertente da psicanálise e das ciências sociais caracterizadas pela crise da representação da pós-modernidade. Os efeitos desses fatores recaem no indivíduo, na família e nas instituições. Foram estudados 10 casos, porém apenas dois foram selecionados por serem considerados emblemáticos, representando toda a amostra. A pesquisa versou baseada no Código de Ética do Psicólogo (CEP), balizando a dinâmica dos atendimentos nos casos apresentados e estabelecendo o *setting* como recurso para atingir um ambiente acolhedor de *holding*, dentro dos parâmetros permitidos sob os princípios fundamentais da Ética. Observou-se neste estudo a existência de um sofrimento psicológico singular nas pessoas que precisam da Justiça. Este sofrimento abrange danos morais, gerando instabilidade emocional e dificultando a execução das atividades que se apresentam no cotidiano. No desenvolvimento do trabalho algumas descobertas específicas motivaram certas reflexões e conclusões. A natureza da violência é singular e coletiva e surge como um problema de saúde psíquica, que acarreta por sua vez um aumento crescente da violência. Existem falhas no desenvolvimento do self, prejudicado pelas distorções de objetos internalizados e causados, por sua vez, pela situação de violência vivenciada. Quanto maior a distorção, maior o prejuízo emocional. A introjeção da figura paterna e materna pode significar um *holding* ou uma experiência desastrosa. A ajuda por parte dos familiares e responsáveis diante do impacto ocorrido nas diversas situações vividas pelos sujeitos é proporcional à qualidade do vínculo existente. As narrativas dos sujeitos contêm um discurso coletivo de elementos persecutórios como o desprezo, a vergonha, o medo, e o conflito intenso e contínuo. Verificou-se que tanto a vítima como o agressor, os familiares envolvidos e os responsáveis precisam de cuidados e merecem a oportunidade de receber atendimento psicológico, minimizando o impacto dos sofrimentos psíquicos diante dos processos jurídicos e aliviando os efeitos individuais e coletivos da violência.

Descritores: Psicologia forense, Sofrimento, Intervenção psicológica, Criança, Adolescente, Winnicott, Donald Woods, (1896-1971).

ABSTRACT

COLACIQUE, M. A. M. **Psychological Intervention in the psychic suffering of child and adolescent involved with processes in justice transaction.** 2005. 243p. Thesis (Doctorate). Clinical Psychology Department, Institute of Psychology, University of São Paulo. São Paulo.

The suffering is part of the life, and the man has as challenge of its existence to give a direction to it. In psychological and physical suffering, they appear some basic questions of the existence human being to be analyzed, such as, to reorient the person in suffering to discover new adequacy to reality, to find ethos and pathos. The objective of this work was simultaneously to follow psychological suffering of people under psychological consulting, involved with processes in transaction at justice; and to make psychological intervention with patient, family members, and responsible members to find relief for its anxieties, needing to establish some parameters, and differentiated development of psychotherapy. The adopted theoretical support was psychoanalysis and other contemporary conceptions of human mind. The adopted conception estimates different epistemological levels, articulating its projection of psychology and with the source of psychoanalysis and social sciences characterized by the after-modernity crisis of social representation. The effect of these factors fall again into the individual, its family and the institutions. 10 children and boys had been studied, but only two were selected for being considered an emblematic case, representing all population. On the basis of the Ethics Code of Psychologists, marking out with buoys dynamics of the consultees in the presented cases, establishing setting as resource to reach a holding environment, inside of the parameters allowed in the basic principles of the Ethics. The existence of a singular psychological suffering in the people was observed in this study whom they need Justice. This suffering encloses pain and suffering, generating emotional instability, and makes it difficult the execution of activities that it presents in the daily one. In the development of the work, some specific discoveries had motivated some reflections and conclusions. The nature of the violence is singular and collective, and appears as a problem of psychic health, that causes in turn an increasing increase of the violence. Imperfections in the development of self exist, wronged for the caused internalized object distortions, in turn, for the situation of lived deeply violence. How much bigger the distortion was, greater was the emotional damage. The introjection of paternal and maternal figure can mean a holding or a disastrous experience. The aid on the part of familiar and the responsible ones ahead of the impact occurred in the diverse situations lived for the citizens, the quality of the existing bond is proportional. The narratives of the citizens contain a collective speech of persecutory elements, as the disdain, the shame, the fear, and the intense and continuous conflict. As much was verified that the victim as the aggressor, familiar involved and the responsible ones, need cares and deserve the chance to receive attendance psychological, minimizing the impact of the psychic sufferings ahead of the legal processes as well as alleviating the individual and collective effect of the violence.

Index-terms: Forensic psychology, Suffering, psychological Intervention, Child, Adolescent, Winnicott, Donald Woods, (1896-1971).

RÉSUMÉ

COLACIQUE, M. A. M. **L'intervention psychologique dans la souffrance psychologique d'enfant et d'adolescent impliqués avec des processus en transaction dans la justice.** 2005. 243p. Thèse (Doctorat). Département de Psychologie Clinique, Institut de Psychologie de l'Université de São Paulo. São Paulo.

La souffrance fait partie de la vie, et l'homme a comme défi de son existence lui donner un sens. Dans la souffrance psychologique et physique apparaissent quelques questions fondamentales de l'existence humaine d'être analysé, tels comme, réorienter la personne en souffrance à découvrir nouvelle adéquation à la réalité, trouver leur ethos et pathos. L'objectif de ce travail est connaître la souffrance psychique de personne sous participation psychologique, engagée simultanément avec des processus dans transaction dans la justice ; et intervenir psychologiquement avec le patient, parents et responsables à trouver soulagement pour leurs anxiétés, en ayant besoin d'établir quelques paramètres, différenciés pour le développement de la psychothérapie. Le support théorique adopté est la psychanalyse et des autres conceptions contemporaines de l'esprit humain. La conception de cette thèse estime des différents niveaux épistémologiques, en s'articulant la projection du psychologique avec la source de la psychanalyse et des sciences sociales caractérisées par la crise de représentation de la post-modernité. Les effets de ces facteurs retombent dans la personne, la famille et dans les institutions. Ont été étudiés 10 cas, mais sélectionnés seulement deux parmi lesquelles considérés emblématiques, en représentant toute l'échantillon. La recherche a tourné sur base du Code d'Éthique du Psychologue (CEP), en balisant la dynamique des consultes dans les cas présentés, en établissant le *setting* comme la ressource pour atteindre un environnement accueillant, de participation, à l'intérieur des paramètres parmi les principes fondamentaux de l'Éthique. On a été observée dans cette étude l'existence d'une souffrance psychologique singulière dans les personnes qui ont besoin de la Justice. Cette souffrance inclut des dommages moraux, en produisant instabilité émotionnelle, et rend difficile l'exécution des activités qui se présente dans le quotidien. Dans le développement du travail, quelques découvertes spécifiques ont motivé quelques réflexions et conclusions. La nature de la violence est singulière et collective, et apparaît comme un problème de santé psychologique, qui cause à son tour une augmentation croissante de la violence. Ils existent imperfections dans le développement de *self*, endommagé par les déformations d'objets internalisés causés, à son tour, par la situation de violence vécue intensément. Combien plus grand la déformation, plus grande le préjudice émotionnel. L'introjection de la figure paternelle et maternelle peut signifier une participation ou une expérience désastreuse. L'aide, de la part des parents et des responsables devant l'impact présence dans les diverses situations vives par les sujets, est proportionnelle la qualité du lien existant. Les récits des sujets contiennent un discours collectif d'éléments persécuteurs, comme le dédain, la honte, la peur, et le conflit intense et continu.

Mots-clés : Psychologie basochienne ; Souffrance ; Intervention psychologique ; Enfant ; Adolescent ; Winnicott, Donald Woods (1896-1971).

I - INTRODUÇÃO

Tudo na vida tem o seu sentido, inclusive o sofrimento que dela faz parte. Em sua existência, cada ser humano necessita encontrar o significado de seu sofrimento para, entendendo-o ou não, aceitá-lo e vivê-lo, procurando vivê-lo da melhor forma possível.

Normalmente o conceito de sofrimento é utilizado tanto para o sofrimento físico quanto moral, embora a dor esteja mais ligada ao plano físico. Inúmeras vezes sofrimento e dor aparecem juntos, e conforme a intensidade de um, o outro é automaticamente atingido, tanto para mais quanto para menos. Os dois caminham sempre companheiros.

A autora deste trabalho baseou-se nas idéias de Jacqueline Barus-Michel por ter vivido exatamente aquilo que ela descreve: o sofrimento no homem paralisa o seu ser, o seu querer e o seu futuro, e o faz perder também seu passado, deixando-o sem sentido. Uma nova representação de si mesmo ocorre, porém negativa naquele período. Em alguns casos advém o trauma, que pode ser uma fração do sujeito: este é violentado pelo efeito do trauma, pois perde parte de si próprio:

O mal-estar, a doença, o patológico, literalmente o que é sofrido, é uma ruptura ou desestabilização dessa unidade e desse equilíbrio. Essa ruptura é experimentada como difícil de suportar, causando sensações desagradáveis, equivalentes, no plano psíquico, à dor física, podendo a dor psíquica e a dor física converterem-se uma na outra ou se sobreporem uma a outra. (VAISBERG; AMBRÓSIO, 2003, p. 18).

Diante do sofrimento, se o indivíduo se deixar levar pela queixa monótona, sem direção, isolado no tempo e no espaço, terá poucas perspectivas de mudança, pois ele não estará

permitindo que a esperança apareça. Sem dúvida, não é um comportamento fácil de assumir, mas é necessário começar a encontrar brechas dentro do próprio sofrimento para combater a paralisia.

O sentido do sofrimento para Frankl (1973, p.154) é assim justificado:

O sofrimento, como a necessidade, o destino e a morte, fazem parte da vida. Nenhum destes elementos se pode separar da vida sem se lhe tirar o sentido. Privar a vida da necessidade e da morte, do destino e do sofrimento, seria como tirar-lhe a configuração, a forma. É que a vida só adquire forma e figura com as marteladas que o destino lhe dá quando o sofrimento a põe ao rubro.

Quem escreve esse texto é alguém que viveu em um campo de concentração nazista e que poderia morrer a qualquer momento, como qualquer um de seus companheiros, mas que manteve a esperança de sair com vida daquele lugar, fomentando e compartilhando a esperança muitas vezes apenas consigo próprio.

Diversas pessoas passaram pelo sofrimento dignificando-o através de uma elaboração mental e espiritual, suportando-o e, por isto, deixando à sociedade um modelo a ser explorado individualmente, como Thomas More, São João da Cruz e François Van Thuan (MORE, 2002; STEIN, 2002; VAN THUAN, 2002).

Corroborar esse pensamento Gilberto Safra (VAISBERG; AMBRÓSIO, 2003, p. 55-56), cuja citação vale a pena ser aqui transcrita pela sua profundidade:

No padecimento, tanto psíquico quanto físico, aparecem no horizonte psíquico do indivíduo algumas das questões fundamentais da existência humana. O sofrimento re-orienta a pessoa humana em direção ao seu *ethos*. Quando se acompanha uma pessoa durante um longo período se tem a oportunidade de observar como o adoecimento de alguém é a cristalização de uma esperança. Se simplesmente abordamos esse adoecer tentando superá-lo, sem nos determos na esperança que ele

apresenta, perdemos de vista a singularidade da pessoa que nos procura. Quando uma pessoa em sofrimento vem até nós, em sua dor está contida toda a sua história com as suas realizações e impasses. Ali se encontra a criatividade originária do indivíduo em seu estilo de ser.

Esta pesquisadora entrou em contato com o sofrimento de várias maneiras, sendo levada a observá-lo, conduzi-lo e a vivenciá-lo, especialmente na relação psicoterapêutica.

Durante seus vinte anos de experiência profissional em duas instituições - uma privada e outra governamental -, na recepção para triagem e encaminhamento e no atendimento a pacientes em consultório particular, os quais apresentavam os mais variados problemas psicológicos, a autora do trabalho teve a oportunidade de lidar, perceber e entender o sofrimento humano dentro do contexto social e familiar considerado normal, e dentro do momento histórico e característico de cada década.

O diferencial do acompanhamento do sofrimento dos pacientes está na gravidade e na intensidade do problema e do trauma causado pela situação vivenciada, situação esta a que a terapeuta tinha de saber lidar e que se transformava num fator impactante diante do alto grau de sofrimento recém-apresentado por esses pacientes, que demandavam uma paralisia emocional frente à vida.

Cada paciente tem a sua natureza e, portanto, a sua forma de lidar com o sofrimento. Porém um paciente em especial chamou-lhe a atenção, talvez pelo fato de ter sido algo muito intenso e impactante, tanto para a família como para o menino e para si mesma, provavelmente até por ser o primeiro caso desse gênero que chegou às suas mãos.

Após o impacto, esta terapeuta começou a perceber os seus efeitos também nas pessoas que conviviam com ela no trabalho, como a ansiedade das secretárias que absorviam o sofrimento das vítimas - pois alguns pacientes falavam e choravam também na frente

delas, contando sobre os seus problemas -, as quais vinham ao encontro de algum alívio.

No início dos atendimentos clínicos ela procurou dividir o impacto dos casos recebidos com colegas, mas crê ter ficado paralisada pela resposta sugerida por uma delas: a de que era melhor ela própria dar conta desses casos sozinha e depois comunicar à colega os procedimentos que seriam adotados. Naquele momento, a pesquisadora percebeu que a colega não suportaria ouvir nem discutir nenhum dos casos sobre aquela temática. Mas como na vida existem sempre os dois lados, encontrou também pessoas que superaram com ela o impacto das primeiras mobilizações e que até lhe ajudaram na condução da pesquisa de forma magistral.

O foco deste trabalho se atém a pacientes com problemas que envolvem a Justiça. A inexperiência da autora diante deste contexto a obrigou a buscar mais informações vindas de pessoas, de instituições e de material bibliográfico, tendo enfim de pesquisar e estudar muito. Após o impacto inicial sofrido, percebeu que precisava ter muita esperança para encontrar saídas para os casos e para ser capaz de gerenciá-los bem.

O Papa João Paulo II, que sempre vivenciou o sofrimento e, em seus últimos anos, mais do que nunca em sua própria carne, escreve o seguinte acerca da pessoa de Jesus Cristo (FERNANDEZ CARVAJAL, 1990, p. 156-157):

Na sua atividade messiânica no meio de Israel, Cristo aproximou-se incessantemente do mundo do sofrimento humano [...] Era sensível a todo sofrimento humano, tanto do corpo como da alma. Ao mesmo tempo instruía, colocando no centro dos seus ensinamentos as oito bem-aventuranças, que se dirigem aos homens provados por diversos sofrimentos na sua vida temporal.

A terapeuta passou a tomar consciência dos segmentos sociais que, em geral, são acionados para aliviar o sofrimento das vítimas:

- a) **Família:** procura ajuda junto a instituições diversas e/ou junto a advogados, psicólogos, para saber como deve proceder diante de fatos impactantes;
- b) **Polícia:** investiga a queixa e a encaminha à Justiça para que esta apure mais detalhes e proceda às execuções das leis cabíveis;
- c) **Psicólogos:** especialmente os clínicos investigam, dentro de seu âmbito de trabalho, a maneira como lidar com o desenvolvimento emocional do cliente de acordo com a Ética Profissional do psicólogo e, ao mesmo tempo, respondem a um pedido formal da Justiça por meio de relatórios ou perante convocação de comparecimento à delegacia ou ao fórum criminal para depoimento. Este é um tipo de experiência muito diferente daquela vivida pelo profissional da área clínica.

As demandas são muitas, cada vez mais frequentes e de naturezas diversas, e envolvem qualquer faixa etária. Porém apresentam em comum o sofrimento diante de um acontecimento do qual o Poder Judiciário faz parte.

As pesquisas práticas realizadas num primeiro momento têm muito pouco a ver com pesquisas bibliográficas acadêmicas, porque tudo acontecia sob impacto e em meio à necessidade de tomadas de decisões rápidas que também tinham o seu respectivo impacto. Após algum tempo a autora encontrou artigos que, se soubesse de sua existência anteriormente, poderiam ter-lhe ajudado muito. Por outro lado, para algumas outras questões nada conseguiu encontrar, resolvendo escrever de modo a integrar o material pesquisado à vivência na área. A vida é feita de sombras e luzes e, pela prática, aprende-se à medida que os fatos vão acontecendo. Por meio das experiências dos outros são

escritas outras de caráter também pessoal.

Diante de fatores nada convencionais a terapeuta em questão não sabia qual ação emergia primeiro, ou se todas elas surgiam concomitantemente, como a criatividade, a necessidade ou a espontaneidade de arriscar. O sofrimento presente e real dos casos atendidos era escrito em doses homeopáticas, até porque não conseguia encontrar “tempo” para escrevê-los. Esse “tempo” se traduziu na busca de espaço emocional que abarcasse tudo o que vinha por parte dos pacientes e o que surgia em si mesma. Sabia que precisava escrever os casos e sentiu que existia mais um sofrimento acoplado ao do paciente: o dela.

Lembrou-se - e sobre isto se sentiu mais confortável - que estaria escrevendo sozinha temporariamente até que pudesse terminar o trabalho e dividir com os leitores suas impressões. Mas quando começou a escrever os capítulos relacionados com os casos clínicos foi preciso uma adaptação diferente ao seu ritmo normal: tinha de escrevê-los literalmente em pequenas doses, porque a carga de impactos que sentia durante o ato de escrever era a mesma que havia vivenciado quando do atendimento de cada paciente.

Após várias tentativas encontrou uma fórmula eficaz para escrever cada caso, dando continuidade a todas as atividades que deveriam ser desenvolvidas ao longo da jornada. Escrevia-os em média por dez a quinze minutos diários para que pudesse registrá-los minuciosamente, sem pressa, mas também sem longas pausas; sem desesperos nem atropelos, ou sem se esquecer de algum fato que poderia ser determinante em dado momento. Além disso, descobria detalhes que eram visualizados enquanto escrevia.

Conseguiu, assim, driblar o sofrimento dos fatos impactantes que nela se impregnavam. Entretanto, tinha de lidar com o fato de que, muitas vezes, após alguns dias, a situação se

tornava mais crítica do que o normal, e quando sentava para escrever, vinha a fome, o sono, lembranças de telefonemas ou compras que precisava fazer etc. Conclusão: nesses dias não conseguia colocar nada no papel, mas sentia a cabeça e a emoção borbulhantes. Deu-se conta de que o fator paralisante a rondava e que, em determinados momentos, ele estava dentro dela.

À medida que escrevia os casos percebia quão ricos eles eram e quão condensados estavam. A cada fato lembrado e transcrito, outras tantas idéias passavam pela sua cabeça e, com elas, certamente poderia escrever volumes e mais volumes. Mas ainda bem que há prazos e limites que norteiam e restringem o rumo a ser seguido.

Constatou também frases e sugestões que poderia ter enunciado em certas situações mas que, naquele devido momento, nem sequer pensou: na verdade, tudo foi uma somatória de experiências e aprendizado adquirido que avançou gradualmente, visando enfrentar e dominar o impacto.

Ao escrever diariamente os casos, embora num curto espaço de tempo, notava que permanecia em contato com o material ao longo de todo o dia e que, em seu decorrer, novas idéias emergiam do que fazer em cada caso. Surgiam lembranças de detalhes específicos bem como pensamentos de autores ligados a diversas teorias. Tudo isso não escolhia hora nem local, precipitando-se como cascatas. Portanto, muitos fatos foram escritos de forma nada convencional, mas de acordo com a demanda.

Com o passar do tempo e conforme eles se tornavam mais pesados para ser escritos, sentia a necessidade de mudar de sala, de levantar várias vezes da cadeira, de fazer qualquer outra atividade simplesmente para “refrescar” a cabeça e suportar o sofrimento causado com as lembranças que a situação lhe impunha. Estranhava ser preciso fazer isso

para escrever algo, pois este não era o seu hábito: sempre conseguia começar e terminar em tempo qualquer coisa a que se propunha fazer, especialmente escrever. De qualquer modo, pôde perceber que toda essa experiência foi importante para torná-la mais flexível com relação aos seus hábitos e, desse modo, conseguiu enfim terminar de escrever os capítulos ... Mas que sofrimento!

Donald W. Winnicott (1994, p. 80) expressa o sofrimento real que a demanda, por vezes, nos traz, fazendo-se necessária uma abordagem com alguns limites para que o próprio terapeuta possa dar conta de pacientes com um alto grau de sofrimento, visto aqui como fator impactante e tônica deste trabalho:

Tudo então aponta para o fato de que este trabalho é não apenas difícil, mas absorve uma grande quantidade de nossa capacidade de investimento psico-energético e pode facilmente acontecer que se possa conduzir dois ou, talvez, até mesmo três casos, mas não quatro ao mesmo tempo. De modo geral, é possível ter-se por vez somente um paciente que se ache maximamente enfermo.

Era necessário materializar o que se passava em sua mente e o que sentia até para poder refletir melhor sobre as condutas a serem tomadas. Notou que ao passar pensamentos e sentimentos para o papel, estes adquiriam uma forma nítida, extremamente clara. Embora precisasse fazer várias alterações quanto à redação – desde a concordância verbal, pontuação, parágrafos, plural, singular -, tudo ficava mais fácil, porque esse comportamento a incentivava a continuar escrevendo e a superar o sofrimento diante dos novos fatos. As idéias ganhavam corpo e estímulo e, ao final, essa atitude se tornou atraente: deixava de fazer qualquer coisa para escrever e pesquisar na bibliografia situações que pudessem se assemelhar ao que estava em pauta.

Nesse momento, porém, outra dúvida começou a pairar na evolução do trabalho: qual

seria a melhor forma da autora relatar sua pesquisa? Na primeira pessoa, com toda a carga do sofrimento vivido, ou na terceira, garantindo certo distanciamento e tornando o trabalho mais impessoal, abrangente e científico?

Diante do conflito e de mais um sofrimento desencadeado por esta situação, optou-se por transmitir a pesquisa de forma mais global e impessoal, o que contribuiu também para controlar melhor o sofrimento pessoal que ora aparecia durante o desenvolvimento do relato.

Esta decisão foi ratificada com a descoberta de um trabalho de Belmont (CATAFESTA, 1997, p. 301) no qual ele afirma que, mesmo com realidades difíceis e limitações, sempre há espaço para brincar, sonhar e reconstruir:

Se conseguirmos ser ‘terapeutas suficientemente bons’ e nos mantivermos brincando naquele espaço entre a dura realidade das limitações e o sonhar, talvez consigamos o que parecia impossível. Mostrar que *brincando e sonhando*, seja possível transformar e reconstruir.

Outros obstáculos foram vencidos e, após a superação destes, a autora deu-se conta de quão proveitosos foram – e até agradece por terem surgido -, pois representaram mais uma etapa no amadurecimento de idéias que, se antes lhe eram confusas, passaram a emergir em benefício da seqüência do trabalho. Utilizou o carro não apenas como veículo de locomoção, mas como um espaço no qual, em meio ao congestionamento, escrevia tópicos referentes à pesquisa e, até mesmo por exemplo, todo um item integrante de um capítulo quando do tombamento de uma carreta na Marginal do Rio Pinheiros. Numa dessas ocasiões lembrou-se também de uma frase de Winnicott (2002, p. 272), transcrita a seguir:

É evidente que os pacientes muito doentes [...] exigem demais da integridade do terapeuta, uma vez que necessitam de contato humano e de sentimentos reais e, no entanto, precisam confiar de forma absoluta na relação de que dependem ao máximo.

A pesquisadora nunca poderia imaginar que todo o trânsito que enfrentou durante esses anos em São Paulo se convertesse num espaço de reflexão e de escrita.

1- A Difícil Aprendizagem do Sofrimento como Fator Modificador de Atitude

Dentro da dor que lhe é característica será que o sofrimento não poderia trazer uma opção de mudança? Tendo de vivenciar o sofrimento, o indivíduo seria chamado a tomar consciência da necessidade de encontrar uma saída eficaz para a situação. O vazio, o descompasso, a quebra do ritmo de vida podem criar algo novo que induza a pessoa a pensar e a trabalhar visando superar o que está acontecendo. Talvez possa chegar a uma verdade objetiva pelas vias do sofrimento, despojando-se de suas idéias subjetivas e alcançando clareza suficiente para enfrentar da melhor maneira a realidade.

O ser humano só se arrisca com segurança quando o faz dentro de certos limites: quando vivido com a idéia de entendê-lo, o sofrimento pode tornar-se reparador e fortalecer o desenvolvimento da pessoa. Um exemplo que ilustra esse entendimento pode ser observado quando um menor infrator é pego e levado a um órgão reformador: ele prefere sentir na pele a dor física dos maus tratos do que absorver emocionalmente o fato de que não tem dinheiro, e que precisa trabalhar para conseguir dar conta de sua manutenção se quiser ter condições de fazer outras coisas, enquanto outros as conseguem com maior facilidade.

Voltada para o seu próprio sofrimento enquanto pesquisadora, ela encontrou algumas saídas concretas e de caráter psicológico que contradisseram as regras às quais se viu absorvida por várias décadas, pois percebeu serem ineficazes nos casos estudados no presente trabalho.

Adotando algumas mudanças relativas a certos aspectos profissionais, pôde diluir a paralisia que nela se fez presente. Eis alguns exemplos significativos dessas mudanças:

- Como conversar com uma pessoa na sala de atendimento sem fechar a porta, uma vez que o paciente entrou correndo e passou a expor o que tinha acabado de acontecer, segurando as mãos da psicóloga sem que esta pudesse fazer algo além de estar com ele? “O estar com ele” não seria o mais importante naquele momento?
- Como conversar com um paciente enquanto ele se segura na rede de proteção do hall por tentar escapar do prédio onde fica o Atendimento, com algumas pessoas ao fundo olhando-os - paciente e psicóloga - conversarem? Mesmo não sendo obviamente um lugar adequado, teria sido necessário falar-lhe ali mesmo algo que ocorrera durante a sessão para tentar demovê-lo da idéia de fugir e minimizar sua raiva. Novamente o “estar com ele” não teria sido o melhor, mesmo em tais condições?

Gilberto Safra (VAISBERG; AMBRÓSIO, 2003, p. 58) enfatiza a necessidade de o indivíduo receber atenção em meio a situações de sofrimento:

O mundo humano perde de vista a condição humana, esquece-se, por exemplo, de que em algumas situações de sofrimento o indivíduo precisa de **atenção**. Atenção é uma possibilidade de se estar frente ao outro e se deixar afetar pelo outro, de ouvir e de responder a ele. A atenção exige **tempo!** O ser humano necessita da linguagem solidária, mas também precisa de tempo e atenção. O tempo e a atenção curam.

É preciso pensar que cada paciente representa uma oportunidade diferenciada para os psicólogos tratarem seus problemas ou dificuldades e, portanto, todo o empenho desses profissionais deverá ser único, voltado especialmente para cada um deles e comprometido com o bem-estar e a verdade.

As tramitações jurídicas influenciam sobremaneira a dinâmica psicológica dos pacientes e daí então, o que fazer diante desses casos? Dar continência ao aqui e ao agora, em função da necessidade emergente. Nestes casos, o desempenho do psicólogo é muito específico, variando de acordo com cada caso.

Normalmente as pessoas ficam desorientadas, sem rumo, e o psicólogo pode orientá-las também no entendimento da situação jurídica prática, pois ocorre um embotamento no pensamento dos indivíduos envolvidos. Além disso, seu lado emocional é significativamente afetado, tendendo a atrofiar-se, a retrair-se, com prejuízo das mais simples tomadas de decisão que facilitariam o bom encaminhamento dos trabalhos. Para os profissionais da área jurídica é apenas mais um processo, mas para o paciente é um episódio que ele carregará por toda a vida e, algumas vezes, também arrastará o sofrimento a ele inerente por toda a existência.

A liberdade está na dor: durante o processo de dor, se a pessoa tiver ajuda, conseguirá aliviar um pouco o fator impactante e poderá encontrar outras formas de lidar com a situação. Sentir esta liberdade é um meio de considerar que aquele sofrimento não lhe foi tão desestruturante, sensação que talvez, de outro modo, o indivíduo pudesse não perceber.

O indivíduo ferido pela vida tende, em seu desespero, ferir o outro e, por esta razão,

torna-se necessário lidar com muita compreensão diante dos ataques que possivelmente ocorrerão para que o terapeuta não revide e não se torne igual ao paciente. É sabido o quanto sofrem essas pessoas e que, diante da aproximação do terapeuta, se sentem como porcos-espinhos, atacando-o de início, com medo de serem novamente atacadas. Falta-lhes muito amor e muita compreensão.

Winnicott (2002, p. 272) comenta sobre a atuação do psicólogo:

Um terapeuta é como outros profissionais, na medida em que, no seu trabalho, seu comportamento está num padrão superior ao de sua vida privada. Ele é pontual, adapta-se às necessidades do seu paciente e não expressa seus próprios impulsos frustrados no contato com os pacientes.

Diante do impactante esta profissional precisou, algumas vezes, ser orientadora - e por que não dizer “terapeuta temporária”? – de vários outros membros da família, visando tirá-los do choque para, posteriormente, encaminhá-los a outros profissionais. Os dizeres de Rosa (1998, p. 90) reforçam essa vivência:

El sentimiento de vergüenza que tenemos al caminar con nuestros dolores, cargando sufrimientos, nos plantea un problema existencial que es extremadamente humano: cómo vamos a hacer para encontrar personas que nos ayuden en este caminar y que puedan compartir hechos de su historia con nosotros. Es tan bueno encontrar un alma amiga en los caminos de la vida!

A psicóloga continuou a buscar recursos para trabalhar nos casos que chegavam ao Atendimento cuja demanda predominante envolvia a Justiça e, no caminho, encontrou estímulo em colegas de profissão com mais experiência e que lhe forneceram o incentivo de que precisava, além do apoio obtido, é claro, dos diversos autores consultados sobre o tema.

Winnicott (1978, p. 353) fala sobre a atuação do analista da seguinte forma:

Um analista tem que exibir toda a paciência, a tolerância e a confiança de uma mãe devotada a seu bebê; tem que reconhecer nos desejos do paciente, necessidades; tem que pôr objetivo; tem que parecer querer dar o que só é realmente dado porque o paciente o necessita.

Pensou sobre algumas mudanças no *setting*, embora as questões relativas à Justiça ainda se aglutinavam em infindáveis considerações.

Outra questão que rondava seus pensamentos estava relacionada a um fator de origem, que não conseguia definir. Passou a perguntar-se por que alguns casos se desenvolviam melhor que outros, quando as situações de sofrimento eram semelhantes entre si? Em alguns casos os pacientes conseguiam absorver o sofrimento e até falar sobre ele, sem se abaterem muito com as circunstâncias; mas outros, após o impacto e com uma re-orientação, será que conseguiriam seguir a vida a contento?

Refletindo sobre essas e tantas outras perguntas, a autora vislumbrou uma luz distante mas eficaz, e foi essa luz que perseguiu: a constituição familiar poderia ajudar a desvendar algumas dessas questões.

Deparou-se com situações em que a família poderia ser tanto um sustentáculo para a superação de problemas quanto um fator relevante de desorientação do sujeito, tornando-o um arremessador de problemas à sociedade.

2 - O Desempenho da Família: Figuras Paterna e Materna como Parâmetros de Saúde Mental

Nos processos iniciais do desenvolvimento da criança, base de seu crescimento emocional sadio ou perturbador, é preciso levar em consideração a qualidade do vínculo que é estabelecido com as figuras paterna e materna.

Algumas vezes Winnicott (1983, p. 41) se refere à criança utilizando o termo lactante para dar a idéia de uma criança muito nova, na fase anterior ao uso das palavras, fase em que ela depende quase exclusivamente dos cuidados da mãe.

Segundo Winnicott (1978, p. 274), existem três processos que parecem começar muito cedo na vida do lactante: (1) integração, (2) personalização e (3) realização.

O processo de integração é uma experiência de dois vértices: o primeiro refere-se aos cuidados com o bebê, voltado à satisfação de suas necessidades básicas, além do conforto do carinho e da proteção manifestados através do contato corporal, atitudes que construirão a imagem de pai e de mãe que acompanhará o indivíduo por toda a vida. O segundo vértice, tão importante quanto o primeiro, refere-se às experiências pulsionais, que darão o sentido de unidade ao indivíduo a partir de experiências interiores, garantindo a integridade de sua personalidade.

Na personalização, o lactante sai da fusão com a figura da mãe e passa a perceber o seu “eu”, diferenciado do “não-eu”: o bebê passa a ter um dentro e um fora, e um esquema corporal. A importância desta fase está na função de incorporar e de expelir, e gradativamente se torna significativo postular uma qualidade psíquica pessoal ou interna

a ele. A personalização ou a organização da trama psicossomática não significa apenas que a psiquê está em alguma parte do corpo, mas significa também que à medida que o controle cortical se amplia o corpo todo se torna o lugar da residência do *self*.

Sueli Hisada (2003, p. 3) escreve:

O conceito de mente deve ser estudado considerando o indivíduo em sua totalidade, o que inclui seu desenvolvimento desde os primórdios da existência psicossomática. O desenvolvimento da mente depende de fatores não pertencentes à esfera pessoal do indivíduo, incluindo acontecimentos fortuitos. A mente tem raiz no meio ambiente adequado.

A integração das experiências pode ser considerada a base da formação da personalidade do indivíduo. Por ser dinâmica, está em constante evolução, e por meio da orientação dentro do tempo e do espaço e da formação do conceito do esquema corporal surge a realização.

A realização aparece após o processo de integração e de personalização, caracterizando-se como uma apreciação do tempo e do espaço e de outras propriedades da realidade. O desenvolvimento emocional é altamente complexo e pode-se considerá-lo como algo natural, representando um grande avanço, porém nunca dado e estabelecido como definitivo.

Winnicott (1978, p. 280) afirma a vital importância da mãe:

A importância da mãe é vital especialmente no início e, realmente, a mãe tem como tarefa proteger o seu bebê de complicações que ele não pode entender ainda e continuar a fornecer, de maneira uniforme, o pedacinho simplificado de mundo que a criança, através dela, passa a conhecer. Somente sobre este alicerce pode-se construir objetividade ou uma atitude científica. Qualquer falha de objetividade que

ocorra em qualquer época se relaciona a uma falha neste estágio do desenvolvimento emocional primitivo. Tendo somente como base a monotonia, uma mãe pode enriquecer proveitosamente a vida de seu filho.

É necessário compreender o efeito que uma privação causa no emocional da criança ainda nos primórdios de sua vida e que lhe demanda sofrimento, e à luz desta percepção é possível fazer uma intervenção psicológica eficaz.

Winnicott (1997, p. 64) descreve a perda sofrida por crianças com muita propriedade:

É especialmente fácil para nós subestimar o efeito da perda nas crianças. As crianças são distrativas e a vida borbulha nelas, quer queiram quer não queiram. Mas a perda de um dos pais, de um amigo, ou de um animal de estimação ou de um brinquedo especial pode roubar todo o sentido da existência, de modo que aquilo que tomamos erroneamente como vida é o inimigo da criança, uma vivacidade que engana a todos, menos à criança. A criança sabe que esta vivacidade tem um preço.

Sob um olhar atento pode-se perceber quando as crianças não estão bem em seu emocional: ainda que não se saiba a causa em um primeiro momento, há condições de se desconfiar de algum fator que possa ter sido o desencadeante de problemas orgânicos ou da tristeza que se faz presente.

Quando não se leva em conta a tristeza e a desesperança de uma criança, ela poderá desenvolver uma falsa personalidade, ou uma personalidade jocosa, vazia de sentimentos.

Winnicott (1997, p. 65) descreve a evolução de uma criança com a personalidade vazia e dispersiva, e o seu desconforto:

...surge a queixa de que a criança nunca se concentra em nada, ou passa de um relacionamento para outro sem a capacidade de fazer amigos. Estas coisas podem

ser muito profundas e difíceis de curar; não obstante, é importante que não contribuamos para o estado desconfortável da criança, recusando-nos a permitir-lhe a tristeza e a desesperança reais, e mesmo idéias autodestrutivas que se relacionam diretamente à grave perda que ela sofreu.

Pai, mãe e responsáveis devem estar atentos não só ao aparecimento da tristeza na criança, mas a tentarem ajudá-la a ultrapassar a fase da perda, ainda que necessitem da ajuda de profissionais.

Junto à experiência vivida com crianças e suas mães, Winnicott (1997, p. 65) comenta, com uma sabedoria ímpar, o que pode ser feito para minimizar os efeitos maléficos da dor:

Quando vemos uma criança infeliz e retraída certamente podemos fazer mais ao acolhê-la e sustentá-la com simpatia do que ao empurrá-la para um estado de falsa vivacidade e esquecimento. Se ficarmos por perto e esperarmos, geralmente seremos recompensados por mudanças reais na criança, que indicam uma tendência natural a recuperar-se da perda e do sentimento de culpa que a criança tem mesmo quando, verdadeiramente, não contribuiu para o trágico acontecimento.

Não se pode pensar na vinda de uma criança sem que ela esteja inserida em um contexto mais amplo e acolhedor, como no seio de uma família. Winnicott (1997, p. 70) lembra das famílias descritas nos textos de antropologia quando os pais estão tão integrados à estrutura da sociedade que parece que os tios, os avós e, talvez, até os sacerdotes, sejam mais importantes do que o pai e a mãe reais.

Carlos Neumann (2003) analisa que, nas diferentes culturas, o papel do pai era ser um agente de ligação da criança com a família, com a sociedade e com a cultura, propiciando um aprendizado mais completo da vida.

Sobre a figura do pai, Valdir Reginato (2004) discorre que existe data para começar essa função, mas que não há término, não há aposentadoria. A paternidade é uma das formas mais vivas da manifestação do amor vivido pelo homem em todos os tempos.

José Otávio Fagundes (2003) eleva a figura humana do pai comparando-a à figura do Pai Celestial, percebendo-o como o organizador, o protetor e o amparador de toda a estrutura familiar.

A afirmação de Winnicott (1997, p. 70) – que os pais conhecem melhor as necessidades de seus filhos do que a sociedade porque eles estão diretamente envolvidos - é uma questão a ser revista hoje em nosso meio.

O sentido de uma família mais ampla, envolvendo tios e avós, fortalecia muito a criança porque esta sempre tinha a quem recorrer diante das dificuldades que encontrasse caso os pais não estivessem por perto. Quanto mais laços afetivos a criança tiver na vida quando pequena, mais experiências de contatos ela terá, o que poderá torná-la mais estável no futuro.

Winnicott (1997, p. 70) discorre ainda sobre o conceito de família da seguinte maneira:

Por trás da idéia de família existe o reconhecimento da necessidade inicial da criança pequena de uma versão simplificada da sociedade, que possa ser usada para os propósitos de crescimento emocional essencial, até que o desenvolvimento crie na criança uma capacidade de utilizar um círculo mais amplo, e na verdade um círculo que se amplia cada vez mais.

Caso o círculo da família tenha sido suficientemente bom, a criança poderá atuar no círculo maior, que é a sociedade, com um aproveitamento sadio das situações que vierem a ocorrer em seu desenvolvimento.

Isto é tido como o mais adequado, embora atualmente nem sempre sejam encontrados pais suficientemente atentos às dificuldades dos filhos, e esta realidade dificulta sobremaneira a avaliação e o próprio tratamento psicológico.

Muitas vezes é preciso sensibilizá-los a darem conta da paternidade ou da maternidade que se fez presente em suas vidas. Em outros casos, é preciso encaminhá-los a uma orientação de pais - quando próximos aos filhos -; caso contrário será demandada aos avós a função dos pais. No contexto atual, esta realidade tem se tornado cada vez mais comum, ora porque um dos pais abandonou o outro e este precisa trabalhar; ora porque a mãe teve a criança na adolescência em um relacionamento fugaz; ora porque os pais não têm condições psíquicas e sociais para cuidar de seus filhos: são drogados ou estão presos.

Diante desse contexto, torna-se primordial ajuda dos profissionais envolvidos com as necessidades características do contexto familiar.

Winnicott (1997, p. 70) comenta a atuação profissional:

E os pais também precisam ser informados sobre o seu próprio valor, tanto para a criança quanto para a sociedade; aqui, vocês e eu entramos em cena em virtude da nossa posição profissional. Não é uma questão de propaganda, mas uma questão de colocar em palavras que os pais possam entender aquelas coisas que eles sentem e fazem e deixam de fazer, proporcionando assim informações que eles precisam a respeito de sua função.

Muitos pais não sabem exatamente como agir em determinadas circunstâncias e, por isto, erram às vezes devido ao desconhecimento de razões que poderiam facilitar suas atuações.

Há décadas atrás os pais até tomavam atitudes erradas, mas a segurança da família era de tal maneira sólida que os filhos retinham na memória a firmeza das atitudes de seus pais. Hoje em dia porém, mesmo ao tomarem atitudes consideradas corretas, os pais demonstram tal insegurança no momento de exercê-las que os filhos, ao perceberem a fragilidade de seus genitores, sentem abalada a confiança que possuem acerca do certo e do errado.

Diante desse quadro a sociedade tem sido obrigada a entrar mais e mais na vida privada dos indivíduos como forma de gerenciar e fortalecer a sobrevivência das famílias e dos menores em desenvolvimento.

A Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança, elaborada nos anos 90, fortalece a integridade da família para o bem-estar do ser em crescimento (KALOUSTIAN, 1998, p. 7):

A família é a principal responsável pela alimentação e pela proteção da criança, da infância à adolescência. A iniciação das crianças na cultura, nos valores e nas normas de sua sociedade começa na família. Para um desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança deve crescer num ambiente familiar, numa atmosfera de felicidade, amor e compreensão. Portanto, todas as instituições da sociedade devem respeitar e apoiar os esforços dos pais e de todos os demais responsáveis para alimentar e cuidar da criança em um ambiente familiar.

Se cabe à família fornecer todo esse contexto à criança em crescimento é necessário que esteja fortalecida em seu bojo, ou seja, marido e mulher devem “trilhar a mesma cartilha” - ainda que tenham as diferenças peculiares naturais a cada personalidade (e é importante que as tenham) -, visando aquilo que é primordial para o filho. Este pensamento é corroborado pelo médico Alves (PENTEADO; DIP, 1999, p. 202):

Ora, sabemos que a família bem estruturada e fundamentada em sólida união entre marido e mulher - cujo amor conjugal transborda-se em amor materno, amor paterno, amor filial e amor fraterno - constitui, sem a menor dúvida, o fator mais importante, o ambiente mais propício e mais saudável para o desenvolvimento integral de uma criança.

A família começa com a escolha do companheiro durante a fase de namoro, quando tanto a mulher quanto o homem buscam, através do relacionamento, a expressão de suas idéias tendo em vista um conjunto de fatores que vivenciarão ao longo de seu caminhar. Isto não garante necessariamente o “felizes para sempre” porque, após a escolha, haverá a necessidade de um contínuo e diário processo de amadurecimento frente às diversas situações pelas quais o casal passará, com a possibilidade ainda de ocorrerem complicações não previsíveis que podem levá-los à separação. Porém, os filhos continuarão tendo os mesmos pais e precisarão “sentir” a proximidade deles no transcorrer da vida.

Catafesta (1997, p. 63) ressalta que:

A sustentação no tempo de condições favoráveis ao desenvolvimento psíquico realizada pelos pais possibilita à criança trilhar o caminho do contínuo processo de integração de seu self. Sendo assim, as condições de desenvolvimento emocional da criança dependerão em grande parte das possibilidades dos pais desempenharem as funções necessárias a esse processo.

Marina Elly Hasson e Alexandrina M. A. da Silva Meleiro (RIGONATTI, 2003) relatam as diversas formas de abuso que podem ocorrer em uma família. Desavenças entre os pais, entre irmãos, entre pais e filhos, a desatenção e o desprezo para com o idoso e, especialmente, o abuso sexual na criança são fatores desencadeantes de problemas por toda a vida.

É primordial, portanto, haver programas preventivos com o intuito de orientar e fortalecer a dinâmica da família. A criminalidade diminui sensivelmente quando as famílias cuidam com carinho e compreensão dos seres que as compõem. Há de acrescentar-se a isto não somente o cuidado dos pais para com os seus filhos, mas também destes com relação aos seus pais, inclusive na velhice, como uma forma de agradecimento natural por tudo quanto receberam.

Sá (1987, p. 107-108) sugere:

A partir das discussões feitas sobre os fatores socio-familiares verifica-se que programas de prevenção ampla da criminalidade deverão ter como primeira meta a promoção da saúde na dinâmica familiar. Programas que visem a educação dos futuros pais, que visem tornar as relações na família mais saudáveis, isto é, menos arbitrárias, menos competitivas, menos castradoras, e, por outro lado, mais compreensivas, mais reasseguradoras e mais amorosas. A família deve propiciar modelos positivos de identificação.

É relevante a importância da estrutura familiar no desenvolvimento dos filhos como garantia de sua integridade emocional. A falta do suporte familiar pode levar a um sofrimento mais intenso e prolongado, desenvolvendo uma situação traumática que a pessoa levará pela vida toda.

3 - Sofrimento Acumulativo Diante das Tramitações Jurídicas

O sofrimento humano sempre foi área de interesse de estudiosos e pesquisadores que desejam entender as causas para comportamentos que levam a pessoa à adequação social ou à delinquência.

Masud Khan desenvolveu seu trabalho sobre trauma cumulativo baseado nos conceitos

freudianos acerca da compreensão do inconsciente, do desenvolvimento sexual infantil, das punções de vida e morte, e do conceito de ansiedade (1977, p. 57-59).

Khan (1977, p. 62) propôs-se a examinar a função da mãe em seu papel de escudo protetor e sua importância no trauma cumulativo durante o processo de desenvolvimento da criança utilizando o seguinte argumento:

...o trauma cumulativo resulta das fendas observadas no papel da mãe como escudo protetor durante todo o curso do desenvolvimento da criança, desde a infância até à adolescência, isto é, em todas as áreas de experiência onde a criança precisa da mãe como um ego auxiliar para sustentar suas funções do ego, ainda imaturas e instáveis.

O trauma cumulativo pode ser entendido através das tensões que uma criança experimenta em sua relação de dependência do ego para com a sua mãe enquanto escudo protetor e ego auxiliar.

Khan (1977, p. 62) ressalta ainda que o trauma cumulativo:

...é de ordem qualitativa e quantitativamente diferente daquelas vultosas intromissões realizadas pela declarada psicopatologia da mãe, já tantas vezes examinadas na nossa literatura acerca de crianças esquizofrênicas ou com padrões de comportamento decididamente hostis e destrutivos de crianças delinquentes.

Na opinião de Khan, as fendas não são exclusivamente traumáticas, mas carregam uma “tensão” que, apesar de não provocar uma distorção no desenvolvimento do ego ou na evolução psicosexual da criança, possui uma influência nociva sobre ambos.

O trauma cumulativo surge quando as fendas são repetidas no decorrer do tempo e entremeadas durante o processo de desenvolvimento, estabelecendo-se de forma silenciosa e invisível durante toda a infância até a adolescência, sendo por isto difícil de

detectá-las na infância, porém deixam marcas em todas as fases vitais do crescimento. Pouco a pouco essas fendas vão se instalando e se fixando até formarem os traços específicos de uma determinada estrutura de caráter.

A validade do trauma cumulativo pode contribuir para identificar com maior precisão o tipo de distorção do ego e do desenvolvimento psicosssexual do indivíduo, apurando o tipo de falha dos recursos ambientais que ocorreram na função da mãe como escudo protetor.

Khan (1977, p. 64) descreveu quatro aspectos importantes da experiência total de uma criança:

- 1- O papel do ambiente que cerca o bebê e sua contribuição para a liberação e estabilização de suas potencialidades e funções intrapsíquicas (cf. FREUD, 1911b, p. 220);
- 2- A sensibilidade específica de um bebê que faz exigências do seu ambiente primário, a que estou me referindo como o papel de escudo protetor da mãe;
- 3- O desdobramento dos processos de maturação, das funções autônomas do ego e do desenvolvimento da libido;
- 4- O gradual emergir do mundo interior e da realidade psíquica, com toda a complexidade das necessidades e tensões pulsionais e seu interjogo com as estruturas psíquicas internas e relações objetivas.

Nessa função de escudo protetor é importante avaliar o tipo de personalidade e o funcionamento emocional da mãe, quando Khan caracteriza como fracasso a intromissão das necessidades e dos conflitos pessoais da mãe em seu relacionamento com o bebê.

Quando os conflitos pessoais e as dificuldades emocionais da mãe interferem no seu

relacionamento com o bebê, o seu papel de escudo protetor estará desvirtuado, levando à relação de simbiose ou rejeição com aquele, cuja gravidade do trauma será definida pela natureza, pela intensidade, pela duração e pela frequência desse comportamento.

A literatura psicanalítica oferece três exemplos típicos de fracassos maternos como escudo protetor:

- 1- O mais grave e patogênico provém da exagerada instrução da psicopatologia da mãe;
- 2- O colapso do papel da mãe pode ser também consequência da perda ou da separação desta com o cônjuge, desencadeando um sentimento de desilusão e luto;
- 3- Alguma susceptibilidade constitucional grave ou deficiência física que a mãe não consegue resolver por sentir-se emocionalmente desamparada.

Para um crescimento sadio, a criança precisa de um mínimo de estabilidade básica e de confiança na função da mãe como escudo protetor. Este papel não deve ser passivo, mas ativo, demonstrado por uma atitude alerta, de adaptação e de organização.

Naqueles pontos em que houve fracasso no papel da mãe como escudo protetor abrem-se reações patogênicas que a criança não consegue eliminar, dando início a uma relação doentia e simbiótica com a mãe.

Se no processo de diagnóstico clínico for possível identificar quais as consequências dessa relação, saber-se-á como foi forjado o desenvolvimento do caráter do indivíduo, com o fornecimento de bases concretas para orientar a atenção e as expectativas do terapeuta.

É importante lembrar que embora o ego consiga sobreviver e superar essas tensões, o objetivo maior é alcançar seu funcionamento normal, eficiente e praticamente sadio,

promovendo alívio no sofrimento.

O processo de desenvolvimento do “trauma cumulativo” de Khan, relacionado com a função de escudo protetor da mãe para com o filho, incitou esta pesquisadora a refletir sobre o “trauma acumulativo” que as questões jurídicas impõem no dia-a-dia dos pacientes que a procuram.

A reconstrução do ego tem como objetivo não apenas aliviar o sofrimento ora vivido pelo indivíduo em função do processo jurídico no qual está envolvido, mas também de fortalecê-lo emocionalmente para enfrentar a lembrança da situação traumática que viveu.

Casos que possuem tramitação jurídica apresentam implicações que lhes são peculiares, uma vez que a Justiça recorre a uma dinâmica de medidas que visam o embasamento objetivo às suas decisões. Por tais razões, pessoas envolvidas com processos judiciais sofrem pela demora na sua tramitação, acrescida das diversas instâncias dos foros por que passam, especialmente dos criminais, situação que expressa sérios problemas pelos quais a pessoa atravessou até necessitar de um órgão daquela natureza.

É sabido que, para a Justiça, é de extrema relevância pesquisar e certificar-se de inúmeros detalhes que um episódio demanda com o fim de obter um esclarecimento a contento, atuação esta que se faz imprescindível também como forma de satisfação à sociedade, que busca um entendimento mais apurado dos fatos e das razões que os motivaram.

Algumas pessoas requerem os serviços da Justiça para defenderem seus direitos por se

sentirem lesadas por algum familiar, vizinho, ou amigo; ou por terem sido agredidas por pessoas desconhecidas (ladrões, assaltantes, homicidas).

Há também aqueles indivíduos cujos processos judiciais são abertos por iniciativa da própria Justiça por algum delito cometido, uma vez que a Justiça é o órgão defensor e disciplinador da convivência em sociedade.

Neste momento as instituições para menores infratores deixam muito a desejar, pois deveriam prepará-los para retornarem à sociedade visando o seu progresso pessoal e social. Algumas unidades da FEBEM proporcionam a possibilidade de alguns internos passarem por um processo de avaliação psicológica e mesmo de acompanhamento psicoterápico, visando sua reintegração social, embora Maria Adelaide Caires (2003) considere que seria melhor esses indivíduos terem a liberdade de buscar e obter o seu perfil psicológico por vontade própria e não por imposição de ninguém, pois desse modo seria garantida maior consistência de dados e maior veracidade ao trabalho clínico.

O perfil psicológico pode ser traçado utilizando-se o instrumento de avaliação denominado “Teste de Relaciones Objetales” (TRO), de Herbert Phillipson (1981), baseado em um método projetivo que pretende ajudar o psicólogo na avaliação das dinâmicas inconscientes do paciente no estudo de sua personalidade.

Este trabalho de avaliação da personalidade e de apoio psicológico seria deveras importante para o infrator suportar a situação de reclusão a que está submetido. Seria uma oportunidade para rever seus valores e reconduzir sua vida após sua saída da instituição.

Henriette Morato (VAISBERG; AMBRÓSIO, 2002, p. 54) descreve uma unidade da FEBEM semelhante ao descrito no segundo caso:

Assim que chega na unidade, o adolescente deverá se ater às normas estabelecidas pelos internos e por funcionários. Até mesmo a linguagem deve ser cuidadosamente usada. Ela é diferenciada ora marcando o não estar em casa (quando quarto é barraco, comida é xepa, banho é ducha, cama é jega ...) e ora a dupla interpretação da palavra (cabeça é globo, olho é vista, isqueiro é brasa ou bic, brincar é galinhar ...).

Este tipo de situação deixa o interno numa indefinição completa porque podem ocorrer brigas caso ele nomeie as palavras erradamente - mesmo que seja no início de sua estada na instituição -, o que aumenta muito a sua desorientação e gera um elevado grau de ansiedade, que pode estar relacionado ao contexto agressivo provocado pela situação em si.

Sá (1987, p. 21) escreve que existem microfatores negativos que influenciam o distanciamento do indivíduo da sociedade:

Como microfatores externos negativos haveria também o distanciamento do indivíduo em relação à cultura e aos seus valores, aos seus diferentes produtos e manifestações: escola, arte, religião, limpeza, estética, ética. Tal distanciamento, de um lado, contribui para uma neutralização ou atenuação dos mecanismos culturais de controle e imposição de limites e, de outro, contribui para o empobrecimento das formas de sublimação.

Com o tempo, esses microfatores fortalecem a dificuldade de regresso do indivíduo à sociedade.

Outra das dificuldades observadas nos casos atendidos com envolvimento da Justiça está relacionada à necessidade de comparecimento ao Fórum Criminal, situação desencadeadora de angústia e medo, pois a repetição do relato a cada novo depoimento

provoca uma nova vivência do fato: tudo o que foi gradativamente esquecido com o correr do tempo deverá ser lembrado, pois é imperioso à pessoa recordar os fatos quantas vezes for preciso em função das etapas a serem seguidas para o andamento do processo.

Antonio Serafim (RIGONATTI, 2003, p. 66) descreve a situação do comportamento criminoso em nossos dias:

A problemática do comportamento criminoso compreende não mais um fenômeno isolado de um determinado local, em um determinado estado ou país. Esta conduta anti-social constitui-se num fenômeno mundial e avassalador pela arquitetura e fisiologia cada vez mais estruturada e audaciosa. Sua conseqüência à sociedade e ao próprio indivíduo tem-se caracterizado principalmente como um fator psicogênico. As notificações e estatísticas diárias de crimes nos meios de comunicação tendem a provocar na população um elevado nível de insegurança e ansiedade, levando-a a um isolamento social, como já se observa em grandes centros urbanos, com residências sufocadas por grades de proteção, crianças sem áreas lúdicas, entre outras.

A dificuldade em lidar com a demanda do sofrimento tanto pelo fato em si quanto pelo envolvimento com a Justiça, seja em situação de defesa ou de pagamento das penalidades cabíveis, coloca os profissionais frente a algumas modificações nos atendimentos psicoterápicos.

Jan Abram (2000, p. 139) faz referência à importância do *holding* como uma espécie de manejo a que Winnicott fazia alusão em relação ao trabalho do profissional:

Com bastante freqüência Winnicott faz referência ao *holding* como uma espécie de manejo, em especial ao dirigir-se aos profissionais que no cotidiano lidam com pessoas que não podem tomar conta de si mesmas. Manejo foi também o termo

utilizado em relação ao cuidado dispensado a determinados pacientes do *setting* psiquiátrico, bem como na relação analítica. A graduação do manejo depende da patologia apresentada pelo paciente para que se possa estabelecer que tipo de *holding* é necessário.

O *setting* é o início da relação terapeuta-paciente, devendo proporcionar um contato suficientemente bom para que possa ser corrigida a atenção insatisfatória e deficiente nos estádios iniciais da vida do paciente. É a base direcionadora da conduta de ambos - terapeuta e paciente - estabelecida pelo terapeuta, com suas normas e limites para o atendimento.

A função do *setting* analítico é proporcionar ao paciente condições de sentir-se aceito e seguro, podendo chegar a ter esperanças de que as exigências que lhe faltaram nos primórdios do desenvolvimento poderão ser atendidas nesta etapa.

O estabelecimento do *setting* não implica necessariamente uma conduta rígida, e pode ser modificado de acordo com o momento psíquico de cada paciente e da demanda de convocação diante dos processos jurídicos.

O sofrimento desencadeado pela demanda jurídica leva à necessidade de um acompanhamento psicoterápico desses indivíduos na área clínica os quais, repentinamente ou não, se encontram diante de situações complexas e sem nenhum conhecimento sobre leis, prazos, documentação necessária etc., sem contar a longa espera para, muitas vezes, chegarem ao nada e precisarem começar tudo novamente.

A frustração frente aos obstáculos incita ao sofrimento mental. É necessário superar o medo do sofrimento para que o paciente possa se humanizar e desenvolver-se.

Rosa (2004, p. 3) escreve:

Superado o medo do sofrimento, o paciente se humaniza e se desenvolve. Não teme a dor e se desenvolve. Apesar da frustração, continua simbolizando o afeto como fenômeno psíquico em busca do objeto. Outra alternativa pode ocorrer. O afeto, ao encontrar situação frustrante, teme a dor mental. Em conseqüência, experimenta dor física, manifestação sensorial indicativa de que a frustração não foi superada. Como resultado, o afeto não se conserva e não se desenvolve.

Embora seja conhecido o fato de que nem sempre a Psicoterapia irá proporcionar os efeitos esperados frente à demanda de pacientes com uma carreira anti-social extensa, é importante lembrar que há casos com mais esperança que outros. Segundo Winnicott, a esperança é função da infância. A criança que experimenta o desespero em uma relação tem condições de suportar melhor a dor após ter experimentado a esperança. Winnicott (2002, p. 272) esclarece:

A psicoterapia destinada a tratar de uma tendência anti-social num paciente só funciona, como eu disse, se o paciente estiver perto do começo de sua carreira anti-social, antes de se estabelecerem ganhos secundários e habilidades delinquentes. Somente nos estágios iniciais é que o paciente sabe que é um paciente e sente, realmente, a necessidade de chegar às raízes da perturbação.

Em trabalho desenvolvido dentro de uma instituição que tinha por intuito recuperar pessoas envolvidas com a marginalidade, Margarida Mamede (1997, p. 12) pôde perceber que a dinâmica de funcionamento daquela entidade acabava acentuando os problemas sociais e morais:

Somos atualmente instigados e convidados a voltar um olhar para os problemas sociais e morais que desencadeiam a marginalidade porque acreditamos que as desigualdades provocam reações às vezes intransponíveis. A soma de todos esses

fatores é de extrema importância, quando se pensa em cuidar daqueles que são suas vítimas diretas.

Os problemas sociais que chamam atenção são exatamente os mesmos que precisam ser vistos sob um “olhar clínico”, com o fim de entender o grito desses indivíduos - que denota sofrimento e que, muitas vezes, é inaudível -, para que não gritem ainda mais e não se tornem, por isso, ainda mais marginalizados.

4 - O Manejo e a Mudança do *Setting* em Benefício de um *Holding* para Minimizar o Sofrimento

Para Freud, o material que o paciente apresenta ao terapeuta deve ser entendido e interpretado num primeiro momento para, depois, aparecer o *setting*, no qual o trabalho é realizado. Para Winnicott, o *setting* não fica em segundo plano, pois é tão importante quanto a interpretação. No final da década de 50, o *setting* transforma-se no ambiente que proporciona o *holding*.

Vale a pena lembrar os pontos do *setting* clínico para Freud, citados por Winnicott (1978, p. 468-469):

1. Todos os dias, em um determinado horário, de conveniência para paciente e terapeuta, Freud se coloca à disposição do paciente;
2. O analista aguarda o paciente, vivo e respirando;
3. No período pré-fixado de sessenta minutos, o analista deve manter-se acordado e preocupado com o paciente;
4. O analista deve expressar o seu amor através do interesse pelo material que o paciente traz, e deve expressar o ódio através da forma rigorosa de começar e terminar a

sessão, além do tema relativo aos honorários;

5. O objetivo da análise deve ser entrar em contato com o processo do paciente, compreender o material apresentado e comunicar esta compreensão por meio das palavras. A resistência implica sofrimento e pode ser minimizada pela interpretação;
6. O método utilizado pelo analista deve ser o da observação objetiva;
7. O trabalho deve ser realizado numa sala em condições adequadas, com os ruídos normais de uma casa, num local arejado e com luz suficiente, e com um divã onde o paciente possa se deitar confortavelmente. Pode haver cobertor e água;
8. O analista mantém o julgamento moral fora da relação, e evita qualquer comentário ou detalhe de sua vida com o paciente. Evidentemente, caso aconteça alguma catástrofe ou guerra, o analista não deve se mostrar indiferente;
9. O paciente pode confiar mais no analista no decorrer da situação analítica do que em pessoas da vida comum, e o analista não deve ter ataques de raiva ou paixão compulsiva;
10. Existe uma relação clara na análise entre o fato e a fantasia, não devendo o terapeuta magoar-se com algumas situações agressivas por parte do analisado;
11. Na relação terapêutica, não deve existir a lei de talião;
12. O analista sobrevive.

Para Freud, a observância de todos esses pontos revelaria a maturidade do analista, enquanto que para Winnicott (1978, p. 470), o *setting* deveria expressar-se como um *holding*, ou seja, uma maternagem na relação dual:

O *setting* da análise reproduz as mais antigas técnicas de maternagem. Convida à regressão pela confiança que inspira. A regressão de um paciente é um retorno organizado à dependência. O paciente e o *setting* fundem-se na situação de sucesso original do narcisismo primário.

Safra (1995, p. 36-37) apresenta uma descrição breve de dez pontos do *setting* por ele observados no decorrer de doze anos de trabalho com crianças, adolescentes e adultos, reunindo argumentos de Freud e de Winnicott:

1. O paciente é visto em horas estabelecidas por ambos;
2. Nas horas marcadas o analista compromete-se a comparecer pontualmente;
3. As sessões têm tempo limitado durante o qual o analista escuta o paciente atentamente;
4. O objetivo de cada sessão é acompanhar os processos psíquicos do paciente com a intenção de compreendê-los e de devolvê-los em palavras;
5. A sala deve ser tranqüila e permanecer assim durante todo o processo;
6. O analista não conta detalhes de sua vida particular, deixando de lado o julgamento moral;
7. O analista procura compreender as referências a ele e não reagir de forma neurótica;
8. O analista recebe pelo trabalho;
9. O número de sessões varia de acordo com o grau regressivo do paciente;
10. O término do processo é realizado de comum acordo, quando os objetivos foram alcançados (maior tolerância à depressão; capacidade de reparação; maior contato com a vida interior; prazer de usufruir a vida e de estabelecer vínculos significativos; maior capacidade de auto-análise).

A autora desta pesquisa reuniu conceitos e os desenvolveu à medida que eram aplicados na realidade prática; daí então, sentiu a necessidade de criar uma maternagem com o intuito de preparar os pacientes para enfrentarem as diversas situações que lhes surgiam.

A questão básica do *setting* é que este deve ser vivido a dois, tal qual uma criança o vive

com sua mãe. Sabe-se que sérias dificuldades ocorrem ao longo da vida do indivíduo decorrentes de uma deficiência no ambiente que vivenciou nos primórdios de sua vida.

Em seu trabalho sobre “Depressão infantil: um tipo especial de luto”, Colacique (1995, p. 46) aponta que:

As perdas sofridas com a separação variam com o grau afetivo de apego anterior ao afastamento, sendo que a elaboração do luto infantil decorre de dois aspectos: o primeiro é o mundo externo, conseguindo conter a sua angústia e o segundo é que, tendo a criança internalizado o objeto bom, enfrentará a realidade, diminuindo as reações hostis e poderá suportar a angústia da perda, evitando assim, a depressão.

Qualquer falha dos pais ou responsáveis na condução do desenvolvimento da criança poderá dificultar sobremaneira a integração de sua personalidade. O trauma vivido poderá impossibilitar o relacionamento a posteriori consigo mesmo e com o mundo. A função do terapeuta junto ao paciente seria a de facilitador em sua busca de confiança, possibilitando a integração dos aspectos de sua personalidade.

Baseado nos argumentos de Winnicott, Safra (1995, p. 32-33) verificou que:

A função de *holding* relaciona-se com a integração da personalidade do paciente. No processo analítico, ao se fornecer um *setting* confiável, permite-se que o paciente realize as regressões necessárias para a elaboração posterior. Winnicott afirma que, para que o terapeuta forneça esse tipo de segurança, ele precisa crer na natureza e nos processos de desenvolvimento que levam ao crescimento.

Diante do trabalho a ser desenvolvido na pesquisa era imprescindível ajudar o paciente e seus familiares a encontrarem alívio para suas ansiedades e estabelecer, ao mesmo tempo, alguns parâmetros, mesmo que não fossem os convencionais. Era necessário

estabelecer uma certa segurança na relação terapêutica para poder desenvolver o trabalho e, desse modo, o *holding* seria constituído pensando nesse novo caminhar. Reforça este comportamento Safra (1995, p. 35): “O analista com o uso da interpretação e do *setting* buscará aliviar as ansiedades persecutórias do paciente, com o objetivo de ajudá-lo a existir ou voltar a existir como pessoa total.”

Em vários momentos os acontecimentos surgiam muito rapidamente, o que ocasionava a sensação de perda do enfoque e de dúvidas a respeito do alcance, a contento, do que seria necessário fazer. Safra (1995, p. 35) alerta que, quando o analista não compreende o que está acontecendo na sessão e continua com um trabalho interpretativo - não levando em conta as necessidades psíquicas do paciente -, está criando um impasse que pode paralisar o processo psicoterapêutico. Frente a esta consideração, a pesquisadora atentou mais para o problema, uma vez que as sessões não poderiam repetir a paralisação que já acontecia na vida daqueles pacientes.

Nahman (2004, p. 380) afirma:

O analista, tal qual a mãe de um bebê, deverá estar apto a perceber qual a solicitação feita pelo analisando em um determinado momento, para poder responder adequadamente, ora priorizando os cuidados com o *setting* (que sempre vigorarão) ora dando primazia à comunicação simbólica de 2^a ordem. Assim, ele ajudará o paciente a não reprimir o seu verdadeiro self, mantendo atuantes a sua capacidade empática, a sua capacidade de identificação dual-porosa, a sua criatividade.

Buscou-se uma dinâmica que contemplasse todos os micro e macrofatores que surgiam, adequando-a simultaneamente ao *setting*. Pintor (2005, p. 188) afirma:

Para pacientes regredidos o *setting* analítico assume um significado especial e analogamente as experiências insatisfatórias poderão assumir o significado de

experiências corretivas, criando condições para que venha a ocorrer uma mudança psíquica.

A autora procurou avançar nas formas de acolher o paciente e seus familiares com vistas a aliviar o seu sofrimento e a ajudá-los na reorganização interna, melhorando sua qualidade de vida.

O diagnóstico dos pacientes foi baseado na classificação teórica de Winnicott (1978, p. 460), dividida em três categorias:

Primeiro- pacientes considerados como pessoas totais, integrados, normais, e cujas dificuldades aparecem nas relações interpessoais;

Segundo- pacientes em que a totalidade da personalidade está apenas em seu início e a análise se relaciona com os primeiros acontecimentos nos primórdios de sua vida. É a junção de amor e ódio, o estágio da preocupação mais conhecido por “posição depressiva”; e

Terceiro- pacientes cuja análise deve lidar com os estágios primitivos do desenvolvimento emocional, antes do estabelecimento da personalidade como uma entidade. Neste ponto a ênfase está no manejo quando, às vezes, o trabalho analítico comum fica suspenso por alguns períodos.

Winnicott (1978, p. 461) estabeleceu uma relação direta entre o meio ambiente e as características da problemática apresentada pelo paciente:

(...), em termos de meio ambiente pode-se dizer que, no primeiro grupo, estamos lidando com pacientes que desenvolvem dificuldades durante o curso normal de uma vida familiar, supondo-se a existência de uma vida familiar no período pré-

latência e de um desenvolvimento satisfatório nos estádios iniciais da vida. Na Segunda categoria, da análise da posição depressiva, lidamos com o relacionamento mãe-criança, especialmente por volta de época na qual o termo desmame se torna significativo. A mãe sustenta *holds* uma situação no tempo. Na terceira categoria, encontra-se o desenvolvimento emocional primitivo, no qual é necessário que a mãe realmente sustente o *hold* o bebê.

Os casos dos pacientes da pesquisadora foram identificados na terceira categoria de Winnicott de acordo com o desenvolvimento emocional primitivo, diagnosticado nas entrevistas devido a algum tipo de privação sofrida nas primeiras fases da vida.

Winnicott (1995, p. 181) relata seis categorias que podem ser consideradas úteis como um modo de classificação de casos de lares desfeitos:

- (a) Bom lar comum, desfeito por um acidente com um ou ambos os genitores;
- (b) Lar desfeito pela separação dos pais, que são bons pais;
- (c) Lar desfeito pela separação dos pais, que não são bons pais;
- (d) Lar incompleto, porque não existe pai (filho ilegítimo). A mãe é boa; os avós podem assumir um papel parental ou ajudar, em alguma medida;
- (e) Lar incompleto, porque não existe pai (filho ilegítimo). A mãe não é boa;
- (f) Nunca houve um lar.

Com base no Código de Ética do Psicólogo (CEP), a pesquisadora normatizou a dinâmica dos atendimentos nos casos apresentados, estabelecendo o *setting* como recurso para alcançar um *holding* acolhedor dentro dos parâmetros permitidos nos princípios fundamentais do Código.

Na busca de uma estratégia para definir alguns parâmetros maiores constatou-se que Marion Minerbo (2000, p. 46) delineou aspectos importantes de diversas concepções

relativas à mente humana, e que contribuíram na reflexão sobre os objetivos deste trabalho:

- 1) Considera a espessura emocional do mundo como projeção do psíquico, num recorte que privilegia a vertente *clínica* da Psicanálise;
- 2) Articula *psicanálise e sociologia* focalizando a subjetividade, na cultura do narcisismo;
- 3) Considera a sociedade de consumo enquanto *sistema simbólico* determinante da subjetividade;
- 4) Considera o inconsciente de uma época: *a crise da representação* na pós-modernidade e seus efeitos sobre a forma de ser das instituições e dos indivíduos.

Esses quatro recortes se fizeram presentes durante todo o desenvolvimento da pesquisa, mas foram sendo delineados com mais clareza somente após alguns atendimentos psicológicos.

5- JUSTIFICATIVA

Desde a sua graduação - ocorrida há vinte e sete anos -, a pesquisadora iniciou sua carreira profissional atendendo em consultório particular, em atendimento voltado às áreas de psicodiagnóstico e psicoterapia individual junto a crianças, adolescentes, adultos e famílias.

Somou-se à sua experiência profissional na área clínica a prática, em duas instituições, de entrevistas iniciais e de encaminhamentos de pacientes há cerca de vinte anos, dos quais onze dedicados ao atendimento em uma instituição de ensino público.

Durante esses vinte e sete anos de experiência avaliou os mais diversas casos que apresentavam dificuldades emocionais relacionadas a aspectos de aprendizagem, a aspectos sociais, profissionais, familiares e orgânicos, inclusive com acompanhamento domiciliar e hospitalar, quando necessário.

Porém, nos últimos seis anos de trabalho esta pesquisadora teve de atender casos que, além dos conflitos comuns diagnosticados, apresentaram problemas de natureza divergente do padrão a que estava acostumada. Além das dificuldades emocionais habituais, os pacientes passaram a relatar envolvimento com a esfera jurídica em seus mais diversos âmbitos, o que causava sobrecarga ao sofrimento que eles já traziam.

Diante do aumento da demanda e da gravidade dos casos que se apresentavam relacionados aos problemas jurídicos que os envolvia, a autora ficou muito sensibilizada pelo sofrimento e pela sensação de abandono que os pacientes manifestavam, mostrando total desespero e despreparo perante o desafio das questões advindas de várias esferas de suas vidas.

Esse fato motivou na autora um novo processo de reflexão e de amadurecimento com o intuito de contribuir para a solução do problema e de amenizar o sofrimento desses indivíduos.

A angústia e o desamparo desses pacientes diante dos acontecimentos de suas vidas, mais a demanda dos processos jurídicos, e o impacto desse sofrimento sobre si mesmos, impeliu-os a buscarem ajuda em alguém que os compreendesse e lhes desse apoio e orientação; enfim alguém que fosse o depositário de seu sofrimento e também de sua esperança. Embora no segundo caso, não houve uma demanda da própria pessoa na busca de uma ajuda, mas sim, da instituição ao qual estava recluso. Pode-se dizer que surgiu uma oportunidade para um alívio do seu sofrimento.

Esta pesquisa teve início, portanto, no acompanhamento desses sofrimentos causadores de paralisação, bloqueadores de qualquer pensamento ou ação orientada para a resolução ou alívio da dor provocada pelo fator impactante ocorrido.

Num primeiro momento, houve uma identificação com o sofrimento do outro como pessoa e a autora pôde perceber o desconforto emocional que isso causava. Diante do sofrimento alheio brotou o sentimento humano da fraternidade e a necessidade de encontrar um caminho para dar conta do alívio daquele sofrimento tão intenso que ora lhe era mostrado.

Em seguida percebeu que poderia ajudá-los mais com o seu conhecimento profissional, visando o alívio deste sofrimento e a melhora da qualidade de vida de todas as pessoas envolvidas.

Perante essas situações e a magnitude do sofrimento, a autora enveredou para o estudo

e pesquisa desses sentimentos, tais como a busca de um conhecimento mais apurado do sofrimento impactante causador da estagnação, da paralisia emocional, do choro intenso e freqüente, do sentimento de impotência e da fragilidade diante dos conflitos emergentes.

Com base em seu conhecimento prático e teórico e do respeito ao sofrimento humano, desenvolveu um processo de trabalho que poderá beneficiar todos aqueles que passam pelas etapas que integram um processo jurídico.

6- OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho focou a pesquisa do sofrimento psíquico de pessoas sob atendimento psicológico envolvidas simultaneamente com processos em tramitação na Justiça. O suporte teórico adotado foi a psicanálise e outras concepções contemporâneas acerca da mente humana.

A concepção desta tese pressupõe diferentes níveis epistemológicos, articulados em recortes heterogêneos entre si a respeito da realidade psíquica, com mediadores de ordem diversa baseados nos seguintes enunciados: (1) a dimensão emocional do mundo é uma projeção do psíquico, num recorte que privilegia a vertente clínica da Psicanálise; (2) a psicanálise e as ciências sociais permitem focalizar a subjetividade dentro da cultura do individualismo, ou seja, do narcísico; (3) a sociedade de consumo é considerada um sistema simbólico determinante da subjetividade; e (4) o inconsciente circula dentro de uma época caracterizada pela crise da representação na pós-modernidade e seus efeitos sobre a forma de ser das instituições e dos próprios indivíduos.

II- MÉTODO

Consta do método ora apresentado o relato integral do desenvolvimento de dois casos selecionados pela pesquisadora, dentre os dez pesquisados e estudados.

Foi descrito o local de sua realização, os recursos humanos, e os recursos materiais utilizados.

Os procedimentos realizados durante o processo de coleta de dados, incluíam além da orientação a posteriori, o acompanhamento psicológico aos envolvidos diretamente e a orientação aos familiares e responsáveis pelos pacientes, bem como apresentação dos resultados.

1- Amostra

Foram investigados dez casos para integrar a pesquisa, sendo oito atendidos pela própria pesquisadora; um tinha sido encaminhado por uma colega psicóloga, e outro por um advogado.

Para cinco deles foi possível agendar as sessões de avaliação diagnóstica e sessões de consultas psicológicas, dentro do enfoque da clínica do self, de Winnicott.

Por dificuldades várias, cinco não apresentaram grau de adesão compatível com os procedimentos da clínica psicanalítica.

Foram selecionados dois casos, o de Hélio e de Ivan, como sujeitos de um discurso coletivo, comum a famílias nesta situação. Também foram considerados como casos emblemáticos do dilema humano e sofrimento na clínica psicanalítica, tendo em vista

as considerações de Winnicott sobre a privação, as primeiras condições de vida do bebê e a delinquência como grito de socorro e, portanto, um sentimento de esperança.

2- Local da Pesquisa

As entrevistas iniciais e os atendimentos psicológicos dos dois casos apresentados, foram realizados em uma Clínica-Escola, com sala de atendimento contendo uma mesa e uma bancada com um microcomputador e impressora; três cadeiras, um armário, três quadros com temas de paisagens e outros dois com a seguinte mensagem: “VER a vida, as pessoas, as formas, é um detalhe. Mas [...] VIVER de bem com a vida, amando as pessoas, de todas as formas, é um detalhe que faz toda a diferença.”

3 - Casos Emblemáticos

Os dois casos selecionados foram escolhidos para servirem de amostra, devido a sua complexidade e riqueza de detalhes. Nesta amostra houve condições do terapeuta intervir de forma mais constante e abrangente, enriquecendo seus conhecimentos sobre a estrutura e o funcionamento psíquico do ser humano. O primeiro é o caso Hélio, e o segundo é o Ivan.

3.1 Caso Hélio

Trata-se de um menino com oito anos de idade, que sofreu abuso sexual por parte de um primo materno. Descreve-se este atendimento a partir do momento em que a mãe tomou conhecimento do fato até a busca por uma orientação, o atendimento ao menino

e à família, o comparecimento do profissional psicólogo à delegacia e ao Fórum, e a finalização do processo com a sentença dada pelo juiz.

3.2 Caso Ivan

Envolve um jovem com dezenove anos de idade, institucionalizado da FEBEM e que veio para atendimento psicológico a pedido do juiz, pois este pretendia solicitar sua transferência do regime penitenciário fechado para o aberto pois se encontrava numa idade além da permitida por lei dentro da FEBEM.

O caso relatado envolve desde a procura do atendimento por profissionais da Instituição, perante a carta do juiz, até os atendimentos realizados com o jovem e a finalização abrupta do caso devido a vários contratemplos.

4- Instrumentos

Por se tratar de uma área nova de atendimento para a pesquisadora, foi preciso elaborar um plano de ação para desenvolver um trabalho científico dentro dos moldes éticos.

O primeiro passo foi buscar orientação e esclarecimento dentro do Código de Ética. Concomitantemente a autora organizou e definiu uma estratégia de intervenção para a avaliação psicodiagnóstica dos pacientes, buscando dar continuidade ao seu trabalho no atendimento aos casos.

Os instrumentos utilizados abrangeram as observações clínicas, entrevistas e testes psicológicos para estudar a dinâmica da personalidade, dando condições para o procedimento de consultas terapêuticas de acordo com a abordagem winnicottiana.

1- Testes Seleccionados

Os testes seleccionados foram : TRO- Relações Objetais de Phillipson, e Desenhos com Histórias de Walter Trinca.

2- A Ética Norteadora das Pesquisas

A pesquisa e a ética tem seus limites questionados pelo pesquisador e a relação entre eles nem sempre deixa de ser ambivalente, pois, se, de um lado precisamos oferecer o melhor serviço para o cliente, de outro lado estamos insatisfeitos com o *status quo* e queremos ousar para obter uma melhoria no serviço prestado. Este é o fundamento da pesquisa em psicologia aplicada: o pesquisador obtém dados que colaboram para prestar serviços de melhor qualidade.

Códigos de ética regem todos os profissionais pertencentes a quaisquer áreas de trabalho com a finalidade de normatizar suas atuações e seus desempenhos frente às diversas situações que se lhes apresentam.

O Código de Ética Profissional do Psicólogo fundamenta a atuação dos profissional em princípios básicos como segue:

- I. o Psicólogo baseará o seu trabalho no respeito a dignidade e a integridade do ser humano;
- II. o Psicólogo trabalhará visando a promover o bem- estar do indivíduo e da comunidade, bem como a descoberta de métodos e práticas que possibilitem a consecução desse objetivo;
- III. o Psicólogo, no seu trabalho, procurará sempre desenvolver o sentido de sua responsabilidade profissional através de um constante desenvolvimento pessoal, científico, técnico e ético;

Códigos de ética regem todos os profissionais pertencentes a quaisquer áreas de trabalho com a finalidade de normatizar suas atuações e seus desempenhos frente às diversas situações que se lhes apresentam.

O Código de Ética Profissional do Psicólogo fundamenta a atuação dos profissional em princípios básicos como segue:

- I. o Psicólogo baseará o seu trabalho no respeito a dignidade e a integridade do ser humano;
- II. o Psicólogo trabalhará visando a promover o bem- estar do indivíduo e da comunidade, bem como a descoberta de métodos e práticas que possibilitem a consecução desse objetivo;
- III. o Psicólogo, no seu trabalho, procurará sempre desenvolver o sentido de sua responsabilidade profissional através de um constante desenvolvimento pessoal, científico, técnico e ético;
- IV. a atuação profissional do Psicólogo compreenderá uma análise crítica da realidade política e social;
- V. o Psicólogo estará a par dos estudos e pesquisas mais atuais de sua área, contribuirá pessoalmente para o progresso da ciência psicológica e será um estudioso das ciências afins;
- VI. o Psicólogo colaborará na criação de condições que visem a eliminar a opressão e a marginalização do ser humano;
- VII. o Psicólogo, no exercício de sua profissão, completará a definição de suas responsabilidades, direitos e deveres, de acordo com os princípios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948 pela Assembléia Geral das Nações Unidas.(acesso em: 24 out. 2004).(Anexo-F).

Cabe ao psicólogo ver o cliente como pessoa que busca o outro para conseguir entender a si próprio, com o fim de relacionar-se com o semelhante com respeito e compreensão.

O próprio Código de Ética cita que:

Na realidade, ninguém pode viver ao sabor de suas paixões e desejos momentâneos de onipotência. A satisfação das aspirações morais faz parte integrante do conjunto dos desejos humanos, pois nenhuma sociedade ou grupo pode viver fora de qualquer regra ou lei. A vida é uma contínua determinação, seleção e criação, não é apenas deixar-se viver. (acesso em: 30 out. 2004).

As regras fazem parte dos bons costumes e da vivência em comum, que orienta a vida à adaptação e à afinidade com as diversas situações que a realidade apresenta.

Nesse trabalho como os casos apresentados foram de pessoas que estavam envolvidas com a Justiça, a pesquisadora buscou no Código de Ética do Psicólogo a orientação para direcionar o seu trabalho, de forma fidedigna e transparente.

Segundo o Código de Ética, a relação do psicólogo com a justiça deverá observar os seguintes artigos:

Art.17º O Psicólogo colocará o seu conhecimento a disposição da Justiça, no sentido de promover e aprofundar uma maior compreensão entre a lei e o agir humano, entre a liberdade e as instituições judiciais.

Art.18º O Psicólogo escusar-se-á de funcionar em perícia que escape a sua competência profissional.

Art.19º Nas perícias o Psicólogo agirá como absoluta isenção, limitando-se a exposição do que tiver conhecimento através do seu trabalho e não ultrapassando, nos laudos, o limite das informações necessárias a tomada de decisão.(acesso em: 24 out. 2004).

Pautada nas informações e orientações do Código de Ética, a autora sentiu-se mais segura para colocar em prática todo o seu conhecimento técnico para atuar junto aos casos de justiça.

Do sigilo profissional, sabe-se que segundo o Código deverão ser observados os seguintes artigos:

Art.21º O sigilo protegerá o atendimento em tudo aquilo que o Psicólogo ouve, vê, ou de que tem conhecimento como decorrência do exercício da atividade profissional.

Art.22º Somente o examinado poderá ser informado dos resultados dos exames, salvo o casos previstos neste Código.

Art.23º Se o atendimento for realizado por Psicólogo vinculado a trabalho multiprofissional, numa clínica, empresa, instituição ou a pedido de outrem, só poderão ser dadas informações a quem as solicitou a critério do profissional, dentro dos limites estritamente necessários aos fins que se destinou o exame.

§ 1º Nos casos de perícia, o Psicólogo tomará todas as precauções, a fins de que só venha a relatar o que seja devido e necessário ao esclarecimento do caso.

§ 2º O Psicólogo quando solicitado pelo examinado, está obrigado a fornecer a este as informações que foram encaminhadas ao solicitante e a orientá-lo em função dos resultados obtidos.

Art. 24º O Psicólogo não remeterá informações confidenciais a pessoas e entidades que não estejam obrigadas ao sigilo por Código de Ética ou que, por qualquer forma, permitam a estranhos acesso a essas informações. (acesso em 24 out. 2004).

O Código de Ética, em seu Artigo 26, comenta que: “O sigilo profissional protegerá o menor impúbere ou o interdito, devendo ser comunicado aos responsáveis o

estritamente necessário para promover medidas em seu benefício”.(acesso em 24 out. 2004). (Anexo-E).

Portanto, a base de qualquer relacionamento é a confiança e, no caso do elo terapêutico, acrescenta-se àquela a credibilidade, pautada em certas informações que o cliente deve ficar a par.

Para que a pesquisa tivesse início, a autora buscou novamente, o apoio no Código de Ética Profissional, procurando preservar a intimidade e a identidade das pessoas envolvidas.

Em seu parágrafo único o Código cita em seu artigo 14:

A utilização de quaisquer meios de registro e observação da prática psicológica obedecerá às normas deste Código e a legislação profissional vigente devendo o usuário ou beneficiário, desde o início, ser informado. (acesso em 19 nov. de 2005).(Anexo-G).

O artigo 16, estabelece que:

Art.16º O psicólogo na realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias:

- a. Avaliará os riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos, como pela divulgação dos resultados, como o objetivo de proteger as pessoas, grupos, organizações e comunidades envolvidas;
- b. Garantirá o caráter voluntário da participação dos envolvidos, mediante consentimento livre e esclarecido, salvo nas situações previstas em legislação específica e respeitando os princípios deste Código;
- c. Garantirá o anonimato das pessoas, grupos ou organizações, salvo interesse manifesto destes;

d. Garantirá o acesso das pessoas, grupos ou organizações aos resultados das pesquisas ou estudos, após seu encerramento, sempre que assim desejarem. (acesso em: 19 nov 2005).

O termo TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) sintetiza as instruções e explicações necessárias fornecidas ao cliente com o fim de que ele saiba que o seu caso estará sendo objeto de pesquisa. (Anexo- A).

Nesse Termo devem constar o título da pesquisa, o nome do pesquisador, o esclarecimento sobre a liberdade de ele poder assiná-lo ou não - sem que isto afete o atendimento -, a contribuição para o desenvolvimento da pesquisa científica, o compromisso sobre a segurança de que nenhum dado identificará o indivíduo, e a manutenção do caráter confidencial das informações arroladas.

Dos dois casos que participaram da pesquisa, no caso Hélio, a mãe assinou, por se tratar de uma criança menor de idade. Com relação ao do Ivan, não houve oportunidade de mostrar-lhe o Termo de Consentimento justamente pelo modo como se deu o atendimento. Foi um encerramento abrupto, em função dos problemas que a FEBEM enfrentava na época. Portanto, pode-se dizer que neste caso, até a especificidade “fora da lei” também se fez presente no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A mãe assinou o Termo sem dificuldade de entendimento, e o fez verbalizando a satisfação de poder colaborar com a pesquisa. Compreendeu que, ao participar deste estudo, não só estaria contribuindo positivamente para a sua própria vivência mas também para outros casos, melhorando a vida de outras pessoas. Esta é a expressão mais profunda da solidariedade humana.

III- RESULTADOS

Foram descritos na íntegra, dois casos considerados emblemáticos, em função da suas especificidades, que podem ser tomados como significativos dos demais.

1. Casos Clínicos Emblemáticos

O primeiro caso é de uma criança, chamado de Hélio com 8 anos de idade, em que foi preciso orientar a família a procurar a justiça em função do problemática apresentada.

O segundo caso é de um adolescente chamado de Ivan, com 19 anos de idade, em que a própria justiça veio em busca de auxílio para o ele.

1.1 Caso Clínico: Hélio - 8 anos

Esse caso foi o primeiro de uma série que motivou esta tese, fazendo com que a experiência dele decorrida pudesse, em parte, ser aproveitada em casos posteriores. Durante o atendimento, pude perceber que cada caso é um caso, diferente e especial para cada pessoa, no seu processo como um todo ou na percepção do seu sofrimento, tão particular e único.

1.2 Dados de Identificação:

Nome e idade: Hélio, 8 anos.

Escolaridade: até a 3ª série do EF de uma escola pública.

Pais: separados, mas com convivência harmoniosa - a mãe, bibliotecária de um órgão público e o pai, taxista.

Com quem residia na época: a mãe, um tio materno (30 anos), uma irmã adotiva (16 anos) e uma tia materna (43 anos) do interior do Nordeste, que estava temporariamente na casa, recuperando-se de uma cirurgia.

Poder sócio-econômico: Médio- baixo.

1.3 - Antecedentes Familiares:

A família veio do Nordeste em busca de melhores condições de vida. A mãe e algumas primas foram as primeiras a vir para São Paulo e abrigavam os outros familiares que chegavam até que estes conseguissem emprego.

Os pais do Hélio ficaram casados por cinco anos. Separaram-se quando o menino tinha 4 anos de idade, porque o pai era muito “mulherengo”. Notava-se que ainda se

gostavam e ambos tinham interesse em, um dia, voltarem a formar uma família.

O pai os visitava com muita frequência e sempre que saía com o filho para qualquer lugar, convidava a mãe e esta aceitava com regularidade.

1.4 - Antecedentes Pessoais:

Hélio era um menino bonito, loiro, de olhos castanhos, muito extrovertido, bastante sociável e com muitos amigos. Tinha um bom desenvolvimento escolar, tanto no aspecto pedagógico quanto em relação aos esportes.

No âmbito familiar, era muito brincalhão, risonho e se dava bem tanto com o pai como com a mãe. Era tido como um menino que “não mentia por nada”, atitude também confirmada por outros familiares que não moravam na casa.

No dia 21 de Outubro de 1998, fui chamada, de urgência, pela secretaria da Clínica, onde trabalho, pois uma pessoa estava chorando muito na recepção e perguntava se havia, naquele momento, uma psicóloga de plantão que pudesse conversar com ela. O chefe tinha-lhe solicitado que viesse à Clínica de Psicologia porque ele não sabia como orientá-la sobre o episódio relatado por ela.

Desci à secretaria e notei que o seu desespero era tão intenso que quase não conseguia falar. Convidei-a para que me acompanhasse até minha sala, porém senti que ela simplesmente me seguia, sem se dar conta por onde andava. No final da entrevista, achei por bem acompanhá-la à rua.

A mãe, de nome F., disse, chorando, que não podia imaginar o que estava acontecendo com o filho. Havia ficado sem dormir a noite toda e não estava conseguindo trabalhar, até que o chefe resolveu dispensá-la para procurar ajuda.

Relatou que morava em casa com o filho chamado Hélio, de 8 anos de idade; com uma filha adotiva chamada R., que está com ela desde os 12 anos de idade e hoje tem 16; com um irmão chamado E., de 25 anos de idade; e, atualmente, com uma prima do interior chamada A., de 40 anos, que se encontrava temporariamente em sua casa para recuperar-se de uma cirurgia a que se submetera recentemente, aqui em São Paulo.

Disse ainda que, na noite anterior, logo que chegara a casa, a prima A. e a filha R. quiseram conversar com ela sobre o que estava acontecendo com seu filho Hélio e um tio chamado B. (um tio de segundo grau, mas muito estimado por todos, morador do mesmo prédio, juntamente com duas irmãs). Era ele a pessoa disponível para buscar Hélio na escola quase que diariamente.

Esperaram que Hélio fosse deitar-se, certificaram-se de que estivesse dormindo e, então, contaram para a mãe o seguinte: o menino estava sendo “mexido” pelo tio (a mãe passou, nesse momento, a chorar mais forte ainda, verbalizando que lhe era muito difícil falar de tudo o que ouvira no dia anterior). Ela explicou que “mexido” era abusar do filho sexualmente, mas ainda não sabia até onde isso chegara.

O menino tinha contado para a irmã adotiva R, porque não estava gostando do que estava acontecendo, mas tinha medo de contar para a mãe. A irmã se assustou muito e contou para a tia A. Juntas, as duas chamaram novamente Hélio, que relatou que o tio “mexia” com ele e ele não gostava.

Por ser tarde da noite, a mãe não subiu ao andar do tio para tirar satisfações, porém contou o fato ao irmão, que chegara do trabalho. Este lhe disse que subiria imediatamente ao apartamento do tio e bateria nele. As três o seguraram, dizendo-lhe que seria melhor a mãe confirmar o ocorrido com o próprio Hélio no dia seguinte.

Afinal, elas estavam tão abaladas, Hélio não costumava mentir, era muito sincero, mas poderia ter havido um engano por parte da irmã adotiva e tia.

Durante o relato, a mãe continuava chorando. Contou que estava separada do marido havia mais de quatro anos, porém o relacionamento entre eles era muito bom: o ex-marido conversava com ela normalmente, jantava algumas vezes com ela e o filho em casa, outras vezes saíam todos juntos para jantar e passear.

O choro da mãe era de desespero, as lágrimas caíam copiosamente.

No dia seguinte, a mãe, quando foi chamar o filho para ir à escola, perguntou-lhe o que tinha acontecido com o tio e ele. Hélio contou-lhe que o tio B. pedira, apenas uma vez, para “fazer cavalinho” com ele, introduzindo-lhe o órgão genital e, numa outra vez, fez uma “chupeta”. Contou-lhe também que isso havia acontecido no domingo anterior, inclusive lembrando a mãe que havia sido o dia em que ele tivera disenteria, porque não havia gostado nada daquilo.

A mãe perguntou-lhe se o fato tinha acontecido só daquela vez ou outras mais. O menino baixou a cabeça e não falou mais nada. A mãe não conseguiu continuar a conversa, pois percebeu que o menino não queria mentir. Ela, no entanto, achava que havia acontecido outras vezes.

A mãe continuava chorando, e se culpava, dizendo: “Como não percebi antes o que estava acontecendo com meu filho?”

Disse ainda que preferiu adiantar algo para o pai, mas, como não conseguiu falar claramente o que tinha acontecido, o pai achou que fosse apenas uma suposição e que nada tivesse ocorrido, dizendo: “Se acontecer algo ao Hélio, o seu tio não mora mais

no prédio e em nenhum lugar, eu o mato”.

Percebeu que não poderia contar com o ex-marido, mesmo sendo bom pai como era, pois isso o havia tocado como homem. Continuava chorando.

Tentei acalmá-la nesse momento e lhe disse que gostaria de ver o Hélio. Além disso, se ela se lembrasse ou ficasse sabendo de mais alguma coisa, poderíamos conversar no dia seguinte, que ela não se preocupasse, pois iríamos encontrar uma saída. A verdade era que eu também precisava buscar uma saída.

Pensei que precisaria ver o menino para saber dele o que realmente tinha acontecido e conversar com ela para saber que procedimentos precisaríamos tomar diante de tal fato.

Pedi para a mãe explicar para o filho que ela o traria para uma conversa com uma psicóloga e que ele poderia falar o que quisesse sobre qualquer coisa, inclusive sobre esse episódio recente que lhe havia acontecido.

No dia seguinte, a mãe compareceu com o Hélio, exatamente no horário marcado. Quando o vi, fiquei impressionada com sua beleza e esperteza. Era um menino de cabelos castanho-claros, lisos, olhos arredondados e muito expressivos. Logo perguntou à mãe se era aquela a moça com quem iria falar e veio ao meu encontro.

A mãe confirmou, porém queria falar comigo antes de eu atendê-lo. Aceitei e entrei com ela na sala de atendimento, enquanto Hélio nos aguardava na sala de espera.

Ela relatou, então, que não estava suportando guardar o problema e, na véspera, subira ao apartamento das primas e contara para elas, na frente do próprio “B”, o que tinha acontecido. Elas se assustaram e disseram que aquilo era um horror: “tinham o

maniaco do parque dentro de casa e não sabiam de nada”.

B. passou a negar tudo, dizendo que o Hélio estava mentindo, que não era verdade o que estavam falando dele. A mãe disse que B se atrapalhou muito ao negar as coisas que ela falava e isso deu a ela mais a certeza de que era verdade o que o filho contara, além de, provavelmente, terem ocorrido outros fatos que o menino, por medo, não relatara.

Pela manhã, antes do atendimento, as irmãs desceram ao apartamento dela e lhe disseram que era tudo mentira, que o irmão delas não fizera nada daquilo, fora invenção do Hélio. Este é que estava inventando essa história e elas arrumariam uma psicóloga e ela, então, poderia constatar a mentira do filho.

A mãe disse que já havia consultado uma psicóloga para o filho e que elas procurassem uma para o irmão delas. Nesse momento, elas ficaram assustadas e lhe perguntaram o que a psicóloga havia dito. Sem lhe dar tempo de responder, fizeram a segunda pergunta:

“Você teria coragem de denunciá-lo à Polícia?”

Ela disse que estava sendo orientada e não havia nenhuma posição fechada até aquele momento.

As duas irmãs começaram a discutir com ela, pois, afinal, o irmão não tinha nada a ver com as invenções do Hélio e não se conformavam de que ela preferisse acreditar nas palavras do filho e acabar com a amizade de tantos anos da família. Além disso, os outros parentes iriam posicionar-se contra ela quando ficassem sabendo do ocorrido.

A mãe retrucou dizendo que ainda não sabia o que iria fazer, porém todos logo tomariam conhecimento de sua decisão. Hélio nunca fora um menino mentiroso e isso as primas

sempre souberam. Estas lhe disseram que ela deveria pensar bem antes de tomar qualquer atitude.

Quando elas foram embora, continuou crescendo na mãe a certeza de que queriam acobertar o irmão, porque perceberam que o problema era mais sério do que imaginavam.

Após esse relato da mãe, falei que iria verificar os passos a serem tomados, depois que visse o filho, e conversaríamos melhor quanto aos encaminhamentos.

Atendi o Hélio e perguntei se ele sabia o porquê de estar vindo falar comigo. Ele disse que “mais ou menos”, a mãe lhe dissera que poderia falar o que quisesse comigo. Tinha vindo até o serviço da mãe, conhecido alguns colegas dela de trabalho e logo chegara a hora de vir ao consultório.

Durante a conversa com ele, falei que a mãe havia me procurado porque ela ficara sabendo algumas coisas recentes que haviam acontecido com ele e o tio que morava no mesmo prédio. Ele confirmou com a cabeça e disse: “Eu não queria contar, porque pensei que ela fosse me bater”.

Perguntei por que ele achava que apanharia. Ele disse que os mais velhos acreditam sempre nos grandes (referindo-se aos adultos). Por isso, apesar de ele não querer o que o tio estava fazendo, não sabia como sair da situação.

Durante a conversa, foi detalhando mais e mais os vários episódios ocorridos havia questão de dois meses (não foi capaz de precisar as datas), porém guardou bem que foram perto de seis vezes e, apenas em uma, conseguira escapar do tio, fugindo para a sala.

B. o levava para o banheiro e o segurava sentado no seu colo. Algumas vezes, acontecera

no prédio onde moravam, depois que eles voltavam da escola, e, em outras ocasiões, fora na casa de parentes, em Parelheiros.

Contou que o tio enfiava o “pipiu” dele na sua bunda e ele não queria, mas o tio era mais forte e o forçava, não falando nada durante todo o tempo em que isso acontecia. Perguntei-lhe se o tio pedia a ele que não falasse nada a ninguém e ele me disse que não.

Enquanto contava os detalhes de todos os episódios, ele me pedia para não falar para a mãe: já havia saído uma briga na família, pois as tias diziam que ele estava mentindo, mas ele estava falando a verdade. Relatou que um dia até ficara com diarreia, porque não queria aquilo. Lembrou que uma vez ficou com uma irritação e a mãe precisou passar pomada para melhorar, mas ela não percebeu nada.

Comentei com ele que eu tinha sigilo profissional (expliquei que não poderia falar a ninguém o que conversávamos naquela sala) e, portanto, ele poderia me detalhar o que quisesse.

Disse-lhe também que, mais à frente, conversar com outra pessoa sobre o que havia ocorrido poderia ajudá-lo. Ele então me perguntou: “Com quem? Porque com ele (o tio) eu não quero mais conversar nada nem ficar perto!” Lembrou-se ainda de que um dia ele o pegara no elevador e, depois, entrando em casa também. No elevador, não houve tempo para muita coisa porque o tio morava em um andar alto e ele não, e logo que chegaram ao andar, ele tentou escapar.

Quando lhe perguntei se tinha sido apenas o tio que havia “mexido” com ele, sua reação foi muito espontânea e rápida: “Cê tá louca, nenhum amigo e ninguém, porque é muito ruim e eu não quero mais, nunca mais”.

A sessão terminou e marcamos para outro dia um novo encontro, mesmo porque eu precisaria me informar sobre os passos a serem dados com a família e também com o menino.

Minha impressão sobre o Hélio foi a de que estava falando a verdade, visto que o senti muito espontâneo ao responder às perguntas, quaisquer que fossem. Além disso, quando se lembrava das coisas pelas quais passara, sua reação era sempre a mesma: tentava esquivar-se com o corpo, levantando os ombros, e colocava a língua para fora da boca, em sinal de rejeição.

No entanto, eu precisava de mais tempo para entender bem o que havia realmente acontecido, necessitava de mais entrevistas com o Hélio e sua família, de mais conhecimento para dar conta do caso. Até o momento, não sabia bem qual a direção a seguir.

Entrei em contato com o *Conselho Regional de Psicologia de São Paulo* (1) e falei com o Conselho de Ética sobre o que deveria fazer para conduzir o caso a contento, visto que era o meu primeiro dessa natureza.

Eles disseram que não tinham muita experiência com esse tipo de caso, mas eu poderia entrar em contato com o próprio *Núcleo de Violência da USP* ou o *Sedes Sapientiae*.

Forneceram-me os números de telefone desses lugares e me pediram que, assim que eu tivesse um parecer, retornasse a ligação para que eles soubessem também como agir em casos semelhantes.

¹ Agradeço ao Conselho Regional de Psicologia, setor de Ética pelas orientações prestadas.

Liguei para o *Núcleo de Violência da USP* (2) e me instruíram para que a denúncia fosse feita mesmo sem ter havido uma confirmação. Eu poderia avisar a família para comparecer ao *Conselho Tutelar* ou ao *SOS Denúncia* e informaram-me os números. A família poderia também fazer a denúncia à delegacia mais próxima.

Recomendaram que se afastasse o menino do tio o mais rápido possível. Eu lhes disse que isso já estava acontecendo: o menino estava com medo e não queria nem chegar perto do tio se, por acaso, ocorresse algum encontro.

Comentou também que seria bom que a família assumisse o caso, abrisse um processo e fosse até o fim. Esse procedimento era o mais adequado para o menino, porque ele perceberia que a família o estaria apoiando e tentando solucionar o problema, ou seja, o garoto sentiria que a família estaria se preocupando com ele.

A família precisaria dar força ao menino, porque normalmente ocorre de o molestador (nesse caso, o tio) começar a ganhar posição diante das pessoas, afirmando que o menino está mentindo. Os pais, então, passam a enfraquecer e se apóiam no “laço familiar”. Nesse momento, o menino fica só e os fatos acabam ocorrendo novamente e com mais sadismo por parte do agressor.

Eu disse que isso já estava acontecendo na família: as irmãs do agressor diziam que o menino mentia. Entretanto, a mãe o defendia, porque nunca tivera problemas desse tipo em relação ao filho, todos da família diziam que ele sempre fora muito sincero em tudo o que fazia e, mesmo sabendo que poderia ser castigado, falava a verdade.

² Agradeço ao Núcleo de Violência da Universidade de São Paulo- USP, pelas orientações prestadas.

Expliquei também que a mãe estava com medo da atitude do pai do Hélio, de que ele pudesse fazer algo com o tio, inclusive matá-lo. Quando ela tentou lhe falar sobre o assunto, ele lhe disse que não haveria perdão se aquilo tivesse ocorrido com o tio e o filho. Ainda bem que tudo não passava de uma suspeita, pois ele mataria o tio se fosse verdade.

Instruíram, ainda, para que eu fosse trabalhando com a família ou com a mãe, ao menos, para que esta convencesse o pai a que não tomasse nenhuma atitude drástica, o que poderia ser pior para o menino. Se o pai fosse preso, ele não teria o que mais precisava naquela hora, o pai próximo a ele, defendendo-o, assumindo sua causa.

Acreditar no que o menino estava falando e dar prosseguimento adequado aos trâmites do processo seria um bom exemplo para o filho e também exemplo para outros pais de como resolver um problema desse tipo. Isso seria o ideal.

Porém, se a família não conseguisse assumir o problema e denunciá-lo, eu precisaria fazê-lo. Por outro lado, se pensasse que isso poderia vir a atrapalhar a relação terapêutica, poderia fazer uma denúncia anônima no *Disque-Violência*.

Disse-lhes que não estava me sentindo à vontade para fazer essa denúncia, pois estaria sendo falsa na relação terapêutica, principalmente se fizesse uma denúncia anônima: de qualquer maneira, eu estaria quebrando o sigilo profissional.

Alertaram-me, então, para que eu não pensasse só nesse caso: se não houvesse denúncia, o agressor poderia cometer outros delitos e a sociedade estaria sendo prejudicada.

Concordei, afinal, era um problema social a ser resolvido, até para que essa pessoa não continuasse a agir e para que sua punição se tornasse um exemplo que poderia inibir a ocorrência de outros casos.

Falei que estava em dúvida do caminho a seguir, porque não via o problema resolvido com a denúncia anônima, visto que o meu paciente não saberia que o estaria defendendo ou apoiando e, além disso, infringiria o sigilo profissional, coisa que não desejava, em hipótese alguma, pois estaria faltando não só com a minha palavra como pessoa, mas como profissional.

Contar algo que a família relatou em sigilo, tendo inclusive prometido ao Hélio que nossa conversa ficaria em segredo, faria com que eu me sentisse uma delatora, mesmo beneficiando o Poder Público.

Pensei um pouco e falei à pessoa que me atendia ao telefone que eu poderia ajudar a mãe, o pai (caso fosse acalmado de sua ira) ou alguém da família a dar a queixa, sem que eu precisasse fazer a denúncia, anônima ou declarada.

Ela disse que seria o procedimento ideal, mas acentuou que deveria ser efetuado o quanto antes. Despedimo-nos e nos desejamos boa sorte.

Precisava informar o *Conselho Regional de Psicologia*, porém ainda não sabia exatamente o que dizer, portanto, optei por esperar um pouco e ter informações mais claras dos procedimentos a serem tomados.

Tive outra entrevista com o Hélio na semana seguinte e comecei a conversar sobre os acontecimentos do seu dia-a-dia. Percebi que se apoiava em mim mais do que eu imaginava, pois disse que a mãe precisava falar comigo sobre os problemas dele e ele

sabia que eu iria ajudá-la, mas, nesse dia, era a vez dele falar comigo e a mãe poderia deixar para vir em outro horário.

Perguntei o que ele queria falar comigo. Ele disse que sentiu que eu tinha acreditado nele quando contou as coisas do tio, porque, um dia, as tias (irmãs de B.) tinham ido à casa dele dizendo que ele estava mentindo e que deveria falar a verdade, que B. nunca tinha encostado nele.

Ele baixou a cabeça e disse: “Isso eu não poderia falar, porque estaria mentindo, ele mexeu comigo, muitas vezes.” Eu perguntei o que ele havia feito nessa hora. “Eu fiquei quieto, porque não ia falar mentira, eu não gostei do que ele me fez nenhuma vez”. Disse-lhe: “E se tivesse gostado?” Ele respondeu: “Nem pensar, é muito ruim, não dá para pensar “desigual” e colocou a língua para fora como se estivesse vomitando.

Quando fiz essa intervenção, foi no intuito de saber se ele poderia ter gostado do que estava acontecendo, e assim não comentar nada com ninguém. Por não conhecê-lo, não sabia o que se passava na sua cabeça e nos seus sentimentos.

Porém a resposta foi imediata e objetiva, com reações visíveis no rosto de não querer e não gostar da situação que estava vivendo com esse tio. Pode-se perceber que o Hélio é forte e emblemático.

Ele lembrou que a mãe saiu em sua defesa, dizendo que ele não era um menino que mentia. Ele disse que já chegara a apanhar, mas não falava o que não era. Perguntei quando isso acontecera: “Algumas vezes, quando, sem querer, quebro alguma coisa em casa jogando bola, a minha mãe não gosta, ela já disse que não quer bola em casa”.

Falei: “Você não pode guardar a bola em casa?” E Ele: “Não, posso sim, é que eu entro

chutando a bola.” E riu.

Ele tem uma risada aberta, espontânea e convidativa. Eu sorria muitas vezes quando ele me relatava os acontecimentos, porque contava sempre com mímica, com muita representação.

Mesmo quando falava sobre o tio, expressava-se dessa forma, sempre me mostrando como tudo acontecia, com gestos, e apontando no próprio corpo.

1.5 Queixa Manifesta e Queixa Latente

A Queixa Manifesta apresentada pela mãe foi a questão da violência sexual do tio para com seu filho, que só foi descoberta porque o próprio menino resolveu contar para a irmã R. o que estava acontecendo. Durante esse período, o Hélio passou a apresentar sintomas físicos relevantes como vômitos, disenterias, irritação no ânus, sem que a família suspeitasse de nada além de simples indisposições orgânicas.

A Queixa Latente do menino foi a situação de desamparo, de falta de autoridade continente que fornecesse limites bem precisos para os membros da família; sentimento de desproteção, de medo de que talvez pudesse não ser ouvido nas suas angústias. Tinha a percepção de que sua família, naquele momento, não pudesse ser continente e ajudá-lo.

O Hélio precisou, durante algumas semanas, dar conta dos seus problemas orgânicos, provavelmente por estar sem condições de simbolizar o afeto: seu emocional não conseguia lidar com o medo e a insegurança. Foi preciso compreender que os sintomas orgânicos representavam os afetos que tinham sido perdidos e desviados dos caminhos da

pulsão. A disenteria põe concretamente para fora os objetos maus contidos dentro dele, mas o ódio (afeto) não é simbolizado e, por isso, não se pode falar dele.

A família não estava atenta ao problema orgânico que o Hélio apresentava como algo que pudesse estar relacionado com a dificuldade de resolver algum problema no seu emocional.

1.6 Psicodiagnóstico

Pensou-se em fazer alguns testes na área emocional, além das Horas Lúdicas e das entrevistas com os familiares.

Os testes escolhidos seriam o Desenho Livre com Histórias, de Walter Trinca, e o TRO (Teste das Relações Objetais de Phillipson), para definir com mais precisão e profundidade a qualidade das primeiras relações. Não foi feita a aplicação a pedido do paciente, que queria conversar.

As entrevistas com os familiares foram se processando e iniciei os testes com o Hélio. Após as Horas Lúdicas, foi realizado o teste do “Desenho Livre”, com histórias do Walter Trinca e minha proposta foi que ele fizesse um, da maneira de que mais gostasse.

Ele desenhou, na mesma folha, uma casa, uma árvore, um sol alegre (com rosto) e duas nuvens, uma de cada lado do sol. Quando terminou, pedi-lhe que contasse uma história e disse que iria escrever o que ele me contasse.(Anexo-B).

Ele logo começou pelo título “O gato e o rato”, mas, nesse momento, pediu-me para que ele mesmo escrevesse no papel. Deixei. A história foi a seguinte: *“O gato tentou pegar o rato o rato tão esperto saiu correndo e conseguiu escapar do gato. O gato armou uma*

armadilha para o rato que foi: deixar um grande queijo aí quando o rato viesse aí ia cair uma caixa ele não teria chance de resistir a armadilha. Fim.” Escreveu com letra grande. (Mantive os erros).(Anexo- C).

Tentei perguntar alguma coisa sobre a história, mas ele disse: “Vou fazer outro desenho” e começou a desenhar um navio com dez pessoas no convéns, passando a escrever a história acima do desenho: “*Dia das crianças ganhei um caminhão grande e no meu aniversário eu ganhei a bola do Gugu, o rui quebrou o meu brinquedo. Quando eu vi um bentivi numa árvore e vi que a fêmea e o macho fizeram um ninho de bentivi*”. Sua letra diminuiu consideravelmente e ele me disse: “Chega, não quero mais isso, nem desenho nem história”.

Disse-lhe que poderia comentar algo das histórias que me havia contado. Ele disse: “Não precisa”. Falei que havia entendido o que estava acontecendo e ele seria respeitado.

Percebi que, na primeira história, ele havia deixado tudo muito claro, a perseguição entre os dois animais revelava a corrida que travava em termos emocionais para livrar-se do tio, o queijo poderia ser um pedido de ajuda de algum adulto.

A chance de resistir à armadilha poderia ser o medo de não acreditarem nele, mas, se uma pessoa grande acreditasse nele, o “rato-tio” poderia ser pego.

Na segunda história, ele começou com elementos bons, presentes (caminhão grande e bola). Notei que falava da sua masculinidade e o casal de bem-te-vis seria um projeto do seu futuro: encontrar uma moça e construir, juntos, um ninho.

Acredito que o fato de ter diminuído a letra possa ter ocorrido em função daqueles episódios com o tio: o futuro tornava-se ameaçador e pouco promissor, impedindo-o de realizar seus projetos.

Terminou a sessão e eu disse que marcaria uma sessão com a mãe e, na outra semana, com ele novamente. Saímos e conversei com a mãe sobre o dia e horário do nosso encontro para tratarmos da continuidade do atendimento e dos procedimentos a serem realizados com a família.

Ela disse que o pai ainda não sabia do ocorrido, pois ainda possuía aquelas idéias em relação ao tio (caso algo fosse confirmado a respeito do filho). O Hélio estava perto e ouviu tudo o que a mãe me falou, apesar de estar entretido com um brinquedo na sala de espera, e não comentou nada. Falei que conversaríamos sobre aquilo na outra semana.

Nessas horas, vê-se com mais intensidade o quanto é difícil trabalhar em uma instituição com um volume de trabalho muito maior do que nosso tempo permite atender.

A todo momento, tentamos dar conta de problemas rotineiros e, quando surge um procedimento de urgência, o tempo parece esgotar-se ainda com mais facilidade. Percebemos quantos limites nos são impostos e como não conseguimos realizar tudo o que desejamos.

Sentia a necessidade de conversar com a mãe antes de uma semana, porém, não foi possível, mesmo porque, se deixarmos a rotina alguns dias de lado, esta acaba por tornar-se uma emergência.

Entretanto, como tudo na vida tem dois lados, pude perceber que estaria mais preparada para conversar com ela, após uma semana, e emocionalmente forte para convencê-la a trazer o pai do Hélio para conversarmos.

Na data prevista, conversei com a mãe e expus os procedimentos a serem tomados. Relatei todo o necessário para a família fazer a denúncia, atitude muito importante naquele momento e que, futuramente, traria apoio e proteção eficazes ao menino.

Mostrei-me disposta a conversar com ela e com o ex-marido sobre todos os passos a serem dados dali em diante e marcamos uma sessão para a semana seguinte.

Novamente, senti um aperto no coração por precisar esperar mais uma semana para dar continuidade ao caso. Lembrei, no entanto, que eu também estaria “tomando fôlego” para refletir melhor sobre a possibilidade de o pai não aceitar a denúncia e decidir resolver por conta própria o problema. Passavam-me pela cabeça as complicações que poderiam advir disso.

Talvez a mãe pudesse fazer a denúncia sem o apoio do ex-marido, embora ainda estivesse muito fragilizada pela situação. Mas, será que isso não seria pior? Como seria o pai do Hélio? Nervoso? Irritado? Só poderia responder se o conhecesse e, assim mesmo, apenas após algumas sessões. Quantas dúvidas perpassavam meus pensamentos...

Talvez a mãe conseguisse trazer o pai não só a uma sessão, mas a várias e, quem sabe, ele relutasse menos em fazer a denúncia na delegacia.

Antes do dia combinado, a mãe apareceu na clínica, diretamente na minha sala. Havia muito que ela não passava pela secretaria para ser anunciada, entendia que a ansiedade dela (e por que não, também a minha) deixasse para trás qualquer limite. Entregou-me o

papel, enviado por uma delegada, pedindo o meu comparecimento para prestar declarações sobre o processo que tinha sido aberto na noite do domingo anterior.

Fiquei contente e, ao mesmo tempo, assustada. Havia sido bom alguém ter feito a denúncia, mas o que eualaria à delegada, o que faria quanto ao meu sigilo? Após o impacto, pedi que ela se sentasse e relatasse o que acontecera. Sentia-me contente que alguma pessoa tivesse tomado a resolução tão esperada.

A mãe relatou que conversara com o pai de Hélio a respeito das minhas orientações e que eu o tinha convidado a vir falar comigo. O pai desconfiou de que o problema era sério e pediu que ela lhe contasse o que realmente havia acontecido com o filho.

Ela lhe explicou tudo e disse que, naquele momento, o menino precisaria de ajuda e não de uma perda a mais na vida: o que acontecera com ele e o tio fora ruim, principalmente porque ele gostava do tio e este, além de não o proteger, acabou com a confiança de uma pessoa da família que deveria ajudá-lo a crescer de forma adequada, não pervertida.

Disse também ao pai que ele era uma figura muito importante na vida do filho, pois um homem quase o tinha destruído e outro homem não poderia destruir o tio. O Hélio ficaria achando que os homens se destroem e onde estaria então, para ele, o modelo adequado de homem?

Falou-lhe ainda que havia procurado uma psicóloga perto do seu trabalho, que a estava orientando, marcando um horário para que ambos pudessem conversar sobre o fato e fazerem a denúncia. Disse-lhe que a psicóloga teria mais argumentos para convencê-lo a fazê-la.

A mãe comentou que ele ficou parado por um tempo, olhando o vazio e, em seguida, perguntou-lhe: “A psicóloga disse que isso é o melhor para o Hélio?” Ela confirmou. Ele, então, levantou-se e disse: “Eu posso falar com ela, mas já que ela disse que precisaria fazer a denúncia o mais rápido possível, vamos fazê-la e, depois, veremos quais serão as próximas orientações”.

A mãe disse que sentiu que o ex-marido e pai estava arrasado: parecia que fazia tudo mecanicamente. No entanto, achou melhor ir logo à delegacia, para que, talvez, ele se sentisse com mais força para levar adiante a solução do problema de forma socialmente mais protegida.

Relatou que, quando ela vinha falar comigo, saía sempre mais confiante, mas, não saberia onde me encontrar, no domingo à noite, para falar com o pai do Hélio.

Disse-lhe que fizera muito bem, porque só o fato de o ex-marido pensar no que poderia contribuir para ajudar o filho já era um fato extremamente positivo: ele estaria transformando a raiva em uma situação útil e produtiva para a própria relação com o menino.

Ela também relatou que, após a conversa, o casal foi à delegacia, na qual foram atendidos por uma delegada de plantão, que os ouviu atentamente. Ao perceber a tristeza do pai, disse-lhes que ela mesma estaria “comprando a briga”, pedindo-lhes que trouxessem o menino para realizar o exame de corpo de delito.

Eles retornaram a casa e conversaram com o Hélio, que lhes falou que nunca havia feito esse exame, mas que iria com os pais. No meio de tanto sofrimento, rimos com a inocência do Hélio, dizendo nunca ter precisado fazer tal exame.

Quando voltaram à delegacia, a delegada foi pessoalmente acompanhar a família ao exame do menino. Foram todos no carro de polícia até o local que pertencia à sua regional. A mãe contou que a delegada foi muito delicada com o menino, deixando que a família subisse ao segundo andar do prédio, porque, no térreo, as ocorrências poderiam chocá-lo.

Avisou também ao Hélio de como seria o exame, dizendo-lhe que a mãe ficaria com ele. Seria algo rápido, mas necessário, para constatar tudo o que havia acontecido, embora ela acreditasse no que ele havia contado para a mãe.

Após o exame, aguardaram o resultado: nada. Foi-lhes explicado que, quando ocorre esse tipo de incidente, a pessoa deve ser levada imediatamente, porque o material só é encontrado no corpo até 24 horas após o acontecido. Como já havia passado quase um mês da última vez, não foi possível fazer a coleta para a verificação do material encontrado, pois não existia mais material residual no organismo do Hélio.

Na volta, a delegada disse: “Se essa denúncia tivesse sido feito logo após o ocorrido, hoje esse ‘cara’ estaria preso, porque esse tipo de caso é inafiançável e, pelo menos, teríamos um ‘sacana’ a menos nas ruas.”

Os pais permaneceram calados. A mãe disse-me, depois, que ela não poderia imaginar tantos contratempos.

É difícil para uma pessoa, que trabalha em uma delegacia, imaginar a tristeza de uma mãe, certa do que aconteceu com o filho, somada à decepção do fato ter sido ocasionado por um parente e agravado pelo descrédito dos demais.

Perdera a confiança em um membro da família, que crescera junto com ela, do mesmo sangue, mas que fora capaz de fazer aquilo com seu filho. Além disso, teria ainda de convencer o ex-marido a que não resolvesse o assunto pelas próprias mãos.

Percebi que a mãe, ao expressar seus sentimentos, estava tentando aliviar-se de um sofrimento que não era só do filho, mas dela também. Em vários momentos, eu pude ouvi-la e tentar ajudá-la a atravessar a difícil situação pela qual estava passando.

Às vezes, não sabia bem a quem deveria atender, porque todos vivenciavam um tipo de sofrimento. E eu também, na medida em que, assim como a delegada, havia “comprado” o problema e teria que dar conta dele da melhor forma possível.

A mãe me disse que eu também havia sido intimada a depor e que teríamos de prestar declarações na delegacia no próximo plantão da delegada, na quarta-feira seguinte, quando esta ouviria todos os envolvidos.

Para mim, era claro que a família estava participando mais efetivamente do processo e, dessa forma, a criança ficaria mais segura e confiante.

O fato de os pais comparecerem à delegacia, de se fazer o exame de corpo de delito e as audiências trariam ao Hélio uma melhor recuperação frente ao episódio e à própria vida futura; com certeza, ele se sentiria mais autônomo e consciente nas demais circunstâncias da vida.

A família foi presente e atuante em um momento de grande sofrimento na vida do filho. Os pais deixaram suas dificuldades pessoais de lado, para fazerem frente a um problema maior. É bem verdade que eles, nesse caso, já se davam bem antes do ocorrido.

Por ter-se tratado de um episódio envolvendo várias pessoas da família ao mesmo tempo, preferi trabalhar com a mãe, na maior parte das vezes, e apenas com intervenções de outros membros da família, para garantir um bom prognóstico ao menino.

A família não possuía advogado e, quando a mãe, no início dos nossos encontros, perguntou-me se precisariam de um, eu lhe aconselhei que sim: a abertura do processo iniciado com a queixa implicaria um acompanhamento por parte de um profissional que fosse capaz de nos explicar os diversos trâmites legais.

A mãe ficou de contratar um até a quarta-feira para que conversasse conosco antes do depoimento à delegada.

Após a saída da mãe, liguei para o *Conselho Regional de Psicologia* e perguntei sobre a ética nos casos de depoimento.

Informaram-me que era preciso que eu comparecesse à delegacia (o que já havia decidido fazer) e alertasse sobre a ética profissional, antes de qualquer depoimento. Disseram ainda que seria importante fazer todos os relatos pertinentes ao caso e que pudessem ajudar nas investigações, porém era preciso salvaguardar os relatos da criança obtidos em entrevistas psicoterapêuticas.

Mas era preciso lembrar que o bem comum era de extrema importância. Relatei, baseada no caso em questão, como seria melhor fazerem as denúncias, pedido que me haviam feito no primeiro contato.

Liguei novamente para o *Núcleo de Violência da USP*. Eles me aconselharam a não ir além do necessário, mas, por dever de consciência, deveria comparecer à delegacia e informar que algumas questões não poderiam ser respondidas devido ao sigilo

terapêutico. No entanto, como o menino tinha condições de expressar-se, eles poderiam perguntá-las diretamente a ele.

Deveria lembrar ainda que o nosso trabalho é clínico e ajudaríamos, em primeiro lugar, o paciente e, na medida do possível, o Estado, nas investigações que se tornassem necessárias.

Combinamos de que todos os intimados se encontrariam à porta da delegacia. Quando cheguei, o Hélio correu ao meu encontro, dizendo: “Que bom que você chegou, estava esperando”. Disse que também estava contente em vê-lo, embora não exatamente naquele lugar.

A mãe me apresentou o pai, o único que eu não conhecia. A tia e a irmã adotiva do Hélio eu já havia encontrado na clínica anteriormente. A minha impressão sobre o pai do Hélio foi boa: era um moço alto e forte, de cabelos claros e logo percebi que o filho tinha muito dele.

Agradeceu o meu comparecimento, pois acreditava que a intimação estivesse atrapalhando o meu trabalho; comentou que também havia atrapalhado o dele, mas ele era parte interessada no caso. Disse-me que era motorista de táxi. Afirmei-lhe que eu estava para ajudá-los e que aquilo fazia parte da minha função.

Logo em seguida, percebi que não era só o Hélio que me aguardava: a família também manifestou certo “sossego” quando me cumprimentou. Perguntei pelo advogado.

A família se atrapalhou e disse que não encontrara nenhum, tinha havido pouco tempo para acharem um profissional. Além disso, não se preocuparam muito em ficar procurando, porque eles estavam com a verdade e eu os tinha orientado bem.

Quando marquei de chegar à delegacia antes do horário, todos pensaram que seria para que eu explicasse as prováveis perguntas a que teriam de responder.

O meu chão se abriu e não sabia exatamente o que fazer naquele momento.

Entretanto, diante da simplicidade que demonstravam, resolvi não deixar que, antes do interrogatório, ficassem apreensivos como eu, ainda mais depois de saber que não possuíamos advogado.

Confesso que não podia acreditar no que estava ouvindo. Eles simplesmente não perceberam que era o meu primeiro caso e que eu também não sabia como agir. Seria melhor que não percebessem e confiassem?

Enfim, não era hora para pensar o que estava acontecendo no inconsciente de cada um: tinha de concentrar-me no consciente, meu e deles, naquele momento.

A secretária da delegada, então, passou por nós, apontou-me e perguntou se era eu a psicóloga. Todos responderam afirmativamente, em uníssono. Ela logo se adiantou e disse que a delegada estava atrasada, havia saído para almoçar, mas voltaria em seguida. Talvez fosse o tempo de que eu estava precisando para conversar e combinar algo com eles.

Agradecemos e eu lhes perguntei se a secretária já os havia chamado para a audiência antes que eu chegasse. Disseram que não, apenas que a secretária havia perguntado se possuíam um advogado. A família disse que não precisava de um, pois havia uma psicóloga que estava para chegar e que os estava orientando.

Percebi que a família estava confusa, mas não era hora de tentar entender tudo o que estava ocorrendo. Em um canto da delegacia, passei a falar com todos, na presença do Hélio, sobre as perguntas que a delegada poderia fazer.

Iniciei, recordando com eles um princípio básico de qualquer comunicação em relacionamento humano: a verdade. Poderíamos não nos lembrar de algum detalhe, porém, todos iríamos lembrar o essencial.

Disse-lhes que o mais acertado seria cada um contar exatamente o que sabia, nem mais nem menos. Se em algum momento não se lembrassem de algo, poderiam dizer que esqueceram, mas não inventassem nada para deixar a história mais atraente ou porque a delegada estivesse perguntando. Simplesmente, caso não soubessem, não precisariam responder.

Comentei também que seria interessante contarem tudo desde o início: como ficaram sabendo e de que forma. Não deveriam apressar-se: em primeiro lugar, deveriam procurar entender bem as perguntas; em seguida, responderiam da forma mais clara possível, citando os nomes e locais que fossem precisos.

As perguntas que a família me fez foram as mais variadas possíveis: será que se lembrariam de tudo? Será que não se atrapalhariam com datas e horários? Não seria ruim para o Hélio passar por tudo aquilo, na delegacia?

O pai respondeu a essa última pergunta, de uma tia, dizendo-lhe que estava convencido de que não seria ruim para o filho, naquele momento, pois tinha conversado com colegas que haviam elogiado sua atitude; depois, quando o Hélio ficasse mais velho, ele conversaria

“legal” com o filho e teria a certeza de que ele entenderia. O Hélio disse, então: “Eu já estou entendendo, vocês me trouxeram para eu falar as coisas ruins que o tio me fez”.

A mãe, em um determinado momento, disse-me: “Não precisamos de advogado, ele não vai nos explicar tudo como você”. Percebi que eles estavam referindo-se à possibilidade de que eu os abandonasse, se consultassem um.

Esclareci-lhes que não iria deixá-los até que o caso fosse resolvido, no entanto, o advogado poderia também orientá-los, além de entrar livremente no Fórum e ter o poder de pedir vistas ao processo.

Percebi que havia, além disso, uma preocupação financeira, que dificultava a busca de um profissional na área da justiça. Disse-lhes que, oportunamente, eles poderiam consultar algum conhecido e negociar o preço da consulta e o valor da causa.

Poderiam também procurar um advogado dentro do Poder Público. Nessa altura dos acontecimentos, eu já me havia informado sobre alguns, porém nenhum deles quis dar maiores detalhes, pois acreditavam que era melhor que a família escolhesse um.

Percebi que aquele não era o melhor momento para convencê-los da necessidade de um profissional. Estavam ansiosos para falarem com a delegada.

Tive, então, a quase certeza de que todos haviam entendido o que estavam fazendo.

Claramente, haviam iniciado o processo. E tinha sido para isso que eu me empenhara.

O fato de terem comparecido à delegacia foi um marco inicial para que os pais pudessem sentir que estavam sendo ouvidos por um órgão competente, que apresentaria uma solução para o problema pelo qual estavam passando naquele momento.

Quanto ao Hélio, o pior havia passado: ele estava sendo cuidado, ouvido e defendido, estávamos acreditando nele e levando em conta tudo quanto ele dissera a cada um de nós.

O pai continuava agitado (andando de um lado para o outro), porém firme em relação ao passo que havia dado: a denúncia.

A delegada levou pouco mais de uma hora para retornar do almoço, quando ela chegou, a secretária veio ao nosso encontro, solicitando que entrasse a primeira pessoa, quem quisesse.

Pedi a família se poderia depor antes em função de compromissos que havia assumido. Realmente, eu tinha atendimento no consultório, mas não entendi bem porque me adiantei, talvez pela minha ansiedade por ser esse o primeiro caso do gênero em que estivera envolvida.

Pensando agora a respeito dos acontecimentos, acredito que eu também não estivesse mais suportando o interrogatório da família. Havia também a vontade de confirmar, dentro da ética, o sofrimento do meu paciente.

Entrei e a delegada de nome M., dirigiu-se a mim, e em seguida, apresentou-me o escrivão, que já se encontrava diante da máquina de escrever. Perguntei-lhe se poderia falar algo antes que iniciasse o interrogatório.

Ela acenou afirmativamente com a cabeça.

Disse-lhe que, em virtude de ser psicóloga clínica do Hélio, estaria sob sigilo profissional em relação a tudo o que o menino me contara durante as sessões de atendimento psicológico, mas que, na medida do possível, eu estaria disposta a colaborar.

Ela olhou para o escrivão e disse: “É mesmo, eu me havia esquecido de que vocês têm a ética do sigilo, mas, uma curiosidade... se você puder responder.” Senti que ela estava meia receosa em falar. Incentivei-a, dizendo: “Pode perguntar. Se puder, responderei”.

“Você orientou os pais a virem dar queixa, mas, por que levou um mês dos episódios ocorridos? Se eles tivessem vindo no dia seguinte ao abuso, o exame de corpo de delito teria dado positivo e, com a investigação do material colhido no corpo do menino, nós teríamos prendido o sujeito (tio) na mesma hora”.

Argumentei que, em se tratando de um caso envolvendo uma criança, tive algumas orientações do próprio *Núcleo de Violência da USP* e, ao discutirmos o caso, vimos que o mais eficaz a ser feito para o emocional do Hélio seria convencer os pais a assumirem a causa. Assim, a criança confiaria no apoio dos pais e conseguiria reagir melhor do que se tivesse recebido um apoio externo e momentâneo. Afinal, ele nunca me tinha visto antes de tudo acontecer.

“Eu também poderia denunciar o fato, mas o efeito para o emocional do Hélio não seria o mesmo, assim como o problema e, inclusive, a dor.”

Contei-lhe que, quando a mãe me procurou para contar o problema, pedi a ela que comunicasse ao pai do Hélio e ela me disse que já havia tentando conversar com ele sobre o assunto superficialmente, sem dizer de forma exata o que já tinha acontecido, e a reação do pai havia sido inesperada: “Se isso acontecesse com o meu filho, eu não iria dar queixa na delegacia, iria matar o ‘cara’ e resolveria tudo”. Se aquela havia sido sua indignação numa pressuposição, imagine-se se ele soubesse a realidade.

Diante daquela situação, precisei orientar a mãe para que convencesse o ex-marido a vir falar comigo e eu pudesse explicar-lhe que havia algo melhor a ser feito do que simplesmente revoltar-se.

Fui orientando a mãe até que ela conseguisse falar com o pai e ele pudesse comparecer à entrevista, mas ele percebeu que o melhor para o menino, naquela hora, seria ir à delegacia, pois a minha entrevista com ele seria somente na quarta-feira seguinte.

Sua atitude resultou positiva para o menino e inclusive para ele mesmo, que pôde liberar sua raiva ao se apoiar em um órgão público, entidade maior do que ele e competente em lidar com tais aspectos.

Falei à mãe para mencionar na conversa com o pai do Hélio que ele demonstraria amor pelo filho e seria muito mais útil e confiável, se seguisse os trâmites da justiça e ficasse junto dele.

Caso contrário, o menino seria vingado brutalmente pelo pai, que mataria o tio e seria condenado e preso; ou seja, o pai também estaria acabado para o menino, inclusive como modelo de homem.

As entrevistas com a mãe se prolongaram por três semanas, mas, finalmente, a situação alcançou um desfecho favorável porque, antes de o pai vir até o atendimento, veio à delegacia.

A delegada, então, virou para o escrivão, que se encontrava apoiado com o quixo na máquina de escrever, e voltou o olhar para mim, dizendo: “Que beleza de trabalho: você pensou no melhor para o menino o tempo todo e nós aqui pensamos sempre nos fora-da-lei, nos bandidos, fazemos tudo para termos provas, mas o que importa é o bem-estar do

atingido. Penso sempre o contrário”. Essa última frase ela pronunciou com um certo pesar na voz. Eu me antecipei, falando-lhe que estávamos cumprindo nossa obrigação: afinal, era necessário existirem pessoas que atuassem dos dois lados da questão.

Completei que estávamos todos juntando esforços, naquele momento, para solucionarmos o problema. Foi-me contado algo em relação ao qual eu não poderia atuar sozinha, um acontecimento que atingia outras esferas, extrapolava a área emocional da família, chegava ao domínio público e precisávamos de pessoas que corresse atrás dos fora-da-lei.

A delegada, com muita simplicidade, como que digerindo o outro lado da questão, falou então: “Os casos que aparecerem aqui, dessa natureza, com essa problemática, vou encaminhar a você”. Rimos os três.

Disse-lhe que esperava que não aparecessem tantos casos do gênero, mas não éramos inocentes em acreditar que casos como o do Hélio fossem raros. Quando aparecessem, ela poderia encaminhá-los para a clínica onde eu trabalho.

Pedi-me que deixasse o endereço da Universidade e também o do meu consultório e que aguardasse o depoimento do menino. Chamei o Hélio e este me perguntou se eu não poderia ficar junto com ele.

Estava tentando explicar que não e que iria aguardá-lo fora, quando a delegada nos ouviu e disse-me que eu poderia ficar e até ajudá-lo, se fosse o caso. Entrei e sentamos lado a lado.

Ela lhe disse que era um menino muito bonito. Ele agradeceu e continuou olhando para ela e para mim. Ela continuou, dizendo que faria algumas perguntas e ele poderia

responder da maneira que quisesse. A cada pergunta, o Hélio me olhava e eu lhe dizia que podia responder tudo aquilo que se lembrasse de nossas conversas.

Delegada: “Você conhece o tio B?”

Hélio: “Sim, ele me trazia da escola para a minha casa, mas a minha mãe não está deixando mais e eu não quero também”.

Delegada: “O que pedia para você fazer com ele?”

Hélio: “Ele pedia para fazer ‘aquilo’ e me levava para a casa dele” (referindo-se ao apartamento dele, que ficava no mesmo prédio do Hélio).

Delegada: “O que é ‘aquilo’?”

Hélio: “Ele pedia para pôr o ‘pipi’ dele no meu traseiro, aqui.”(mostrava com o dedo o seu traseiro).

Delegada: “Quantas vezes isso aconteceu?”

Hélio: “Muitas vezes, umas cinco ou sete vezes, por aí.”

Delegada: “Sempre na casa dele?”

Hélio: “Não, em qualquer lugar que ninguém estava...., na casa dele algumas vezes, na sala, no banheiro, outras vezes na minha casa, uma vez eu fugi, porque falei que não queria, as outras vezes não deu, ele me segurava e me sentava nele”.

Eu: “Onde mais aconteceram coisas, além do seu apartamento e do seu prédio?”

Hélio: “Ah, na minha tia em Santo Amaro, não sei quantas vezes.”

Confirmei com a cabeça e disse: “No seu prédio, sem ser na sua casa nem na dele, onde mais? Ele parou um pouco e disse: “Lembrei: no elevador.” Olhou para a delegada e disse: “Ela lembrou para mim (referindo-se a mim), ela não esquece o que conto para ela.”. Rimos os quatro.

Ele não podia imaginar que, nas entrevistas comigo, eu também sofria a cada lugar que ele se lembrava de me contar, a cada detalhe. O sofrimento, dele e meu, pairava no ar, durante as nossas sessões.

Delegada: “O que ele dizia para você?”

Hélio: “Ele me puxava e não dizia nada. Começava a tirar as minhas calças e fazia...puxava o meu ‘pipi’...punha a minha mão no ‘pipi’ dele, eu tirava e ele segurava...que ruim...”(punha a língua para fora da boca).

Delegada: “O que ele falava depois que tudo isso acontecia?”

Hélio: “Não sei, porque eu conseguia depois de um pouco escapar dele, mas, às vezes, demorava esse pouco porque ele me segurava de um jeito que não dava para escapar, tinha vezes que ele me punha sentado na bacia e ele por cima de mim. Não gostava e tentava sair, mas ele era mais forte, ainda é mais forte, mas não quero mais ficar perto dele.”

Delegada: “Ele pedia para você não contar a ninguém?”

Fomos interrompidos, pois alguém bateu à porta, dizendo que a delegada tinha de ir depor, porque “os caras” já haviam chegado. Ela perguntou qual era o processo, pois não estava lembrada. O homem que se encontrava à porta disse: “Aquele em que a senhora quebrou os dentes do infrator no depoimento, porque ele começou a brigar com a senhora. Lembra?”

Hélio olhou para mim e disse: “Ela também bate assim?”

Eu, sem saber o que dizer, tentava responder algo, pois estava atrapalhada diante do que ouvira. Ela se adiantou e disse: “Não se preocupem, eu volto logo, foi um “cara” que me desafiou quando estava prestando declaração aqui e eu voei por cima da mesa, dei uns

murros nele e quebrei alguns dentes; isso não vai dar em nada, mas eu preciso ser ouvida.”

Continuou: “É em outra sala aqui mesmo, um delegado precisa ouvir o preso e eu”, e foi saindo da sala, com muita calma.

Ficamos com o escrivão que, em seguida, debruçou-se sobre a máquina de escrever.

Começou a perguntar onde o Hélio estudava, o que gostava de fazer e houve uma empatia muito grande entre os dois. O Hélio disse que gostava de futebol e começou a falar sobre os times, quem ganhava, quem perdia. Senti que ele se soltou mais com o escrivão e amenizou o ambiente, após o impacto do “processo da delegada”.

Não sei exatamente quanto tempo levou o depoimento, mas senti que até eu mesma tinha entrado na suavidade da conversa dos dois.

Quando ela voltou, disse: “Pronto, tudo resolvido, vamos continuar aqui com vocês”.

Delegada: “Eu estava dizendo se ele tinha pedido para você não falar com ninguém. É isso?”

O escrivão e eu confirmamos.

Hélio: “Não lembro. Acho que eu já tinha medo de falar e de ele me bater e ser pior da outra vez que ele me pegasse...”.

Delegada: “Ele te bateu alguma vez?”

Hélio: “Não, mas eu também não falava nada. Mas agora eu ainda tenho medo dele”.

Delegada: “Não precisa mais ter medo dele, nós vamos te ajudar e você não vai mais ficar perto dele. Qualquer coisa, conte para ela (apontou para mim), para sua mãe, para seu pai. Mesmo que esteja sozinho, em qualquer lugar, e ele aparecer, chame por alguém mais próximo de você e cai fora, tá?”

Hélio riu e disse: “Ela falou a mesma coisa que você” e apontou para mim, sorrindo.

O escrivão continuava debruçado em cima da máquina de escrever e eu não havia percebido que ele não estava escrevendo nada de todo o relato do menino até aquele momento. Não entendi o porquê, uma vez que a delegada fizera as perguntas e o menino respondera a todas elas.

Estava pensando nisso, quando a delegada, dirigindo-se a mim, disse que o menino precisaria repetir tudo diante da mãe, pois eles não podiam transcrever nenhum relato de criança se a mãe ou um responsável não estivesse presente, para poder ouvir e assinar pelo menor.

Levantei e disse que entendera o procedimento e iria chamar a mãe. Peguei novamente minhas coisas, quando o Hélio disse: “Não, tia Cida, fica comigo e a mamãe, eu vou chamá-la”. Saiu correndo e nós o ouvimos, de dentro da sala, chamar pela mãe.

A delegada consentiu em que eu ficasse, ao menos, até o fim do relato do menino, porque percebera que ele estava muito ligado a mim.

Confesso também ter notado que, após as entrevistas com a mãe e o Hélio, os acontecimentos tomaram outro rumo e ele passou a ter mais segurança no fato de que eu poderia ajudá-lo.

Naquele momento, o escrivão, em tom de desabafo, disse: “Eu concordo com o pai desse menino, ter um filho, além disso tão bonito como ele é, antes de dar queixa, eu mataria o filho da p...” A delegada o interrompeu, dizendo: “É verdade, esse seria o caminho mais rápido, mas, para o menino, como ela (apontou na minha direção) falou não é o melhor.

Vamos fazer tudo pela lei, já que os pais estão nos ajudando e vamos encarcerá-lo (fechou os punhos). É questão de um pouco mais de tempo.”

O escrivão, inconformado, quase não reparou no que a delegada dissera e completou o seu pensamento: “Não me conformo como um menino bonito desse jeito, uma criança ainda tão nova tem um estrago desse na vida, eu liquidaria o sujeito, principalmente conhecendo quem tinha abusado do meu filho.”

A mãe entrou com o Hélio. O escrivão se endireitou na cadeira e colocou o papel na máquina de escrever, esperando a ordem da delegada para começar a datilografar.

Dei o meu lugar à mãe e fiquei em pé atrás da mãe e do filho.

A delegada passou a repetir as perguntas que já havia feito ao menino, sem a mãe.

À medida que o Hélio ia respondendo, o escrivão datilografava o que a delegada lhe relatava. O menino, algumas vezes, olhava para a mãe como se dissesse: “Isto eu não te contei”. Em seguida, a mãe, ao ouvir o relato, apertava os olhos e dizia: “Isso eu não sabia, você não teve coragem de me contar. Filho, o que você passou...” E balançava a cabeça de um lado para outro.

Nesses momentos, todos ficávamos paralisados, até que a delegada dizia: “Podemos continuar? É importante que tudo seja anotado para darmos prosseguimento ao caso.”

A mãe, ainda chocada com o relato do filho, olhava para a delegada e confirmava a continuidade das perguntas. Algumas vezes, o Hélio olhava para trás, para ter a certeza de que eu estava acompanhando o seu relato, acrescentando: “Né, tia Cida?” Eu acenava afirmativamente.

Já havia percebido que, por mais que eu perguntasse ao Hélio sobre os fatos ocorridos, o relato era sempre muito parecido, desde a primeira vez, sem aumento ou diminuição do conteúdo, nas diversas situações.

Quando ele esquecia e tornava a lembrar o episódio, falava tudo de modo muito semelhante. Após o término do relato, a delegada observou o comportamento do Hélio diante das perguntas e comentou, dirigindo-se a todos nós: “Ele é muito verdadeiro, falou, nesta segunda vez, tudo muito semelhante à primeira, sem acrescentar nada ou modificar. Eu não tenho dúvida de que tudo isso aconteceu, pois até as caretas que ele faz nos revelam muito”.

O escrivão deu as folhas para a mãe assinar. Ela observou: “Acredito que não vou conseguir ler todo esse relato, pois seria sofrer novamente. Vou passar por cima de algumas coisas e assinar.” O Hélio levantou-se e perguntou: “Acabou?” A delegada respondeu-lhe que sim.

Notei que a mãe realmente apenas passara os olhos pelo papel, pois, enquanto eu e o Hélio nos despedíamos da delegada e do escrivão e saíamos da sala, ela também já estava se despedindo e saiu quase que simultaneamente.

O Hélio saiu correndo da sala, dizendo: “Que bom que acabou. Agora é meu pai.” Puxou o pai para ir à sala da delegada. A mãe, atrás de nós, falou: “Eu não imaginava tanta coisa e tantos detalhes por que ele passou e guardou para si.” Retruquei-lhe que o principal é que haviam tomado providências, e por caminhos adequados. Fiquei conversando um pouco mais com a mãe, a tia e a irmã adotiva sobre algumas perguntas que a delegada possivelmente faria também a elas.

Quando o Hélio disse que, depois de tudo terminado na delegacia, o pai levaria a todos para tomar lanche no Mc. Donald's, pediu-me que eu fosse também. Disse-lhe que gostaria de ir, mas tinha outro compromisso e que iríamos nos encontrar em breve.

Despedi-me de todos, exceto do pai, que ainda se encontrava prestando depoimento.

No caminho até o consultório, fui pensando que, mesmo que eu pudesse ir com eles, estava precisando ficar distante de tudo o que se passara naquele dia, pois havia absorvido mais e mais os acontecimentos relacionados ao menino e as diversas reações de cada um diante dos fatos: da mãe, da delegada, do escrivão.

Sentia que precisava me recuperar, inclusive para ser capaz de atender outras pessoas no mesmo dia. Acompanhá-los, naquele momento, não seria bom para mim, pois resultaria no prolongamento das situações que estávamos vivenciando.

Continuei a atender o Hélio e queria continuar a fazer os testes que me havia proposto fazer, porém qual não foi o meu espanto quando, depois daqueles desenhos, ele não quis fazer mais nada relacionado a cles ou a histórias: estava tentando escapar de tudo que fosse estruturado, queria apenas conversar e brincar, incluindo-me em todos os brinquedos e jogos.

Comecei a analisar tudo quanto tinha acontecido até o momento. E pensei que talvez fosse importante não continuar com os testes estruturados, visto que ele já estava trabalhando a sua defesa em relação ao tio e a família estava assumindo o que precisava. Assim, ele queria que eu estivesse com ele em cada situação que propunha nas sessões de psicodiagnóstico.

Resolvi mudar o enfoque e fazer aquilo que já estava fazendo sem perceber: psicoterapia. Tudo estava acontecendo velozmente para nós - a família, Hélio e eu - e lentamente para a delegada.

Resolvi caminhar no tempo que o Hélio estava me propondo, formalizando o encerramento do psicodiagnóstico e iniciando o processo da psicoterapia.

1.7 Objetivos da Psicoterapia:

Conversei com a mãe sobre a necessidade de uma psicoterapia para o filho, continuando, paralelamente, a orientá-la e aos demais familiares que cuidavam do Hélio. Aceitou e disse que não tinha dúvidas de que o filho deveria passar por algum processo de ajuda mais prolongado, porque ele precisaria rejeitar as coisas ruins da vida.

Acrescentou que tinha medo de que a situação ocorrida com o Hélio pudesse ser uma porta aberta para que ele tendesse a gostar de pessoas do mesmo sexo.

Confirmei que o processo psicoterapêutico, além de acompanhar a evolução do desenvolvimento do filho após o episódio, precisaria ser realizado para fortalecê-lo a discriminar as situações de risco e a defender-se de tudo na vida, pois seu nível de defesa estava um pouco infantilizado para a idade. Disse-lhe que estaria pensando no Hélio em todos os sentidos e não só na área da sexualidade.

Fiz o novo enfoque com o Hélio, especificando e definindo dia e horário dos nossos encontros, para conversarmos sobre tudo o que já estávamos vendo e fortalecê-lo, evitando que se submetesse a outras situações indesejáveis no futuro.

Apresentei-lhe a caixa lúdica, exclusivamente com materiais estruturados como jogos, baralho, quebra-cabeças, peças de lego; materiais agressivos como revólver e espada; e materiais gráficos e sucata.

Notei que não houve, por parte dele, muitas reações diferentes daquelas que já estava apresentando havia algum tempo tais como pedir para que eu o acompanhasse em algum jogo, conversar normalmente enquanto mexia na caixa ou pegar algum material da caixa lúdica, contando o que havia acontecido na família, na escola ou com os amigos do seu prédio.

Na semana seguinte após a família ter ido à delegacia, as irmãs de B. ficaram sabendo do fato, provavelmente porque o irmão também fora convocado para depor. Elas a chamaram para conversar, o que acabou provocando acusações de ambos os lados.

Disseram que F. estava acreditando em uma mentira do filho e que aquilo poderia acabar com a amizade entre os membros da família, pessoas que haviam crescido junto e em harmonia até aquela mentira ter surgido. Acrescentaram ainda que ela e o pai do Hélio haviam levado tudo longe demais.

F. lhes confirmou que ela e o ex-marido nunca haviam tido qualquer dúvida sobre as declarações do filho. Inclusive, haviam consultado uma psicóloga de uma Universidade, perto do seu trabalho a conselho de seu chefe, que lhe havia solicitado certificar-se dos acontecimentos envolvendo o menino, antes de qualquer atitude precipitada.

Além disso, a psicóloga que estava cuidando do Hélio havia confirmado a veracidade dos fatos. As tias, em um primeiro momento, voltaram a se questionar sobre o irmão,

pensando em voz alta: “Meu Deus, é verdade? Será que ele é maníaco? Que horror, temos ‘ele’ dentro de casa”.

Logo a seguir, no entanto, passaram a duvidar de que F. tivesse feito o que lhes contara. Bastante assustadas, disseram-lhe que não confiavam nela e que, provavelmente, a psicóloga da Universidade, havia sido “comprada”, pois era uma pessoa perto do local onde ela trabalhava. Disseram: “Essa psicóloga quer destruir nossa família”.

A mãe disse que o filho não mentia e que o irmão delas é que acuara o Hélio para que não contasse nada a ninguém, sofrendo em silêncio, havia muito tempo, os abusos e, quando não mais suportara, contara para a irmã adotiva. Quem, na verdade, havia acabado com a amizade na família fora o irmão delas, que deveria ter pensado, antes de tudo, nessa mesma família e no sobrinho. Havia uma confiança muito grande em B. porque era ele quem buscava o Hélio na escola diariamente: ninguém poderia supor o que o menino estava sofrendo.

Contou-lhes que passara a noite toda chorando, após ter sido comunicada sobre o que havia acontecido com o filho, até que, no dia seguinte, o chefe deu-lhe a idéia de ir à Clínica de Psicologia para uma orientação.

A ajuda imediata que recebera foi a de que precisava para se fortalecer e ser capaz de ajudá-lo a vencer o problema. Além disso, ela nunca tinha visto a psicóloga antes de tudo acontecer e não teria sido possível que ela e o ex-marido a “comprassem”, pois não possuíam dinheiro para tanto. Mesmo que o tivessem, não precisariam usá-lo, simplesmente pelo fato de o filho estar falando a verdade.

As irmãs de B. retrucaram que ela se precipitara em fazer a denúncia: aquilo poderia ter sido resolvido em casa, ou seja, em família. Relataram que elas também haviam ficado sem dormir só de pensar que uma mentira poderia levar o irmão a uma situação desagradável.

F. insistiu que não era mentira nem pouca coisa o que se tinha passado com o filho. Provavelmente, ela cuidaria dos efeitos do problema no Hélio por toda a vida. Não fora um episódio ocorrido com uma pessoa externa à família e sim, com uma pessoa que deveria cuidar do sobrinho, que possuía a confiança de todos.

Continuaram agredindo-se verbalmente. A mãe percebeu que elas queriam que a queixa fosse retirada. Porém, a certeza de ter feito o melhor para o Hélio tornava-a mais firme e confiante em sua atitude, para desespero delas.

A mãe me disse que ficara muito “marcada” por aquilo que eu lhe havia falado: ela não havia percebido a frequência dos acontecimentos, baseada na confiança que ela e o pai do Hélio depositavam em B., uma pessoa acima de qualquer suspeita; afinal, haviam crescido juntos.

Percebia que a mãe sentia culpa, algumas vezes, porque a pressão pela manutenção dos laços familiares era grande, mas, em seguida, eu a fazia lembrar que o filho, para ela, representava um laço muito mais forte do que qualquer outro que pudesse existir.

Com o tempo, ela passou a perceber, praticamente sozinha, a distorção da realidade que as irmãs de B. faziam e aprendeu a defender-se, assim como a defender também o próprio filho.

1.8- Evolução Clínica:

Após os acontecimentos, o Hélio aparentava estar melhor, voltara a brincar com os colegas, sem medo, e estava mais alegre. No entanto, com frequência, dizia que não queria encontrar-se com o tio, “nem de longe”.

Algumas vezes, comentava que gostaria de dar um soco no tio. Depois, parava, pensava melhor e dizia: “Não, eu não quero nem chegar perto dele.” Eu percebia que ainda existia nele um medo, talvez o de não conseguir livrar-se novamente do tio, como acontecera nas outras vezes em que fora agarrado.

Atendia os pais do Hélio em conjunto, porque sentia que desejavam realmente resolver o problema do filho ou, ao menos, minorá-lo. As sessões eram muito proveitosas para ambos e, conseqüentemente, para o filho. Em outras ocasiões, atendia apenas a mãe.

Eu os reforçava sempre a que continuassem com o processo. Dizia-lhes que, mesmo sendo a demora desgastante, era importante ir até o fim. Havia pesquisado que muitas famílias, após um certo tempo, desistem do processo, em função da demora dos trâmites forenses.

Em uma das entrevistas, a mãe contou que o pai do Hélio tinha ido buscá-lo para passear e avistaram o tio ao longe, do outro lado da rua, e que este também os vira. O pai lhe contou que queria atravessar a rua e dar muitos socos em B., até deixá-lo desacordado, “com os miolos para fora”, mas percebeu que o filho se agarrara à sua mão, notando, claramente, naquele momento, que era o filho quem necessitava de ajuda.

O tio, por sua vez, seguiu tão rápido em sentido contrário ao deles, que lhes deu a impressão de estar correndo. Percebendo o que acontecia, o menino, agarrado ao pai, comentou: “Ele está com medo de nós”.

Solicitei à mãe que ressaltasse ao ex-marido a importância da presença dele junto ao filho: a segurança que o menino sentira diante do encontro havia sido muito melhor do que qualquer atitude demonstrativa de fúria ou vingança.

Ela confirmou. O pai de Hélio, ao conversar com ela, já havia percebido o quanto sua presença e apoio eram importantes: “Nosso filho precisa de nós e vamos ajudá-lo a sair dessa. Não vale a pena sujar as mãos por um filho da p.”

Após esse encontro, a família de B. mudou-se para outro bairro, onde havia familiares que o apoiavam contra o Hélio: afinal, diziam que tudo aquilo havia tomado uma proporção muito grande e poderia ter sido resolvido em família.

F. me disse que também estava pensando em mudar-se do prédio: este lhe trazia muitas recordações e, mesmo sem ter visto nada entre o filho e B., ela ficava angustiada a cada vez que tomava o elevador ou passava pelos corredores.

Um dos pedidos de Hélio era sair para comprar pão, ato corriqueiro que todos os seus amigos faziam. No entanto, a mãe, receosa, não o deixava, pensando: “E se B. aparecer novamente e assustá-lo?” Essa e outras dúvidas passavam pela cabeça da mãe. O pai de Hélio também compartilhava desse sentimento e lhes dissera que os ajudaria financeiramente com a mudança.

Hélio praticamente só brincava na escola, até mesmo com colegas que não eram de sua sala, pois a mãe não o deixava mais fazê-lo nas dependências do prédio, com receio de um encontro com o tio.

Passou a ser sempre acompanhado pelo pai, pela mãe ou pela irmã. A tia já havia voltado para o Norte, naquela época, e só, às vezes, retornava e permanecia alguns dias com eles.

Expliquei à mãe que o Hélio já estava se defendendo bastante bem, sabia o que tinha acontecido com ele e estava lidando melhor com as coisas da vida. Porém, se ela não estivesse tranqüila, seria melhor mudarem: as recordações seriam menos traumáticas para todos.

Continuei tratando do Hélio por mais um ano, uma vez por semana. Ele havia ficado um pouco reservado, após os episódios com o tio. Mas, durante a psicoterapia, passou a ter mais iniciativa, sendo capaz até de pedir aos colegas para entrar no jogo de futebol, após as aulas ou no intervalo.

Passou a falar mais com a professora e recuperou as notas que haviam baixado no período dos contatos com o tio. No ano seguinte, superou as notas do ano anterior.

À psicoterapia, vinha sempre muito alegre, contando o que tinha aprendido e para que servia o seu aprendizado: “Aprendi a usar todas as operações da matemática em coisas mais difíceis, a professora deu problemas com mais contas e com coisas que usamos para fazer compras grandes, apartamentos”.

Capaz de fazer “compras grandes”, notei que ele também passou a aumentar suas expectativas e ambições, continuando a viver, entretanto, com as “prestações” que

apareciam de vez quando, relacionadas ao tio e com as quais teria de conviver ao longo da vida.

Surgiu, então, a oportunidade de fazer natação. Ele queria, porém os pais estavam um pouco receosos, em função do banheiro ser coletivo e do que lhe havia sucedido no passado.

Mostrei à mãe que a aversão que permanecera dos contatos com o tio poderia ajudá-lo a resistir, a não ser facilitador para novas experiências; além disso, o menino queria aprender a nadar e não estava preocupado, como os pais, em relação ao passado, estava simplesmente caminhando à frente.

Disse-lhe também que seria bom que eles acompanhassem o filho à escola de natação, incentivando-o no esporte e aproveitando para ver o ambiente. Dessa forma, ele sempre veria nos pais um apoio. Seria importante também que ele se arriscasse em um novo esporte, além do futebol, que já praticava desde pequeno.

Os aspectos psicossomáticos relatados após os episódios do tio desapareceram, mesmo diante de situações de pressão (provas bimestrais, competição de natação) e tomada de decisões (fazer trabalho sozinho porque o companheiro saíra da escola).

Houve então um período tranquilo para o Hélio e sua família, apenas com os acontecimentos normais do dia-a-dia. Posso até dizer que, durante longo período de tempo, não ocorreram lembranças significativas daqueles episódios por parte de nenhum deles.

Em seguida, vieram as férias. Como tudo caminhava a contento, foi combinado que, depois delas, eu verificaria se continuássemos com o tratamento do Hélio no ano seguinte.

Na volta, atendi-o por mais um mês. Em função das dificuldades de horário da mãe, do próprio Hélio e inclusive do meu, por trabalhar em uma clínica-escola, e por ter verificado que o fator impactante do momento havia cedido consideravelmente, fizemos uma parada no atendimento, que poderia ser reiniciado a qualquer momento, se houvesse necessidade.

Durante o período de um ano e meio não fui procurada pela família. Atendendo a tantos outros casos no dia-a-dia, fui-me esquecendo dos nomes relacionados ao caso do Hélio e, até mesmo, de algumas das próprias pessoas nele envolvidas, provavelmente em função de uma certa tranquilidade de que tudo havia sido encaminhado adequadamente.

Recebi, então, a visita de uma oficial de justiça, em minha residência, num domingo do mês de julho, perto da hora do almoço. Era uma intimação para que eu comparecesse, em final de outubro, ao Fórum Criminal da Barra Funda, para depor em um processo, cujo número e pessoas que constavam da intimação me eram desconhecidos.

Conversando com a oficial de justiça, disse-lhe que o meu nome estava correto, meu endereço também, mas eu não conhecia os nomes nem sabia do que se tratava. Acrescentei que poderia comparecer, mas não me lembrava de nenhum processo meu na Justiça, em tempo algum.

Ela, muito delicadamente, expôs o problema: com o tempo, eu poderia lembrar-me do que se tratava, mas ela não estava encontrando as outras pessoas a quem tinha de entregar a intimação, pois todos haviam mudado sem deixar endereço. Perguntei-lhe se poderia ver o processo, porque, tendo conhecimento do assunto, talvez pudesse ajudá-la.

Ela retrucou que não ficava com os processos nem tinha como saber-lhes o teor. Perguntou-me se eu não havia presenciado algum acidente e fora então chamada para testemunhar. Pensei e afirmei que não havia presenciado nada no último mês, no trânsito, ou em qualquer outro lugar. Ela, de imediato, disse: “Não, não, este não é um caso recente, é de 1998, e estamos em julho de 2000.” Respondi-lhe que, portanto, seria ainda mais difícil que eu o recordasse, mas que teria tempo até outubro.

Ela acrescentou que eu ainda poderia me lembrar do ocorrido, porém seu problema era ainda maior, pois ela não sabia como proceder para entregar as demais intimações. Resolvemos trocar nossos números de telefone: dessa forma, se eu lembrasse o caso e ela encontrasse as pessoas, resolveríamos o problema.

Na despedida, ela mencionou o bairro em que a família a quem procurava residia. Disse-lhe, então, que estava me lembrando de um caso a que havia atendido na Universidade em que trabalhava, cujo processo poderia ainda estar em andamento.

Ela observou: “Tem alguma coisa errada, porque se a senhora trabalha em uma Universidade Pública, essa intimação tinha que ter ido para o local de trabalho, por ser um órgão público”. Retruquei que eu havia dado os dois endereços quando fora à delegacia prestar depoimento.

Ela continuou afirmando que algo estava errado e que a intimação deveria ter sido endereçada ao meu trabalho, mas eu lhe disse que o mais importante era que havíamos descoberto a quem o processo se referia, com o que ela concordou.

Acrescentei que eu poderia, no dia seguinte, tentar localizar a mãe do Hélio, que trabalhava na própria Universidade e, obtendo ou não êxito, telefonaria para dar-lhe uma satisfação.

Fiquei surpresa ao perceber que, com o passar do tempo, eu não me lembrava mais dos nomes dos envolvidos no caso. Acredito que o fato de raramente chamá-los pelo nome completo tenha contribuído para esse esquecimento.

Apenas quando a oficial de justiça mencionou onde moravam, pude lembrar-me do caso e dos familiares envolvidos.

Na verdade, naquele domingo, sofri dois impactos: ser procurada pela lei, naquele dia e horário nada convencionais, e não ter conseguido associar o processo ao meu ex-paciente.

Assinei o recebimento da intimação e disse que tentaria localizar a mãe. Ela deu-me o número do celular para agilizar o encontro com as outras testemunhas, visto que precisaria entregar as intimações o quanto antes e agradeceu o meu empenho.

No dia seguinte, com a ajuda da secretária, localizei o prontuário no arquivo, reli o caso e constatei que os números de telefone e endereços eram os mesmos que a oficial de justiça tinha em mãos.

A mãe ainda trabalhava em uma unidade da Universidade e consegui o número através da Central. Ao telefonar-lhe, ela se mostrou surpresa com a minha procura.

Disse-me que havia mudado de residência e que não tinha deixado nenhuma “pista”, para que os antigos familiares não a incomodassem mais.

Confirmei-lhe que realmente não tinha deixado vestígio, porque a oficial de justiça e eu havíamos tido algum trabalho para localizá-la. Ela riu e disse: “É mesmo, eu me esqueci de avisar você e de colocar, no processo da delegacia, a minha mudança. Sabe que o Hélio está bem? Um dia ele me disse que queria te ver novamente”.

Afirmar-lhe que a oportunidade havia chegado.

Expliquei-lhe que uma oficial de justiça havia me procurado e que ela necessitava entregar as intimações a todos os envolvidos: o processo estava em andamento e precisaríamos ir ao Fórum, em breve.

Entreguei-lhe o número do celular da oficial de justiça e pedi-lhe que entrasse em contato o mais rápido possível para marcarem o lugar do encontro para a entrega das intimações.

Combinamos que, dentro de uma semana, telefonaríamos e eu conversaria com o Hélio.

Liguei para a oficial de justiça, comunicando o novo telefone da mãe para que ela pudesse fazer contato. Agradeceu-me muito e disse: “Que rapidez!” Comentei com ela: “Os nossos arquivos de cabeça, às vezes escapam, mas os arquivos permanentes de papéis funcionam bem”.

Rimos e nos despedimos. Reli o prontuário com os atendimentos e pensei que não seria nada bom recordar, com o Hélio, os acontecimentos e alguns detalhes de que eu mesma me havia esquecido, nada agradáveis de serem lembrados.

No final daquela semana, recebi inesperadamente, à minha sala, a visita da mãe, que ainda tinha uma idéia dos meus horários. Comunicou-me que todos haviam recebido a intimação e disse que marcaria comigo de irmos juntos depor no Fórum.

Acrescentou que havia vezes em que gostaria de encerrar o processo, pois o Hélio lhe parecia bem e ela não desejava que ele lembrasse tudo novamente. Ela já havia ficado sem dormir na noite em que recebera a intimação, mas tentara não passar essa sua preocupação para o filho.

Falei a ela que, naquele momento, a retirada do processo não adiantaria nada, porque ele já estava correndo e, com a audiência marcada, era importante fazer-se um fechamento de algo iniciado no passado. Eu também havia achado desagradável a demora, porém existiam muitos processos para a justiça resolver.

Além disso, esse já era de domínio público e o Estado precisava garantir que outras pessoas não fossem molestadas por indivíduos como B.

Apesar de ser ruim o fato de Hélio ter de recordar tudo, precisávamos ajudar a justiça a fazer justiça. De minha parte, faria de tudo para ajudá-lo a lembrar-se e falar diante do juiz, no que seria, provavelmente a última parte do processo. Seria importante, para o Hélio, o fato de a família ter iniciado e terminado o processo em sua defesa.

A mãe, por uns instantes, permaneceu pensativa e, quando me dirigiu o olhar, disse: “É, eu preciso ver grande, eu me preocupo só com meu filho”.

Disse-lhe que estava certa, era importante preocupar-se com o filho, afinal, cumpria seu papel de mãe, e eu só lhe estava mostrando o outro lado da situação.

Comentou que, às vezes, titubeava e, por isso, vinha falar comigo, pois relembrava tudo e percebia que precisava fazer alguma coisa, sentia no íntimo que não podia desistir, entretanto tinha vontade de deixar tudo como estava, inclusive para não sofrer mais e não deixar que o filho sofresse também.

Afirmei-lhe que todas as pessoas passam por momentos de indecisão, é uma atitude comum: alguns param, outros ignoram e outros, ainda, vão até o fim. Ela estava contribuindo muito, não apenas com a família, como também com a sociedade. Ao enfrentar-se um problema, é bom que se chegue até o final, como modelo para que outras pessoas, passando por situação semelhante, não desistam.

Ela ficou em silêncio por um tempo. Depois, disse: “Eu não havia pensado em tudo isso, eu me deixo abater quando vem o sentimento do ‘deixa p’ra lá’, pára com tudo isso.” Agora eu sei o que acontece com as outras pessoas, que param de fazer as coisas”.

Continuou falando: “Não investem mais para continuar até o término do processo, é muito penoso. Precisa persistir com os nossos sentimentos e enxergar longe para não desanimar, embora...” (Incentivei-a a que continuasse) “embora as coisas da justiça demorem bastante, não é?” Acenei-lhe que sim. Ela continuou: “Sei que eles têm muitos casos até piores do que o do meu filho, mas se as coisas fossem mais rápidas, acho que seria mais fácil para todos, as lembranças dos fatos e até mesmo a punição dos responsáveis, pois o tio pode estar fazendo coisas por aí iguais às que fez com meu filho e ninguém está sabendo”.

Disse-lhe: “Lembre-se de que ele sabe que as coisas não estão bem para o lado dele, há uma suspeita até dos próprios familiares que o apoiavam, para uma dúvida, se é que já não sabem a verdade. No início, eles também ficaram contra ele e se assustaram muito com o fato. Nada, na Justiça, é fácil, precisa-se de provas e de coerência nos depoimentos, de todos os lados”.

Ela parou novamente, ficou olhando para a janela, e quando voltou o olhar para mim, falou: “Eu não estava pensando assim. Ele não deve estar bem mesmo, porque o conhecia bem e sei que tem sentimento. As suspeitas estão caindo cada vez mais sobre ele, e ele sabendo que tudo é verdade, precisarão contratar dois advogados para tentarem arrumar alguma desculpa, eu nem sei de que tipo.”

Disse-lhe que ficara sabendo que, quando a pessoa suspeita é casada, talvez seja um pouco mais fácil a defesa, pois a situação também é vista por um outro lado. No caso do tio, o fato de ser solteiro poderia piorar um pouco a situação.

A mãe retrucou: “Não sei se te falei, mas ele é homossexual (tio). Fiquei um pouco atônita, mas tentei disfarçar: “Não, não sabia”. Pensei sobre o motivo dela não ter trazido esse fato à tona anteriormente: seria talvez medo de que o Hélio também pudesse ficar como o tio, após aquela experiência?”

Ela continuou: “Não sei por que não trouxe esse dado antes. Mas, de qualquer maneira, tenho certeza de que o pai do Hélio disse na delegacia, eles devem ter escrito isso, e eu também falei lá, aqui é que eu não sei”.

Disse-lhe que ficasse tranqüila, pois o principal fora comunicado à delegada.

Aproveitei para reforçar que, naquele momento, ela e o pai do Hélio deveriam procurar um advogado, lembrando o que já lhes havia solicitado anteriormente. Ela confirmou que se lembrava de que eu lhe havia pedido e acrescentou que a família do tio havia precisado de dois advogados porque queriam provar algo que era uma mentira.

Relembrei-lhe a necessidade de um advogado para acompanhar o processo e orientá-los quanto aos passos a serem tomados.

Um profissional da área poderia dar instruções de como nos conduzir, principalmente em relação à audiência, situação inusitada para todos, inclusive para mim, que me estava apoiando em outros advogados que conhecia, fato esse que não mencionara à mãe.

Ela demonstrou entender a razão de minha sugestão e me disse que conversaria com o pai do Hélio sobre aquele advogado que já me havia mencionado anteriormente. Fiquei mais tranqüila e fiquei de marcar um encontro com o Hélio, próximo à data da audiência.

Na própria semana do depoimento, combinei com a mãe para que me trouxesse o Hélio. Assim que me viu, ele correu ao meu encontro e me abraçou. Parecia bastante animado e alegre e eu, curiosa para saber como ele estava.

Subimos até minha sala. Eu já havia preparado o material do seu prontuário na mesa e, logo que entramos, começou a falar das novidades do seu dia-a-dia. Falou do esporte preferido, o futebol, e como estava se saindo. Comentou, muito entusiasmado, sobre sua turma, os gols que havia feito, os dias da semana em que permanecia na escola fora do horário das aulas.

Perguntei-lhe se ele sabia o porquê de ter vindo falar comigo. Percebi que sua expressão se alterou e respondeu-me que sim. Continuou: a mãe recebera um papel de uma moça que viera até sua casa.

Disse que todos, o pai, a mãe, a irmã, a tia do Norte teriam que falar novamente sobre o caso do tio. Perguntei-lhe sua opinião. Ele disse que estava tudo bem, que não via mais ninguém e que não tinha mais medo, porque sabia que o tio não poderia obrigá-lo a mais nada, estava mais forte. Imitou um soco no ar: “Sei me defender”. Em seguida, fez uma careta e colocou a língua para fora, reforçando que não queria mais se lembrar de nada.

Expliquei-lhe o significado do papel que a mãe havia recebido e falei da necessidade de comparecermos a um outro lugar, o Fórum Criminal, conversar com uma autoridade superior à delegada, um juiz.

Precisaríamos recordar tudo o que havia acontecido entre ele e o tio, porque o juiz nos faria algumas perguntas, provavelmente semelhantes àquelas a que havíamos respondido na delegacia.

Ficou olhando para mim, enquanto eu abria o prontuário e passava a dar-lhe alguns indícios das ocorrências para ver se ele, ao lembrar-se, continuava a falar sobre elas.

Por várias vezes, ele comentou: “Isso eu já tinha esquecido”. Ou então: “Ih, como foi ruim esse dia!” Em alguns momentos, ele colocava a língua para fora, em sinal de nojo. Em outros, ele dizia: “Como você se lembra bem de tudo o que aconteceu comigo!”

Comentei que eu também precisara recordar tudo lendo o prontuário, pois me havia esquecido de grande parte dos acontecimentos. Diante de outras perguntas ou insinuações

que eu fazia sobre alguns fatos, ele ficava muito incomodado e triste. E eu também ficava aborrecida por precisar ajudá-lo a lembrar-se de episódios tão desagradáveis.

Disse-lhe o que estava pensando, deixando claro, porém, que, para a justiça, os dados são necessários, não importa quanto tempo se tenha passado, pois serviriam para uma averiguação mais precisa da situação.

Para nós, era sofrer novamente algo que já estava no passado. Ele riu e disse: “Já passou e não vai mais acontecer”. Reforcei essa frase, pois senti que ele havia resumido bem seu problema, e com um ânimo novo e uma projeção mais segura de futuro.

Continuei refrescando sua memória e, em alguns momentos, ele dizia: “Eu não sabia direito o que era isso e eu não falava nada, mas, se fosse hoje, eu batia nele, chutava, empurrava, gritava e tudo mais”. Saía da cadeira em que estava sentado, simulava os chutes e os socos no ar, inclusive imitando os ruídos.

Comentamos sobre um termo que ele costumava usar para referir-se aos episódios: “mexido”. Alertei-o que o juiz poderia perguntar-lhe o significado. Ele pensou e disse: “Ele esfregava o meu ‘pipi’ com as duas mãos e tinha vezes que balançava com a mão dele o meu ‘pipi’, depois enfiava o dele no meu bumbum”, mostrando como acontecia, levantando-se da cadeira, e como o tio prendia suas pernas nas do Hélio, para que este não escapasse.

Após ter estimulado sua lembrança para os acontecimentos passados, achei que já era mais do que suficiente e, antes de sair, conversei com ele sobre outros acontecimentos de sua vida, sobre os amigos e o esporte novamente.

Como havia precisado repetir tudo o que era ruim, resolvi também repetir algo bom para ele, o que me trouxe certo alívio. Aos poucos, notei que seu ânimo foi voltando e seu semblante, desanuviando. Confesso que sua conduta foi-se modificando sobremaneira e a alegria voltou a aparecer, fato que ocorreu também comigo.

Pedi para fazer um desenho e fez o Chapolim. Disse que gosta muito desse personagem e assiste com frequência na TV, esse seriado.(anexo-D).

Quando terminou, pediu que eu comentasse algo sobre o desenho dele. Disse que iria pedir para ele falar alguma coisa. Riu e disse: “Você que gosta de falar sobre o que eu desenho”. Ri e disse que se tratava de um personagem muito inocente e que entrava em confusões, sem querer, porque algumas horas era muito bobinho.

Pulou da cadeira e disse: “ Como eu né, tia?” Rindo continuou a falar: “Mas agora eu aprendi e ninguém vai me fazer de bobo, já sei muito bem me defender, e o meu pai também me ensinou”.

Ele saiu bem do consultório e eu também me senti da mesma forma.

Combinei com a mãe que, no dia da audiência, poderíamos nos encontrar cerca de trinta minutos antes do horário previsto para o início, a fim de que o advogado nos instrísse. Caso este achasse conveniente, poderia inclusive nos convocar, alguns dias antes, para conversarmos. Despedimo-nos e disse-lhe que estaria aguardando qualquer comunicação.

Como não recebi nenhuma mensagem até a data da audiência, compareci no dia marcado, às 12h30, meia hora antes do horário, para o encontro com a família e o advogado.

Tinha certeza de que, com exceção de mim, o advogado já havia conversado com todos. Chegando ao Fórum, reconheci-os, de longe, e eles também me viram. Subi a rampa e o Hélio veio ao meu encontro. Nós nos abraçamos e continuamos subindo a rampa, quando, então, encontrei a família e nos cumprimentamos.

Notei que o ambiente estava bastante tenso ao nosso redor: carros de polícia chegavam e saíam do pátio do estacionamento, com uma velocidade incomum para um lugar em que transitavam tantas pessoas.

Camburões, que traziam presos e faziam manobras, não respeitavam quem pudesse estar por perto. Isso eu podia compreender: se houvesse qualquer problema, a culpa seria dos responsáveis que os estavam escoltando e eles não podiam arriscar-se; na dúvida, avançavam com o carro e, depois, paravam para verificar o que acontecera.

Repentinamente, um desses veículos fez uma manobra tão estranha que todos saímos para os lados, praticamente correndo, salvando bolsas e pastas. Ele se havia posicionado em marcha-ré, próximo à porta de entrada, junto à maçaneta.

Uma parte do nosso grupo tinha ficado de um lado do camburão e o Hélio e eu, do outro. Estávamos nos organizando novamente, quando começaram a se formar duas colunas de guardas diante do motorista, que abria a porta traseira do carro.

Os presos começaram a sair algemados uns aos outros e andavam no meio do corredor formado pelos guardas. Em seguida, estes mudavam de posição: os primeiros corriam e se colocavam atrás dos últimos, e assim, sucessivamente, até chegarem às salas de audiências. Por sua vez, o carro afastou-se da porta, retornando ao estacionamento.

Pensei sobre o ocorrido e cheguei à conclusão de que seria melhor se houvesse, no Fórum, entradas separadas: uma, para pessoas envolvidas em delitos leves e outra, para os envolvidos em crimes de maior periculosidade.

A fisionomia das pessoas presentes à cena, inclusive a do Hélio e a minha, era de perplexidade e choque, pois ninguém sabia o que fazer nem para onde ir, diante da ocorrência. Senti que os guardas nos atrapalharam e nós a eles, porque não houve nenhuma orientação de como deveríamos proceder.

Após o choque inicial, a situação, na medida do possível, foi retornando ao normal. Notei que outras tantas pessoas esperavam seus advogados e as testemunhas convocadas; enfim, cada grupo possuía uma história a ser contada.

Perguntei-lhes pelo nosso advogado, para que me instruisse antes da audiência, pois pensava que todos já soubessem os procedimentos necessários.

A mãe dirigiu-se a mim, enquanto o pai ouvia nossa conversa. Eles haviam sido informados de que, quando a família não possui recursos financeiros, o governo se incumbem de fornecer um advogado. Ela me disse ainda que não precisavam se preocupar com isso.

O pai interferiu, dizendo que, da outra vez, com a delegada, dera tudo certo, pois todos estavam falando a verdade durante todo o tempo, conforme eu lhes havia aconselhado. Acrescentou que poderiam ser virados de cabeça para baixo que continuariam falando sobre os acontecimentos sempre da mesma maneira.

O pai disse que se lembrou, com a mãe do Hélio, de como eu havia orientado bem a todos, inclusive do comentário da delegada sobre como as pessoas envolvidas, apesar de separadas, haviam apresentado depoimentos semelhantes. O Hélio, inclusive, tinha praticamente repetido o relato nas duas vezes em que falara com ela.

Após o impacto da chegada ao Fórum, precisei lidar, novamente, com a angústia de não ter em quem me apoiar.

Alertei-os de que a situação que estávamos vivenciando naquele momento era peculiar, diferente da anterior.

Da outra vez, a queixa fora apresentada na delegacia para que se abrisse um inquérito, mas, dessa vez, os depoimentos serviriam para decisão e julgamento dos fatos. A audiência seria presidida por um juiz, que daria uma sentença.

Notei que eles me olhavam e, ao mesmo tempo, aparentavam estar assustados com o que presenciavam ao redor, pois conversavam comigo e, simultaneamente, olhavam o ambiente, tentando controlar a situação: afinal, a decisão havia sido tomada, não possuíamos advogado e senti que minhas palavras haviam-se dissipado como nuvens passageiras.

Resolvi não cobrar mais o advogado, porque, na realidade, eu é que ficara sem: eles tinham a mim. Pensei também em não criar mais expectativas devido à proximidade do horário e achei melhor dirigirmo-nos à sala de audiências.

O prédio possuía uma admirável estrutura na forma de um grande quadrilátero espaçoso, em cujo centro havia um jardim muito bonito com plantas naturais e coloridas,

especialmente vermelhas, as que mais me chamaram a atenção. Porém, o ambiente contrastava com a decoração.

Estávamos procurando pelo balcão de informações quando, novamente, formaram-se duas colunas de guardas em um corredor humano. Desviaram-nos para junto da parede e a porta traseira de um camburão foi aberta para que descesse mais uma leva de detentos algemados.

Portanto, havíamos tido a oportunidade de presenciar a mesma ocorrência tanto do lado de fora do Fórum quanto no seu interior e não sei avaliar qual delas foi pior. Em todos, era fácil perceber o semblante atônito de quem passava por essa experiência pela primeira vez. Outros grupos, provavelmente mais afeitos a esse tipo de acontecimento, continuavam a conversar normalmente.

Uma atitude, no entanto, foi comum a todos: o menor esbarrão fazia com que as pessoas, imediatamente, segurassem seus pertences e olhassem ao redor, prevenindo-se contra algo ameaçador.

Eu também vivenciei essa situação: ao levar um esbarrão, segurei a bolsa e a pasta que carregava, apertando-as ao peito, evidentemente sem necessidade, pois estava rodeada pela família do Hélio. No entanto, foi uma forma de me sentir mais segura diante daquele ambiente tão pouco acolhedor.

Desisti de procurar o balcão de informações e fui caminhando prédio adentro, paralelamente a alguns guardas da última escolta, seguida pela família do Hélio, em busca da sala em que deveríamos nos apresentar.

Os seguranças tinham uma postura ostensiva. Ao darem qualquer informação, mantinham uma fisionomia séria, dura. Olhavam além de nós, praticamente ignorando nossos agradecimentos.

Continuamos andando pelo corredor central, em cujo lado direito ficava o jardim. No lado esquerdo, havia várias portas largas, de vidro opaco. Uma recepcionista, ladeada por dois guardas, atendeu-nos e indicou a porta a que deveríamos nos dirigir.

A família de Hélio, que me acompanhava de perto, também se dirigiu à porta, que, diferentemente de outras, abria para fora.

Entramos num segundo corredor, igualmente amplo. Nossa sala de audiência era a primeira à esquerda, e, em frente, havia uma sala de espera exclusiva.

Entre as duas salas, existia uma mesa com uma secretária, que tirava dúvidas e conferia, com as pessoas que chegavam, o número da sala, o processo e o horário, pedindo-lhes que aguardassem na sala de espera.

Aproximei-me e entreguei-lhe minha intimação. Confirmou os dados com extrema habilidade e rapidez, ou assim me pareceu, já que me sentia, devido aos últimos acontecimentos, agindo “em câmara lenta”.

Os demais me passaram as intimações para que eu as entregasse à secretária. Expliquei-lhes que deveriam entregar pessoalmente a intimação, pois ela precisava conferi-la com a identidade. Acrescentei que os aguardaria na sala de espera, com o Hélio.

Na sala, havia um guarda sentado, lendo uma revista, e outras nove poltronas vazias. Eu o cumprimentei e fomos nos sentar. Não ouvi a resposta ao meu cumprimento, mas é possível que tenha passado despercebido, pois o Hélió falava incessantemente.

Quando nos acomodamos e olhamos para a porta, esperando pelos demais, percebi que o guarda já deixara a revista no lugar e se posicionara à porta de entrada, do lado de fora.

Era ele quem fazia a guarda da sala e, provavelmente, ficara mais descontraído, antes de nossa chegada, por não haver ninguém na sala de espera. Olhei com mais atenção o local: não possuía janelas nem qualquer tipo de adorno, era “fria”, embora estivesse abafada devido ao dia quente.

Em um dos cantos da parede, no alto, existia uma caixa embutida, que se parecia com um ar condicionado, mas sem abertura. Achei estranho, mas, naquele momento, desviei minha atenção para o Hélió.

Quando os familiares chegaram, notei que o guarda não cumprimentou nenhum deles, demonstrando uma atitude semelhante à dos demais guardas que havíamos visto.

Também faltava a ele polidez, intimidade; no entanto, aparentava ser um pouco mais acessível, possivelmente por estar sozinho.

A mãe do Hélió disse-me que seria bom se eu pudesse entrar com o filho na sala de audiências. Antes que eu pudesse responder, o Hélió disse que já me havia pedido, pedido esse que eu havia esquecido, preocupada que estava, procurando pela sala.

Disse que verificaria a possibilidade. Dirigi-me à secretária, seguida pelo Hélio, que me seguira, quando eu levantara.

O impacto causado pelo ambiente, nesse corredor mais restrito, era ainda maior: parecia que, à medida que se chegava mais perto do “problema”, os olhares e ânimos se revelavam ainda mais tensos do que na entrada do Fórum.

Lia-se, nos olhos de todos, medo, raiva; os ombros se erguiam em desafio; os paletós semi-abertos iam e vinham, balouçantes, roçando em qualquer pessoa que passasse por perto; os sapatos marcavam o passo, com força.

Ouvíamos, às vezes, rumores de vozes, com frases indecifráveis; em outras vezes, apenas sussurros e olhares; em outras, ainda, um silêncio momentâneo, quando algum depoente era chamado a comparecer à sala de audiências. Sentíamos o impacto a nosso redor e tudo contribuía para o aumento da tensão.

Comuniquei à secretária que era a psicóloga do Hélio e queria saber se haveria algum impedimento de entrar com ele na sala de audiências. Ela disse que perguntaria ao juiz, para ver se ele consentiria.

Demorou um pouco para voltar e percebi que ela e o juiz haviam conversado sobre o caso. A resposta foi que eu poderia entrar se não fosse uma das testemunhas a depor. Como a secretária lhe disse que eu fazia parte do processo como depoente, ele então resolveu que eu poderia ficar perto da porta, enquanto o menor estivesse na sala, para que me chamassem, se fosse necessário.

Agradei a informação, assim como o Hélio, que estava a meu lado. Ao olhar para ele, a secretária acrescentou: “Eu me esqueci de uma coisa, vou estar dentro da sala com você, o que precisar, pode me pedir”.

Novamente agradei a atenção que estava sendo dado ao caso, pois percebi haver um diferencial, por parte deles, no tratamento que nos era dispensado.

Voltamos à sala de espera e todos os familiares nos olhavam ansiosos. A mãe se adiantou e me disse, assustada: “Eles chegaram e com dois ‘caras’ que não conhecemos, devem ser os advogados, não?”

Ela fez questão de me mostrar quem era B. Eu o vi de relance e, embora ela insistisse para que eu lhe desse minha opinião a respeito, disse-lhe que não seria conveniente encará-lo, naquele momento; além disso, nosso objetivo era outro, o de responder ao juiz.

Fomos interrompidas pelo Hélio, que desejava beber água e estava tentando localizar um bebedouro. Não sei dizer se o Hélio havia visto a “ex- família” chegar, mas tive a certeza de que todos, eu inclusive, precisávamos de água naquele momento.

O pai do Hélio, que também havia visto B., disse que o levaria, conduzindo-o ao lado oposto de B. e seus acompanhantes.

Pedi-lhe que não se demorassem, pois já estava na hora de começar a audiência e eu não sabia qual seria a ordem de chamada.

Com a chegada do acusado, o denso clima que havia percebido, desde a entrada, passou a refletir-se na própria família do Hélio. Eu mesma havia ficado mais tensa e com os movimentos ainda mais lentos.

De alguma forma, todos se mostravam perturbados e nenhum deles conseguiu continuar sentado. Tentei me controlar e percebi que minha ansiedade transparecia na voz embargada. Não sei se alguém percebeu a minha mudança, mas, para mim, ela ficara evidente.

Apesar de acostumado a esse tipo de situação, o guarda, à porta, redobrou a atenção para conosco, ao perceber nossa mudança de postura.

Naquele momento, a secretária chamou o Hélio à sala de audiências. Ao lhe desejarmos boa sorte, o clima, a princípio de exaltação, foi seguido por um silêncio de ansiedade. Não sei dizer, exatamente, quanto tempo durou o depoimento do menino, pois o tempo, naquele lugar e naquelas circunstâncias, parecia-me indefinido. Acredito que ele tenha permanecido na sala cerca de uma hora.

Durante todo esse tempo, a família dirigia-me perguntas (como se eu as pudesse responder): “O que será que está acontecendo lá dentro?”, “Será que está difícil para o Hélio responder a alguma pergunta?”, “Será que ele vai se lembrar de tudo o que aconteceu, sem deixar escapar algo importante?”

E continuavam: “Em que parte será que está agora?”, “Já faz tempo que ele entrou, não?”, “Será que vai demorar mais quanto tempo?” A mãe verbalizou, com tristeza:

“Nunca vivenciamos isso antes, que sufoco, imagino que eu não seja a única a passar por isso...”

Eu tentava explicar, na medida do possível, o que imaginava que pudesse estar acontecendo lá dentro.

Em um dado momento, a secretária saiu da sala pela porta dos fundos e, quando eu a vi, fui correndo ao seu encontro. Ela me disse, com um sorriso, que ele estava se saindo muito bem e que eu poderia ficar tranqüila, porque ele estava respondendo com muita clareza ao que lhe era perguntado.

Passei imediatamente o recado à família e todos ficamos um pouco mais aliviados. Comecei a imaginar a clareza no relato do Hélio, provavelmente ao mostrar no próprio corpo o que lhe havia acontecido.

Ao sair do depoimento, fui ao encontro de Hélio, que me disse: “O juiz me perguntou uma coisa que você falou que ele iria perguntar”. Retruquei-lhe que eu apenas lhe havia dito o que achava que o juiz pudesse perguntar.

A secretária saiu em seguida e chamou a mãe para depor. Estava me dirigindo à sala de espera com o Hélio, quando fomos chamados pela secretária, que nos disse: “Hélio, você estava ótimo, gostei muito de como falou tudo, aqui tem dois bombons, um para você e um pode ser para a sua amiga terapeuta”. Sorrindo para ele, piscou e completou: “Você é muito bonito, sabia?”

Rimos os três. Ela acrescentou: “O juiz pediu para a senhora entrar após a mãe do Hélio e, se possível, ficar até o final dos depoimentos, porque pode ser que o Hélio precise entrar novamente para esclarecer alguma dúvida.”

Agradei e disse que ficaria até o final da audiência. Não é necessário dizer que não comi o bombom, apesar da insistência do Hélio. Fiquei mais tensa do que o normal, pois sabia que seria a próxima a depor, mas, mesmo assim, contente por vê-lo fora do alcance de perguntas tão “chatas”, como ele próprio as qualificou.

Voltei a conversar com o Hélio que, naquele momento, encontrava-se cercado pelos familiares, o pai, inclusive, e retornamos à sala de espera. O juiz lhe havia perguntado: “O que é ser mexido?” Ele respondeu tudo o que já tinha falado para mim, apontando: “Era mexer aqui no meu ‘pipi’ e aqui na minha bunda e eu não gostava.”

Disse-lhe que ainda bem que sua vez já tinha passado e poderíamos conversar sobre outras coisas, além de comer o bombom. Ele falou que já havia comido um. Acrescentei: “Falta o outro!”

Estávamos rindo, quando olhei para os familiares e notei o rosto do pai transfigurado. Ele havia acompanhado minha conversa com o filho e trazia o semblante completamente modificado, o olhar irado, a testa enrugada e os braços cruzados. Percebi o quanto estava se segurando para não criar maiores problemas naquele espaço já tão comprometedor.

A mãe levou cerca de 50 minutos para depor e me recordo que foi o momento em que mais consultei o relógio. Enquanto ela estava na sala, o Hélio lembrou que o pai dissera que, quando tudo terminasse, iríamos ao Mc Donald’s.

Voltou-se então para mim: “Hoje você vai conosco, porque na última vez você não pôde, “né”? Confirmei, pois também queria estar em qualquer outro lugar, exceto ali.

No final do interrogatório, fui ao encontro da mãe e percebi que ela havia chorado muito, pois os olhos estavam vermelhos e segurava um lenço na mão: “Como foi horrível recordar tudo de novo, com detalhes.” Eu quis falar algo, porém ouvi chamarem meu nome. Dei-lhe um abraço rápido, mas sinto que esse contato disse muito: foi a melhor coisa naquele momento, para ela e para mim.

Entrei imediatamente e o juiz, assim que me viu, pediu-me que fosse até a cadeira que se encontrava à sua frente, muito próxima dele. Quando me sentei, notei que ele tinha um dos pés engessado e apoiado em um banquinho debaixo da mesa.

Ao entrar, passei por algumas pessoas que ficaram atrás de mim durante todo o interrogatório. Só mais tarde soube quem eram. Percebi que havia duas pilhas de processos em cima da mesa do juiz. No centro, um processo aberto, que deduzi ser o nosso.

Assim que sentei, ele agradeceu o fato da Universidade e meus superiores me liberarem para o comparecimento, e a mim, especialmente, pela disponibilidade em prestar um serviço à justiça.

Apenas agradeci, porque não era por prazer que lá estava. Quanto à minha disponibilidade, ele realmente acertou, pois havia saído da Universidade às 10h30, chegando ao Fórum às 12h30 e me retirei próximo das 17h.

Pediu-me que levantasse e fizesse o juramento de que diria somente a verdade, com a mão estendida sobre a Bíblia. Após tê-lo feito, solicitou que me sentasse novamente. Pedi-lhe então licença para falar algo antes de iniciado o interrogatório. Disse-lhe que, por ser uma psicóloga clínica, estava sob sigilo profissional e, provavelmente, haveria algumas perguntas a que não poderia responder.

O juiz colocou a mão na testa, dizendo: “É mesmo. Vocês têm o tal do sigilo profissional, que é muito rigoroso, não podem falar o que se passa nas entrevistas.” Pensou um pouco, enquanto eu sentia um murmúrio atrás de mim. Em seguida, prosseguiu: “Diante disso, fique à vontade para responder o que puder, sem ferir sua conduta profissional”.

Expliquei-lhe que eu trabalhava com problemas de foro íntimo das pessoas e não poderia expô-los.

Acenou afirmativamente e renovou o pedido para que eu não respondesse a nada que não fosse viável.

Passou então a interrogar-me:

Juiz: “Como você conheceu o Hélio?”

Eu: “Conheci-o após uma entrevista com a mãe, que me procurou em desespero, pois não sabia o que fazer com o problema do filho. Ouvi-a e marquei uma entrevista com o Hélio no dia seguinte.”

Juiz: “O menino contou para a senhora em detalhes tudo o que aconteceu com ele e o tio?”

Eu: “Acredito que sim”.

Juiz: “A senhora acha que ele possa estar fantasiando ou ocorreram as coisas que ele relata?”

Eu: “Posso garantir que não é fantasia, em função das análises dos testes que apliquei e das nossas entrevistas com muita riqueza de detalhes, sempre contados da mesma maneira, com poucas modificações que não interferiam no conteúdo do relato”.

Nesse momento, o juiz recebeu alguns processos das mãos da secretária, abriu-os e começou a assinar, mas continuou conduzindo a audiência. Ouvi então uma voz atrás de mim, do lado direito, questionando:

Voz 1: “O menino não poderia estar inventando essa história por não gostar do tio?”

Eu: “O Hélio sempre gostou do tio”.

Outra voz perguntou:

Voz 2: “Desde quando a senhora conhece o menino?”

Eu: “Desde que a mãe o levou pela primeira vez, a questão de três anos atrás, à clínica da Universidade”.

Dessa vez, ouvi uma voz do lado esquerdo.

Voz 3: “A senhora. fez testes psicológicos no menino?”

Eu: “Fiz”.

Voz 3: “E o que deu?”

Antes que eu pudesse responder, o juiz, que continuava assinando os processos, disse:

Juiz: “Essa pergunta não faz sentido, porque ela não poderá responder; isso faz parte do trabalho específico e sigiloso dela”.

Fiquei em silêncio, pois não poderia realmente responder à pergunta.

Outra voz.

Voz 4: “A senhora continua atendendo o menino?”

Eu: “Neste momento, não”.

Voz 4: “Então não foi tão grave o que aconteceu com o menino, porque já acabou a terapia.”

Eu: “Não falei que acabou a psicoterapia, falei que, neste momento, não estou atendendo em função da melhora do Hélio, o que não significa alta, está temporariamente sem o atendimento: o que aconteceu com ele repercutirá sempre, durante toda a vida”.

Voz 5: “Como a senhora pode afirmar isso?”

Eu: “Porque é uma área de...” (ia falar o nome da perversão), mas fui interrompida novamente pelo juiz.

Juiz: “Não pode fazer esse tipo de pergunta, está saindo do contexto.”

Um tanto impaciente, olhou em minha direção e me disse que não precisava responder.

Acenei com a cabeça, confirmando que respeitaria sua decisão.

Voz 6: “O menino está bem esperto neste momento, a senhora não acha que é um exagero levar esse processo para frente?”

Antes que eu respondesse, alguém falou:

Voz 7: “Eminência, ele está interferindo demais nas coisas da psicóloga, ela não pode responder a tudo, como já nos disse antes, e há perguntas desnecessárias, que fogem ao contexto.”

O juiz começou a falar, interrompendo provavelmente a sexta voz, mas não consegui me conter e, olhando para ele, respondi:

Eu: “O fato de Hélio estar esperto e vivaz não significa que ele não esteja sofrendo internamente. Além disso, a família e eu o estamos sustentando, no aspecto emocional, para que possa suportar esse sofrimento.”

Houve um silêncio repentino, o que me fez perceber que havia interrompido a fala do juiz. Pedi-lhe desculpas.

Juiz: “Não há problema”. Mexeu a cabeça em sinal afirmativo.

Voz 8: “Se a senhora é psicóloga clínica, eu acredito que nós precisaríamos de uma psicóloga do poder judiciário para confirmar os dados que não podem ser revelados devido ao sigilo”.

Houve um murmúrio na sala. O juiz pediu silêncio:

Juiz: “Acho desnecessário esse seu pedido, mas se é para encerrar o processo definitivamente, eu posso fazê-lo.”

Continuou: “A senhora concordaria que o menino passasse por uma psicóloga do poder judiciário, só para podermos ter um laudo para anexar ao processo, embora eu não esteja duvidando de nada?”

Olhou seriamente para as pessoas que estavam atrás de mim e percebi que tinha a caneta levantada na mão direita. Completou: “Não quero que saia do seu profissionalismo de nenhuma maneira. Gostaria também de saber o que a senhora acha de o menino estar sendo submetido a uma nova avaliação por outra pessoa: atrapalharia seu trabalho, seria inconveniente para ele?”

Respondi à pergunta com muita veemência e enfatizando a questão da verdade. Acredito que tenha subido o tom de voz, porque pude me ouvir com bastante nitidez:

Eu: “Vocês têm total autonomia para fazer o que for preciso a fim de que provenha a verdade. Eu concordo com uma nova avaliação, realizada por uma colega do poder judiciário, embora afirme, com a mais absoluta certeza, que foi verdade tudo o que aconteceu com o Hélio, que, provavelmente, deve ter relatado o ocorrido em detalhes”.

O juiz continuava olhando para as pessoas atrás de mim e concordava com a cabeça. Novamente, percebi o silêncio. Sentia o sangue ferver na veias, a respiração alterada. Minha vontade era voltar-me e encará-los. No entanto, contive-me, olhando para o juiz. Este olhou para os presentes e, após um tempo, disse:

Juiz: “Não há dúvida. Mas, para completar o processo, vou pedir uma avaliação psicológica do Judiciário (olhou para mim), com o seu consentimento.”

Eu: “Concordo, porque dará mais confiabilidade e veracidade ao nosso depoimento e, em especial, ao do Hélio, que foi quem sofreu tudo diretamente”.

Pensei que passar por uma nova avaliação seria mais um sofrimento para o menino, principalmente porque, naquele momento, ele já não recordava uma série de detalhes que eu mesma tivera que lembrar para me preparar para a audiência. No entanto, para que se evitassem dúvidas de ambos os lados, valeria a pena enfrentar mais algumas perguntas.

Refleti sobre o fato de as pessoas serem ou não capazes de perceber o sofrimento dos outros, de sentir sua dor em determinadas situações.

Notei, através da postura assumida pelo juiz, uma preocupação com o emocional do Hélio. Olhando para a secretária e os demais presentes, ditava com cuidado o pedido, certificando-se de que ela escrevia, exatamente, tudo o que dizia:

Juiz: “Será pedida uma avaliação... por uma... psicóloga judiciária... com a autorização da psicóloga clínica... (olhou-me novamente e confirmei com a cabeça), para não ser levantada mais nenhuma suspeita... por parte de ninguém... (fixou os olhos nas pessoas da sala) de que tudo o que foi falado pelo menino era verdade.”

Em seguida, agradeceu novamente minha disponibilidade e me dispensou. Também agradei. Ao sair da sala, voltei-me e vi uma mesa retangular grande. Atrás dela, de cada lado, estavam sentadas de três a quatro pessoas. Ao fundo, algumas outras permaneciam em pé. Por serem mais novas, deduzi serem estagiários.

Olhei-os rapidamente e não me foi possível reter a fisionomia de ninguém. Deduzo que o mesmo tenha ocorrido com eles em relação a mim.

Notci que, durante toda nossa conversação, as pessoas na sala, o juiz inclusive, referiam-se a Hélio como “menino”, ao contrário de mim, que o citava pelo nome. Eu, naturalmente, via-o como uma pessoa, alguém familiar. Para eles, era apenas mais um nome num caso.

Acredito ser impossível que nada lhes reste de um processo: algum sofrimento deve ficar, com certeza. Entretanto, novos processos chegam e devem ser analisados, dentro de

prazos estipulados. Creio não ser fácil esse outro lado, sobre o qual tenho pouco conhecimento.

Ao deixar a sala, ouvi a secretária chamar B. e, no corredor, acabamos nos cruzando.

Era um moço franzino e desajeitado, de estatura baixa, com um paletó de cor clara maior que o seu tamanho, um jeito afeminado de andar, acompanhado de duas pessoas. Quando passei por ele, baixou o olhar e não sei descrever sua expressão facial.

Na verdade, mais nada havia para descrever, a não ser seu aparente sofrimento, devido à infeliz situação em que ele mesmo se colocara.

Estava chegando à sala de espera, quando o Hélio veio correndo ao meu encontro, seguido pelo pai. Disse:

Hélio: “Meu pai vai nos levar ao Mc Donald’s , quando sairmos daqui. Falta pouco, até você já foi, né?”

O pai me perguntou se estava tudo bem. Disse-lhe acreditar que sim, mas a última palavra era do juiz e, portanto, deveríamos aguardar que os outros depusessem.

Não lhe falei sobre como me havia sentido naquele lugar cheio de “feras”, ameaçada a cada pergunta, pois ele ainda tinha que depor. Disse ao Hélio que faltava o pai, a tia e a irmã serem chamados, mas que, em seguida, iríamos ao Mc. Donald’s.

Ele ficou um pouco desanimado e disse: “Que demora para tudo aqui!”

Fiquei na sala de espera, conversando com todos e notava-se, claramente, uma certa tranquilidade naqueles que já haviam deposto. Eu mesma me sentia voltando ao normal, após tanta ansiedade. Mas, para os que aguardavam a vez, a angústia ainda era grande.

O próprio Hélio estava mais solto, brincando com as poucas revistas que havia na sala como se dirigisse um carro: estava dirigindo a sua vida. Arrumava e desarrumava-as na mesa, caminhava ao lado do pai, depois ao meu lado.

Falava do futebol na escola, comentava sobre alguns amigos e, às vezes, entre uma conversa e outra, mostrava-me algo diferente que se passava no corredor, pessoas que entravam e saíam algemadas e escoltadas.

Algumas vezes, ele se mostrava impaciente e eu tentava distraí-lo, conversando a respeito de tudo o que me contava, porém não conseguia reter quase nada: continuava em “câmara lenta”.

Enfim, quando todos haviam deposto, a secretária nos informou que poderíamos ir. Provavelmente, naquela hora, seriam chamadas a depor as testemunhas de B.

A secretária deu um beijo no Hélio e lhe desejou boa sorte. Ele agradeceu e fomos percorrendo os corredores até a rua. O sol brilhava, iluminando a todos. Para nós, parecia especial, trazendo-nos um calor diferente, do qual realmente precisávamos naquele momento: o calor humano.

A mãe me perguntou o que deveríamos fazer. Avisei-os então sobre a nova avaliação pela qual o Hélio, provavelmente, deveria passar.

Expliquei-lhes que, ao depor, havia falado muito pouco sobre o processo, devido ao sigilo profissional. O juiz, então, havia proposto uma psicóloga do poder público para realizar uma nova avaliação, que resultaria num laudo a ser anexado ao processo.

O pai perguntou-me se eu os deixaria e esclareci que continuaria disponível, tanto para o Hélio como para a família. Acrescentei que era provável que tal ação só ocorresse no ano seguinte, já que estávamos em outubro.

A mãe mostrou-se preocupada com a possibilidade de os advogados de B. “comprarem” a psicóloga, que poderia acusar o filho de ter mentido.

Disse-lhe que não acreditava nisso, pois seria o juiz quem faria a indicação da psicóloga. Eles receberiam uma notificação para que o levassem até ela, que emitiria um laudo. Dificilmente os advogados de B. teriam acesso ao nome da profissional, sendo improvável que eles pudessem “comprá-la”.

O Hélio, impaciente, lembrou-nos do Mc Donald’s. Como havia ficado muito tarde, desculpei-me e disse-lhes que não poderia ir, pois assumira um outro compromisso.

O Hélio não reclamou muito e percebi que, assim como todos, o que ele desejava, na verdade, era sair de lá. Descemos a rampa e nos despedimos com o compromisso de que a mãe me contataria na clínica se houvesse qualquer novidade.

Eu tinha um compromisso, realmente, mas era comigo mesma: tomar fôlego, pois a tensão vivida naquela tarde, devido à dificuldade do caso e também à minha inexperiência, não fora nada fácil.

Após um ano, a mãe me procurou para contar que o filho estava bem e que ela o traria a qualquer momento, para que nos víssemos novamente. Fiquei contente com sua visita e com as notícias sobre o Hélio.

Ela acrescentou que a sentença do juiz tinha sido promulgada, sem que o Hélio precisasse fazer uma nova avaliação com a psicóloga do poder judiciário. E que o sr. B. havia sido condenado a sete anos e meio de reclusão, em regime fechado.

2 - Caso Clínico: Ivan - 19 anos

Neste segundo caso o diferencial está no fato da justiça ter encaminhado para avaliação psicológica e acompanhamento em psicoterapia, sendo que ele se encontrava recluso em uma Unidade da FEBEM a questão de aproximadamente dois anos. Sendo já reincidente em episódios anteriores.

2.1 Dados de Identificação

Nome e Idade: Ivan, 19 anos.

Escolaridade: Não lembrou.

Pais: Não conheceu o pai, e a mãe reside com um companheiro no interior paulista.

Com quem/Onde residia na época: Departamento de Execuções da Infância e da Juventude (DEIJ), no bairro do Brás.

Poder socio-econômico: Baixo.

2.2 Antecedentes Familiares

As informações fornecidas foram muito precárias em função da sua situação atual. Relatou que morava com a mãe no interior de São Paulo e que resolveu depois morar com uma tia na periferia da Capital. Disse que o companheiro da mãe gostava dele e que, talvez algum dia, pudessem morar juntos. Com relação à mãe, não soube precisar bem se ela gostaria disso.

2.3 Antecedentes Pessoais

Por ser uma pessoa institucionalizada, coletei precariamente alguns dados com o próprio Ivan. Mesmo assim, senti uma certa resistência da parte dele, cuja causa mais viável não saberia precisar: seria medo de contar coisas a uma pessoa desconhecida? A família não tinha passado o seu histórico de vida? Seria algum problema real de memória? Há situações em que o desenvolvimento da psicoterapia confirma hipóteses levantadas anteriormente; há outras, porém, cuja causa principal nunca se confirma. Este foi um desses casos.

2.4 Entrevistas Iniciais

Ivan compareceu à Universidade num dia de triagem, numa segunda-feira de setembro de 1999, às 8h30. Estava acompanhado de um casal. Percebi que não havia muita familiaridade entre eles, porém, após vários anos trabalhando no setor de triagem, essa situação não me surpreendeu muito naquela manhã.

Dirigi-me a eles para saber a quem deveria atender, e a moça logo se adiantou dizendo que era ao Ivan. Anotei o nome dele e sua idade e, achando que o casal tivesse algum parentesco com o paciente, perguntei-lhes qual o grau de proximidade. Ela disse-me que não havia nenhum parentesco, mas que precisaria falar comigo antes de eu atendê-lo.

Convidei-os a subirem à minha sala, no primeiro andar. Após subirmos a escada, chegamos a um saguão onde existia um corredor a nossa esquerda e nos dirigimos a sala de atendimento. A minha porta é a quarta, também à esquerda. Percebi que todos me seguiam passo a passo.

Pedi para Ivan entrar na sala de atendimento quando a moça disse novamente que gostaria de falar comigo antes. Seu acompanhante aproximou-se ainda mais, sem falar nada, mas olhando tudo ao redor. Pensei que talvez ele estivesse curioso quanto ao lugar, ou que estivesse procurando alguma coisa. Algum tempo mais tarde, após conversar com a Maria, percebi o porquê do acompanhante olhar tudo à volta.

Olhei para o Ivan perguntando se ele permitiria que a Maria entrasse conosco na sala, uma vez que ela me disse que o rapaz também precisaria estar presente. Ele baixou a cabeça e esboçou um sim.

Por fim, todos os três entraram e o acompanhante ficou atrás da Maria e do Ivan, continuando a olhar desde as janelas até os móveis da minha sala. Parei, porém, de me deter nele, e sem perder de vista o rapaz, voltei o olhar para os outros dois.

Ela disse que não era parente do Ivan e, sim, assistente social do Departamento de Execuções da Infância e da Juventude (DEIJ), no Brás. Informou-me que o rapaz que se encontrava sentado atrás dela e do Ivan era um monitor da referida Instituição.

Notei que o Ivan baixou novamente a cabeça e, enquanto ela conversava comigo, ele não mudou de posição: ficou estático, sem nem mesmo piscar os olhos.

Ela mostrou-me a carta de uma juíza que dizia o seguinte: “Por determinação da MMA. Juíza do DEIJ, datada de 2/8/1999, informo a Vossa Senhoria que o adolescente Ivan (com sobrenome, número do prontuário da Instituição e filiação) deverá ser inserido em tratamento psicoterápico intensivo. Outrossim, informo que a medida foi mantida por mais 60 dias, quando, então, será realizada nova avaliação. Apresento a Vossa Senhoria meus protestos de estima e consideração”. M. Y. Diretora de Divisão (DEIJ-

2).

Questionei a assistente social sobre o que a juíza quis dizer ao referir-se a “tratamento psicoterápico intensivo”? A assistente disse-me que não saberia dizer exatamente o que isso significava, mas que poderia me passar o número de telefone da Diretora para que eu tirasse as dúvidas que acreditasse pertinentes. Concordei, e ela me deu o número.

Em seguida, falei que gostaria de conversar com o Ivan e orientei-os a se dirigirem à sala de espera. Ambos se olharam (Maria e Fernando, o monitor), concordaram, e saíram da minha sala sem dizer nada.

Comecei perguntando ao Ivan o porquê de ele se encontrar na FEBEM. Disse-me que “estava andando com uns quatro moleques”, corrigindo-se em seguida para dizer “amigos”. Continuou atrapalhado porém e, após um tempo muito curto, disse “conhecidos”. Percebi seu medo em dizer quem eram aqueles que estavam com ele. Embora eu pensasse que talvez ele não pudesse mesmo definir quem eles eram, a esta altura ele se comportava de modo “mais solto”, apesar de ainda não me conhecer e de não saber o que eu poderia fazer com as suas palavras.

Expliquei-lhe o sigilo terapêutico e que, para quem quer que fosse, iria falar somente o necessário sobre as coisas tratadas na psicoterapia para a qual a juíza o tinha encaminhado. Apesar de ele ter ouvido o que eu disse, não consegui perceber o que ele efetivamente absorveu da minha explicação.

Em seguida às indefinições a respeito da condição de seus companheiros, continuou a explicar que eles “cataram” um ônibus (o termo “catar” quer dizer “assaltar”) mas não

estavam armados, e o próprio motorista do ônibus fechou as portas e seguiu direto à delegacia mais próxima. Ivan falou que havia “sujado”, ou seja, a ação “não deu certo”. Em meio à confusão que se formou dentro do ônibus, um companheiro seu conseguiu fugir e ele, Ivan, de apenas 17 anos, com mais dois rapazes, foram encaminhados à FEBEM.

Ivan olhava pouco para frente, e às vezes arriscava um olhar na minha direção, porém sem muita firmeza. Pendia a cabeça mais para o lado da janela e, por várias vezes, chamou-me de “senhora”, mesmo sabendo o meu nome. Perguntei-lhe se não se lembrava do meu nome; ele respondeu que sim, que se lembrava.

Na FEBEM qualquer mulher é chamada de “senhora”, e por viver lá há dois anos, Ivan perdeu o costume de chamar as pessoas pelo nome. Eu não teria muito sucesso se insistisse em que me chamasse pelo nome, e tive de, temporariamente, deixar de lado essa questão. Deduzi que ele passaria muito pouco tempo fora da Instituição - uma hora por semana – para que conseguisse adaptar-se novamente ao convívio social. Resolvi continuar o atendimento sem maiores interrupções causadas por questões de nomenclatura.

Perguntei onde ele morava antes de ir para a FEBEM. Ele disse que morava na casa de uma tia, perto de Santo Amaro. Corrigiu-se novamente e disse que era bem distante de Santo Amaro, pois tinha de pegar outro ônibus para chegar aonde morava antes. Mais uma vez, percebi seu desassossego quanto ao possível lugar onde morava anteriormente, e resolvi perguntar se gostava de morar na casa da tia.

Disse-me que essa tia tinha um filho que esteve na FEBEM-Imigrantes e que de lá saiu somente depois de muito tempo. Porém, voltou a envolver-se com gangues ligadas a

drogas e, dali a pouco, acabou sendo morto por uma das gangues, fato sobre o qual ninguém soube a fundo como aconteceu.

Ivan comentou que não queria saber dessa vida, queria trabalhar e viver bem, longe de tudo pelo que passou. Pensei em perguntar-lhe se morava com a tia na época em que o primo foi assassinado e qual a ligação dele com a turma do primo, mas desisti de fazer esse tipo de pergunta pois já havia sentido o seu receio até nas questões mais simples.

Falou-me também que já havia passado uns tempos na FEBEM mas que conseguiu sair, tendo voltado a morar com a mãe no interior de São Paulo. Porém, como a mãe tinha uma “cabeça muito dura”, as coisas se complicaram.

A mãe tinha um companheiro que morava com ela e, algumas vezes, parece que as “coisas” (sic) não ficavam muito bem para o lado dela. Ivan não sabia se a situação da mãe continuava igual porque fazia muito tempo que não recebia visitas e nem mesmo notícias dela. Perguntei que tipo de “coisas” acontecia entre ele e a mãe, e entre a mãe e o seu companheiro. Respondeu-me que não se lembrava mais, mas que havia restado somente a sensação de “coisas” (acontecimentos) confusas.

Notei o seu modo de esconder fatos não somente com relação a mim – que o estava vendo pela primeira vez – ou com relação à juíza - que o havia encaminhado para o atendimento -, mas o querer esconder de si mesmo lembranças de eventos ocorridos. Percebi que eu também me via confusa à medida que tentava encontrar alguma seqüência lógica dos fatos com a intenção de desenvolver um procedimento a ser tomado junto a ele.

Ivan continuou dizendo que, se voltasse a ficar livre, tentaria morar novamente com a

mãe por achar que ela talvez tivesse mudado. Permaneceu um pouco parado e confirmou que ele também tinha uma “cabeça muito dura”, mas achava que havia melhorado desde a última vez em que morou com ela.

Enquanto gozava de liberdade, chegou a fazer também um tratamento com uma psicóloga, (citou apenas o primeiro nome desta, não lembrando o nome completo). Gostava de comparecer às sessões e acreditava que as frequentou por cerca de seis meses. Apesar de mostrar uma grande dúvida com relação ao tempo de tratamento, tentou defini-lo melhor por duas vezes até chegar à conclusão de seis meses aproximadamente. Abandonou o tratamento sem saber bem o porquê, relatando que voltou a “catar” logo após ter parado de frequentar as sessões.

Perguntei que tipo de coisas ele “catava”? Contou sobre as várias coisas que costumava “catar” e sobre os lugares também. Disse-me que “catava” coisas tanto do supermercado, como das caixas do supermercado, além de postos de gasolina e das peruas em geral, especialmente as que vendiam cigarro. Descreveu tudo o que lembrava quando, repentinamente, parou, arregalou os olhos e perguntou: “A senhora vai mostrar isso tudo para o juiz?”. Antes de eu responder, continuou: “Senão eu não vou sair de lá nunca!”.

Durante toda a entrevista, notei a sua preocupação constante com esse aspecto mas, somente nesse momento, ele verbalizou, apreensivo, seu medo. Tentei tranquilizá-lo e falei-lhe acerca do sigilo que se estabelecia entre nós e que este sigilo seria respeitado: o que ele me contasse não seria comentado com ninguém da FEBEM e nem com a juíza que o havia encaminhado à psicoterapia. Disse-lhe que eu estava lá para entender o seu problema e as questões que o levaram a tê-lo, com a intenção de ajudá-lo a ser

reconduzido para uma melhor atuação na vida após a saída da FEBEM.

Ressaltei que o seu comparecimento à Clínica-Escola visava um acompanhamento clínico diferente do adotado pela psicóloga do Poder Judiciário: na Clínica, eu iria focar as suas dificuldades internas almejando a que tivesse uma compreensão maior de si mesmo. E que, justamente por saber que a sua liberdade estava próxima, a juíza o havia encaminhado para tratamento. Entretanto, percebi que não adiantava falar mais ou tentar convencê-lo do contrário, pois o medo já estava nele instalado.

Terminei explicando que ainda necessitava mais algumas informações da parte dele para definir com maior precisão o tipo de atendimento psicoterápico adequado, explicação esta seguida imediatamente da pergunta: “Não é a senhora que vai me atender?”. Fiquei com receio de falar que não seria eu, até talvez porque pudesse ser eu mesma. Porém, naquele momento, o meu maior receio era aumentar o medo de Ivan por ter-se aberto com uma pessoa que poderia não mais encontrar.

Respondi que estava apenas conversando com ele para entender o caso e fazer o acompanhamento que fosse necessário. Deixei propositadamente solta no ar a palavra “acompanhamento”, que sugeria a possibilidade do atendimento ser feito por mim mesma ou por outra pessoa estando eu próxima.

No entanto, com a continuidade da conversa, notei que aquilo que fiz de nada adiantou e acredito que talvez pudesse ter conduzido a conversa diferentemente, embora eu também estivesse passando por tais experiências há pouco tempo, pois esse era um dos meus primeiros casos de atendimento a internos da FEBEM.

Ivan falou-me que gostaria de ter outras idéias sobre tudo o que acontecia na vida.

Gostaria de ter idéias boas e pensava, para o futuro, em trabalhar “legal”, sem “catar”. Mas para isso seria preciso que ele saísse de onde estava, ou seja, da FEBEM. Acrescentou que gostaria de começar o tratamento o mais cedo possível porque gostaria de passar o Natal fora da Instituição.

Voltei a falar que eu não poderia garantir nada daquele gênero - ainda mais com toda aquela pressa -, embora pudesse imaginar o quanto ele queria se ver longe de tudo aquilo. Ele adiantou-se e disse que, naquele momento, gostaria de voltar para a cidade da mãe e morar com ela, mas se precisasse ficar em São Paulo para fazer o tratamento não haveria problema nenhum, pois o bom mesmo seria estar fora da FEBEM.

Ao longo da sessão observei nele um certo problema ao falar: algumas vezes a voz saía muito fanhosa e a verbalização de algumas palavras era quase ininteligível. Comentei com ele sobre esse problema e que poderíamos, com o tempo, verificar a possibilidade de um atendimento com uma fonoaudióloga. Quase de imediato ele respondeu que isso não era problema, ratificando sim, o querer estar fora da FEBEM; não havia necessidade de mais nada além disso.

Senti um certo incômodo seu diante da minha pergunta. Tornou-se atrapalhado, nervoso, passou a estalar os dedos e a mexer muito as mãos. A cabeça ficou mais baixa que o normal e passou a virar de um lado para o outro, como se quisesse sair logo da sala e da minha frente.

Notei que ele tinha razão, pois falar bem ou mal, naquele momento, não era mais importante do que sair da FEBEM. Propus-lhe marcar um outro dia para conversarmos melhor e disse-lhe que combinaria com a Maria o agendamento do carro da Unidade com antecedência, para que ele pudesse comparecer no dia marcado. Ele concordou.

Depois dessa sessão, pensei: será que ele poderia não concordar com a minha proposta, sendo um Interno da FEBEM?

Assim que abri a porta, Fernando e Maria aproximaram-se, pois se encontravam próximos à sala. Dirigi-me a Maria dizendo que gostaria de falar-lhe. Ela adiantou-se e acrescentou que também gostaria de falar comigo sobre o Ivan. Percebi que Fernando tomou a direção do saguão de espera, naquele mesmo andar, seguido do Ivan.

A assistente social entrou na sala, sentou-se e passou a relatar o caso do Ivan. Disse-me que, até aquele momento, ele havia tido um bom comportamento na Unidade, mas que não lhe seria conveniente voltar a morar com a tia num bairro da periferia de São Paulo. Comentou que ele tinha “sérios problemas” com a turma que morava perto do bairro da tia, e que nesses casos de “dúvida”, a FEBEM não re-encaminhava o interno ao “lugar suspeito”. Questionei-a sobre o que significavam exatamente “sérios problemas”, “dúvida da FEBEM” e “lugar suspeito”.

Ela respondeu-me que ele estava jurado de morte se aparecesse no bairro onde morava a tia. Algumas vezes, os próprios internos inventavam esse tipo de história para não voltarem a casa onde moraram. Porém, mesmo não havendo certeza sobre essa ameaça, a FEBEM evitava riscos, porque aquele passava a ser um lugar suspeito para o interno morar. Ela relatou que havia também alta probabilidade de algo acontecer a ele pois, num passado recente, ele teve um primo morto por uma gangue.

Antes disso, ele havia ficado recluso em uma outra unidade da FEBEM, bem perto da casa dele, no interior de São Paulo. Perguntei-lhe se ela sabia da participação do Ivan na gangue do primo ou se ele tinha algum envolvimento com alguém da gangue. Ela disse que, na realidade, o primo foi morto porque, ao sair da FEBEM, começou a “trabalhar”

para duas gangues rivais, até que foi descoberto e teve o seu fim.

Ela acreditava que o Ivan morasse nessa época na casa da tia, mas não tinha certeza sobre isso. Achava que ele poderia saber de alguma coisa acerca dos “processos” das gangues e que, por esta razão, o Ivan poderia estar sendo perseguido de fato.

Relatou-me ainda que, mesmo diante desse quadro, ela estava tentando falar com a tia do Ivan, porém a tia não retornava às suas ligações. Disse-me saber que a tia recebia os recados pela confirmação da pessoa que sempre os recebeu e os passou àquela. Chegou até a enviar telegramas à tia do Ivan. Porém, a tia não os respondeu e não compareceu nenhuma vez à Unidade para visitá-lo.

Perguntei a Maria se ela sabia qual era o problema de fala do Ivan, pois eu poderia provavelmente encaminhá-lo à área de Fonoaudiologia, tendo em conta porém, a necessidade de verificarmos primeiramente onde ele ficaria após sair da FEBEM. Ela me disse que esse problema seria uma outra questão, sobre a qual ele não queria tocar de modo algum, tendo dito a ela e a outras pessoas da Unidade que aquilo havia sido um acidente, sem porém explicá-lo. E ela confirmou-me que, sempre que esse assunto tornava à baila, Ivan mostrava-se irritado e nervoso.

Ele não falava com ninguém sobre seu déficit de linguagem, escapando de qualquer interrogatório ou de qualquer pessoa que levantasse a questão. Percebi que comigo havia acontecido algo semelhante: passou a ficar mais agitado e nervoso quando me viu interessada em saber mais detalhes sobre o problema. Sob a minha ótica, o questionamento desse problema representaria um novo encaminhamento e uma solução; entretanto, para ele, representava algo ameaçador. O que aconteceu verdadeiramente nunca saberíamos, a menos que o seu medo diminuísse e ele passasse a confiar em

alguém. Mas será que conseguiria confiar em alguém?

Maria lembrou-se também de um outro problema pelo qual todas as Unidades estavam passando em função do “bug” do milênio, ressaltando que aquela Unidade estava ainda um pouco mais agitada porque ninguém gostaria de estar lá na passagem do ano de 1999 para 2000. Nas outras Unidades também estava um “caos”.

Além de todos esses problemas - individuais e coletivos -, o caso do Ivan (e de muitos outros) tinha uma particularidade: tanto ele quanto muitos outros já tinham 19 anos e não poderiam continuar na Unidade. Os juízes também precisavam resolver esse tipo de problema pois muitos internos passaram mais de um ano nas Unidades - até dois anos - além da idade de 18 anos permitida por lei.

Eu disse a Maria que iria estudar melhor a situação e que, enquanto isso, eu o atenderia até definirmos o melhor procedimento a ser adotado.

Marquei com eles para a semana vindoura e ela acrescentou que, antes disso, entraria em contato comigo para passar o telefone da Diretora da Unidade. Durante a semana ela me ligou e passou-me o telefone conforme combinado.

Entrei em contato com a Diretora de Divisão e pedi esclarecimentos sobre a seguinte frase da juíza: “tratamento psicoterápico intensivo”. Apesar de também não saber me responder, pediu-me que a aguardasse um pouco para ela fazer a pergunta diretamente à juíza. Retornou-me dizendo que significava um tratamento a ser realizado todas as semanas, diferentemente daqueles que atendiam os internos apenas uma vez por mês ou até menos do que isso, tratamentos estes que, em geral, não resolviam efetivamente uma situação.

Agradei-lhe a informação, mas pensei que ela pudesse estar enganada quanto à frequência de um atendimento psicoterapêutico ser apenas uma vez por mês ou mais. Como a Diretora respondeu-me com muita rapidez, acreditei que a juíza estivesse muito ocupada. Além disso, enquanto eu esperava pela resposta, ouvi muitas vozes e gritos de pessoas chamando outras, não conseguindo entender o que poderia estar ocorrendo lá. Deu-me a impressão de ser o saguão da Bolsa de Valores em dia de pregão.

No dia combinado apareceram novamente, na Clínica, Ivan acompanhado da Maria e do Fernando. Pedi para ficar a sós com o Ivan na sala, e os outros dois saíram devagar, mas permaneceram próximos à porta. Tive a impressão de que, a qualquer momento, eles diriam que eu não poderia ficar a sós com o Ivan, que alguém teria de entrar junto, que não poderia ser daquela forma.

Na sala, a postura de Ivan foi semelhante à da primeira sessão: cabisbaixo, com o olhar voltado à mesa à sua frente, chamando-me de “senhora”. A mudança notada por mim durante o desenrolar da sessão deteve-se em seu relato: após ter lhe perguntado sobre coisas externas a ele e exteriores a FEBEM, passou a contar-me um pouco mais sobre a vida dentro da Unidade. De algum modo eu quis minimizar o seu medo para comigo com o intuito de encontrar ou apontar uma outra possibilidade de moradia para quando saísse da Instituição, uma vez que aquele problema era prioritário no momento, antes mesmo de qualquer definição sobre o tratamento a seguir.

Contou-me que, na noite anterior, o seu grupo (formado por dez internos) assistiu à TV, e já fazia mais de um mês que não a assistiam. Perguntei-lhe, então, o porquê. Ele explicou que os internos eram divididos em grupos de dez e que os grupos se alternavam dia após dia para assistir à TV devido à lotação da Unidade.

Perguntei-lhe o que faziam durante as noites em que não assistiam à TV, pois certamente eram muitas noites. Disse-me que havia alguns livros e poucas revistas, mas que tudo era muito antigo. As notícias, já as tinha decorado todas, e não queria mais nem mesmo ver a capa das revistas. Também nesse caso o esquema de rodízio era aplicado: um grupo ficava com os livros por um tempo os quais, em seguida, eram passados para uma outra cela que, por sua vez, também repassava os livros que tinha consigo para uma próxima. Mas isso só acontecia quando havia disponibilidade pois, algumas vezes, ninguém queria mandar nada e ninguém queria receber nada.

Questionei-o se conversava com os colegas de cela. Prosseguiu afirmando que cansava de falar com eles, porque eram sempre as mesmas idéias, não havia idéias novas, algo novo para ser conversado, nem pelos outros e nem por ele mesmo, desde que passou a se ver naquela situação. Não quis falar comigo sobre essas mesmas idéias e eu não insisti, passando para algo que não fosse restrito à sua cela.

Indaguei sobre quantas vezes por mês ele tomava banho de sol no pátio, e se podia conversar com os internos das outras celas. Disse-me que isso era mais liberado do que outras coisas “lá dentro”, porque vários grupos podiam tomar banho de sol juntos. Porém, havia mais de dois meses que ele não saía da cela para o banho de sol porque os “caras” queriam pegá-lo devido a rixas. Completou que, quando um cara estava para sair da Unidade, costumava ser provocado pelos outros até brigar e, caso isso acontecesse, ele demoraria ainda mais para sair. E é por isto que ele estava se preservando, porque agora queria sair mesmo de lá e não queria que nada o atrapalhasse, muito menos os “caras” da Unidade.

Pensei em perguntar-lhe quais os tipos de provocação que ele poderia sofrer ou sofria, mas não houve tempo, fato que se configurou bastante positivo diante da grande irritação que expressou acerca de tudo o que acontecia dentro da Unidade, passando então a falar espontaneamente até o final da sessão.

Acrescentou que, em função de encontrar-se trancado, na cela, todos os dias em que fazia sol, colocava-se às vezes a ouvir rádio, mas na verdade não dava para fazer nada, pois gostaria de ter liberdade para pensar e de fazer coisas fora de lá. Sentia-se muito chateado por ter de andar de um lado para o outro na Unidade, de braços para trás, cabeça baixa e sem olhar para os lados. Revelou que sentia ódio e raiva por ficar lá naquelas condições.

Nesse momento, olhou para o teto e, em sua expressão, percebi um olhar de ódio: os dentes apertarem-se uns contra os outros, a boca semi-aberta, as mãos esfregando-se nervosamente e a cabeça balançando de um lado e de outro lentamente, numa atitude de não aceitação do que estava acontecendo.

Continuei olhando para ele, sem medo. Era um desabafo: ele denotava simplesmente a insatisfação real diante da vida que estava levando, e eu apenas confirmava com a cabeça que entendia a sua exposição.

Disse-me que, lá dentro, não dava para fazer nada, não conseguia “refletir”, pois lá não adiantava ter idéias se não lhe era possível experimentá-las. Gostaria de estar trabalhando e de viver como todos viviam, mas a Unidade não fornecia condições nem mesmo para se pensar no que fazer ou procurar, porque ela era fechada para tudo. Gostaria de sair o quanto antes da Unidade e de morar com a mãe no interior. Apesar da mãe ser muito chata e de difícil convivência, ainda o morar com ela seria uma opção melhor do que a

atual.

Notei que ele parou de falar tudo o que sentia vontade, ou que talvez só tivesse pensado em voz alta até aquele momento, pois era perceptível ainda o receio que tinha de eu comentar algo à juíza.

Falei-lhe que talvez não fosse bom ele morar com a tia no interior de São Paulo uma vez que fazia muito tempo que ela não o visitava na Unidade. Caso ficasse com a mãe, o companheiro dela poderia ajudá-lo, embora a mãe pudesse ter algumas dificuldades pessoais. Em todo o caso, eram apenas suposições, pois não havia condições de se ter certeza sobre a melhor decisão.

Num som muito baixo, disse praticamente para si mesmo: “Será que a minha mãe ainda continua com o cara?”. Aproveitei esse dado e perguntei-lhe se tinha outros parentes no interior. Olhou-me e respondeu: “O que a “senhora” tá (sic.) pensando? Eu ir para lá sem precisar ficar com a minha mãe? Isso seria muito bom, mas não sei o endereço de nenhuma tia e nem da minha avó”.

Respondi-lhe que o não saber o endereço era o que menos pesava naquele momento, pois o que importava primeiramente era a existência de algum outro parente que pudesse acolhê-lo quando saísse da Unidade. Além disso, o tratamento psicoterápico poderia ser feito em qualquer cidade onde estivesse. Prossegui perguntando se ele havia gostado da idéia.

Olhou para o chão, depois em minha direção e, sem olhar nos meus olhos, respondeu: “Sim, seria bom. Não quero mais ficar nessa cidade quando sair da Unidade porque alguém poderia me achar e começar tudo de novo, no ‘catar’ que é mais fácil.” (sic.)

Diante, então, do seu assentimento, propus-me falar com Maria para ver se lhe seria possível localizar outros parentes de Ivan no interior, acreditando que essa informação pudesse ser mais facilmente levantada pelo fato de todos eles morarem na mesma cidade da mãe. Acrescentei que conversaríamos em breve, assim que tivéssemos uma posição sobre onde seria melhor ele morar.

Achei que tivesse saído da sessão um pouco mais animado, pelo menos diante da nova possibilidade que se abria. Contudo, meia hora depois, soube o porquê de sua animação, ou de seu desespero em livrar-se logo de tudo nessa cidade.

Iniciei a conversa com Maria discutindo sobre o encaminhamento de Ivan para o interior de São Paulo, decisão cuja inconveniência ela já havia me apontado. Ratifiquei que seria melhor, então, localizar outro parente que pudesse acolhê-lo na mesma cidade onde morava a mãe, e daí, providenciaríamos o atendimento psicológico na própria cidade.

Ela achou a idéia deveras interessante justamente porque ele cometeu o primeiro de seus delitos na cidade onde morava. Após algum tempo, saiu da Unidade da FEBEM no interior e veio conduzido para uma Unidade em São Paulo. Perguntei-lhe o motivo dessa transferência. Apesar de ela não ter idéia da razão, arriscou um palpite: o da superlotação.

Quando Ivan saiu da Unidade do interior, foi morar com a tia na periferia da Capital, mas cometeu novo delito e foi preso novamente.

Neste momento ela me questionou se eu poderia escrever o que combinamos acerca do Ivan no verso da folha que ela havia trazido da juíza. Disse-lhe que sim e escrevi: “Ivan compareceu à Clínica-Escola novamente com a Maria e o monitor para uma avaliação psicodiagnóstica no dia 8/10/1999, das 9h às 11h. Ficou acordada a necessidade de um

lugar seguro para ele morar após a saída da Unidade - necessidade prioritária neste momento – e para isto Maria tentará um contato com a família dele, no interior do Estado, para verificar a possibilidade de o receberem em casa. Em seguida, tentaremos um psicólogo na própria cidade para que este faça a avaliação e o atendimento “psicoterápico intensivo”.

Assinei e, enquanto carimbava a folha, aproveitei para combinar os últimos detalhes dessa nova perspectiva surgida tanto para o Ivan quanto para nós, até que fomos interrompidas inesperadamente: a porta foi aberta com violência e o monitor Fernando gritava que o Ivan havia fugido, e saiu correndo pelo corredor. Imediatamente levantamos e saímos correndo à sua busca.

Descemos a escada e fomos em direção à porta de entrada do Bloco de Atendimento. Perguntei ao vigia se alguém havia saído do prédio correndo. Muito sem graça, disse-me que precisou se ausentar por uns minutos da Portaria por ter sido chamado por uma secretária para fazer-lhe um favor, não podendo responder à minha pergunta. Diante da nossa aflição e para ajudar-nos, ele se dispôs a procurá-lo até fora do Bloco.

Pensei que poderia acontecer algum outro evento e que ele, novamente, não estaria executando sua função de vigia. Agradei-lhe dizendo que, como estávamos em três, iríamos tentar dar conta do problema.

Saí do prédio com a Maria e o Fernando mas o vigia não se conteve e veio junto. Olhamos para todos os lados e não vimos nada de diferente, e eu não sabia se seria melhor nos separarmos para encontrá-lo ou permanecermos juntos. Neste momento, encontrei um colega de trabalho que perguntou o que estava acontecendo. Nós explicamos a situação e, na mesma hora, ele acionou a Guarda Universitária para

localizá-lo.

Fernando estava lívido por causa do susto, e acredito que tanto a Maria quanto eu também. Ambos disseram que precisariam de um telefone para entrar em contato com a FEBEM. Convidei-os a subirem até minha sala para comunicarem o ocorrido à Unidade.

No caminho de volta à sala o monitor desconfiou que ele talvez não tivesse saído do prédio, alegando que ele não seria tão rápido quanto nós. Além disso, procuramos por Ivan relativamente bem na área externa do prédio, e não houve nenhum sinal dele. Decidi nada falar porque ainda estava em estado de choque pensando “E agora? O que fazer?”; não me ocorria nenhuma idéia. Como o gramado perto do prédio estava um tanto alto, Ivan bem poderia estar agachado, escondido em meio ao gramado.

Quando chegamos ao primeiro andar o monitor gritou: “Olhem ele lá” e apontou para o teto. Nessa hora a confusão foi ainda maior para mim e para a assistente social, pois eu o imaginei fora do prédio e comecei a descer novamente a escada, enquanto ela achou que o monitor estivesse vendo coisas irreais devido ao mal-estar que poderia estar sentindo pela fuga do interno. Mas o monitor continuou gritando e pedindo que o acompanhassemos, e então, fomos rapidamente atrás dele.

Quando consegui enxergá-lo, Ivan estava pendurado na rede que protegia o primeiro andar do andar térreo. Essa área é um mezanino por onde enxergamos a porta de entrada do Bloco, mas cujo acesso só é feito pela escada. Fui em sua direção quando a assistente social disse: “Estou com dor de barriga”, e entrou no banheiro. O monitor acompanhou-me e o diálogo não foi nada agradável entre os dois.

Ivan continuava pendurado na rede dizendo que não voltava mais para a Unidade, e o

monitor dizia que ele iria voltar, querendo ou não, porque ele (Ivan) não iria atrapalhar a vida dele (Fernando) na Instituição com a sua fuga. Notei olhares de ódio entre ambos e percebi que cada um estava preocupado com a sua própria situação. Resolvi pedir ao monitor para afastar-se, com a intenção de conversar com Ivan a sós.

Precisei pedir por duas vezes, porque as coisas estavam piorando cada vez mais no diálogo travado entre eles. Cheguei a imaginar que, em algum momento, o monitor fosse bater no Ivan, porque aquele levantava a mão como se fosse dar um soco no interno, embora não chegasse até o rapaz e eu ficasse repetindo “não”.

Pensei inclusive que, se eles chegassem a tal extremo, alguma coisa iria “sobrar” para mim, porque não conseguiria simplesmente vê-los se digladiarem. Logo em seguida entendi a razão desta cena não ter chegado às vias de fato, e não foi absolutamente pelo que eu falava, e sim por uma norma da FEBEM!

Fernando relutou em sair de perto e quando teve de sair, disse: “É pena que não posso encostar a mão em você, safado, filha da p..., porque senão eu te destruía. Você não vai estragar a minha vida dentro da Unidade com o seu escape, mas eu te pego antes disso.”

Novamente Fernando se dirigiu a mim olhando para Ivan: “Não posso sair de perto dele, praga!”. Eu disse ao Fernando que escolhesse um canto ou ficasse perto da escada olhando em direção ao Ivan e a mim, pois eu ainda precisava conversar com Ivan a sós.

Nem sei bem o que iria falar mas sabia que, daquela maneira, as coisas não podiam continuar. Olhei para trás e vi Maria, já sentada, agarrada à sua pasta e à sua bolsa, olhando-nos.

Não sei exatamente quanto tempo esse incidente durou, mas sei que foi um período cheio de emoções intensas, as quais não saberia descrever.

Comecei a falar novamente com Ivan dizendo que seria bom ele descer da rede na qual estava agarrado para conversarmos, mas ele insistiu que não voltaria à Unidade e que eu não sabia nem metade do que ele lá passava; que aquilo era pior do que qualquer coisa ruim!

Relembrei a nossa sessão quando concordamos que a existência de um outro familiar no interior poderia ser uma melhor e mais segura solução quando da sua saída da FEBEM. Caso contrário, seria uma fuga e, daí, ele recomeçaria a pagar a pena desde o seu início (eu sabia alguma coisa a esse respeito devido ao atendimento que dava a um outro paciente na época).

Apesar de mudar um pouco a posição das mãos presas à rede, ele continuava a fixar-se nela, dizendo que não dava mais para voltar lá. E acrescentava com escárnio: “Família do interior? Minha mãe não está nem aí comigo; o restante, sei lá”.

Disse a ele que eu não tinha poder de juiz, que não poderia tirá-lo da Instituição e que, por isto, seria mais prudente seguir as vias adequadas para não complicar a sua própria situação, visto que estava prestes a sair da Unidade.

Baixou a cabeça levemente em minha direção e disse: “Eu deveria ter saído antes de completar os meus 18 anos. Isso me revolta muito, mais do que qualquer outra coisa”. Enfatizei que entendia muito bem a injustiça que estava acontecendo mas imediatamente ele me interrompeu e disse: “E isso não está acontecendo só comigo: o ‘cara chato’ da minha cela também está com esse problema e vários outros de outras celas estão assim também! Ninguém olha para nós”. Neste momento eu percebi uma brecha e falei: “Será

que é isso mesmo?” (dei um tempo antes de continuar): “Eu estou olhando para você e tentando fazer alguma coisa para melhorar a sua situação, e estou preocupada porque você pode estar a piorá-la”. Observei, então, que as mãos de Ivan foram se desprendendo da rede e, muito lentamente, sem dizer nada, ele foi descendo. Parou um pouco na sapata do mezanino.

Perto da rede, enxerguei os guardas universitários se aproximando da porta do prédio: eu os via mas o Ivan, por estar de costas à porta, não. E os guardas começaram a falar comigo. Nesse momento cheguei a imaginar que todo o trabalho feito até então poderia estar perdido: uma simples aproximação poderia por tudo a perder. Mas Maria adiantou-se e provavelmente conversou com eles e, assim, os guardas não nos atrapalharam. Olhavam-nos meio desconfiados diante da situação, porém não interferiram. Mantiveram-se distantes até tudo ser dado como encerrado.

Ivan saltou ao chão e disse: “Será que desta vez a coisa vai funcionar e eu estou minando tudo?”. Percebi que dizia aquilo para si mesmo, mas aproveitei para reforçar suas palavras: “Se nós não tentarmos nunca saberemos se as coisas darão certo ou não na nossa vida”. Ele me olhou e, com um pedido de súplica nos olhos, disse: “A senhora pode me ajudar, não?, a convencer a ‘minha juíza’ a me soltar o quanto antes, não?”. E respondi-lhe: “Ivan, eu estou tentando arrumar uma casa para quando você sair da Instituição e para que tenha um atendimento psicoterapêutico; para não

escorregar mais nas coisas sobre as quais nós conversamos, podendo dirigir melhor a sua vida em torno dos ideais que deseja alcançar. Quanto à juíza, ela está esperando algo efetivo da nossa parte: o que ela fará nós não sabemos, mas pelo menos o seu processo está andando, não está mais parado.”

Fiquei surpresa por ele falar “minha juíza”, mas depois refleti melhor e concluí que havia falado provavelmente em tom irônico. Pela lei, o problema dele já deveria ter sido resolvido antes dos 18 anos, mas mais de um ano se passou e as coisas ainda estavam indefinidas.

Por outro lado, o que garante que internos na mesma situação de Ivan não se prevaleçam da idade para cometer mais delitos? Não sei dizer até onde foi eficaz a nossa conversa.

Quando eu me virei, vi que estávamos sendo observados por um bom número de pessoas que deveriam estar em qualquer lugar, menos nos olhando.

Convidei Ivan a caminhar até a Maria e o monitor, e novamente lhes expliquei as tentativas que faríamos com relação à situação do Ivan, definindo os acertos. Porém, o rosto de Ivan voltou a ser o de derrotado: cabeça baixa, fala mansa, sem responder ao que a Maria e o monitor perguntavam.

Não marquei uma próxima sessão talvez em função da certeza de conseguirmos algo no interior do Estado ou até mesmo devido ao receio de ele escapar novamente; na verdade, creio terem sido ambas as razões.

Descemos as escadas e, nesta hora, senti o quanto foi desagradável os outros pararem para nos olhar, com um misto de curiosidade e de medo. Senti o quão constrangedor deve ser para o Ivan e para outros internos serem transportados de um lado a outro em meio a muitas pessoas.

A situação de Ivan, assim como de outros, é difícil de ser resolvida. Procuro colocar-me nos dois lados da situação, e não sei dizer qual o menos ruim: Ivan sendo agredido pelo

monitor, ou fugindo e encontrando-se com gangues, voltando a amedrontar a população e a efetuar novos roubos.

Acompanhei-os até a porta de saída com o compromisso de a Maria telefonar-me assim que tivesse alguma resposta. Despedimo-nos. Ivan falou alguma coisa a qual não consegui entender bem: talvez fosse um pedido de desculpas, ou um obrigado, ou a verbalização de algo insatisfatório. Em função do seu problema de fala, achei melhor não lhe pedir para repetir a frase naquele momento.

Observei os três se afastarem do prédio em direção ao carro e nem sei dizer o que estava sentindo: tristeza, espanto, surpresa, alívio, enfim, tudo estava encaminhado e nada havia sido resolvido, e esse era somente um caso; quantos outros não estariam naquela situação! Pensei também onde Ivan e Fernando canalizariam a raiva que havia entre eles, tendo ainda de voltar juntos para a FEBEM! E no dia-a-dia, como seria?

Ainda muito entretida com meus pensamentos e sentimentos, fui interrompida pela aproximação do guarda universitário que me pediu desculpas, pois ele e o colega se encontravam sem carro para chegar ao Bloco e, como estavam com uma bicicleta apenas, demoraram a arrumar outra.

Nesse momento, eu não sabia se ria ou se agradecia o empenho de ambos em chegarem ao local. Como não via o seu outro colega, perguntei por ele para também lhe agradecer o esforço em cumprir sua função, mas o guarda me disse que haviam recebido outro chamado o qual estava sendo atendido pelo colega, também de bicicleta. E pensei: “Espero que a pessoa que solicitou auxílio também tenha tido a sorte de resolver seu problema sem maiores complicações porque, sem carro e de bicicleta emprestada, o que os guardas poderiam fazer?”. Mesmo assim, agradei a disponibilidade de ambos e, em

seguida, ele ressaltou que, quando eu ou qualquer pessoa do Bloco precisasse de algo, poderíamos chamá-los. Ao olhar o prédio, pensei comigo mesma: “Espero que nada aconteça a nenhum dos meus colegas a ponto de ter de chamá-los.” Sabemos que a verba é pequena para as tantas necessidades existentes em tantos lugares: eles fazem realmente o que podem, dentro das parcas condições que os limitam.

2.5 Finalização do Caso

Após uma semana, ouvi pelo rádio que estava acontecendo uma rebelião na Unidade do Ivan. Procurei alguma informação pelos jornais e comecei a ligar à Unidade para tentar falar com a Maria, mas em vão.

No dia em que consegui falar com alguém que, por acaso, passava perto do telefone, perguntei se poderia lhe passar um fax para que ele não precisasse chamar ninguém naquele momento, pois sabia que a situação estava ruim lá dentro. E ouvi como resposta: “Eles também estão dominando a sala do fax. A situação está ruim, ... e pode pôr ruim nisso!”

Após várias semanas recebi um telefonema da Maria que me explicava que ela não tinha tido, até então, nenhuma condição de me ligar. Antes lhe falei que tinha certeza disso pois estava a par das matérias publicadas nos jornais. Relatei-lhe que havia telefonado algumas vezes, mas percebi que não havia condições de deixar recado.

Ela disse-me que o Ivan não havia participado daquela rebelião porque parecia estar consciente de que a participação em motins retardaria sua saída, somando-se tempo à pena pelo envolvimento em rebelião. Conversamos um pouco sobre o término da rebelião

e sobre o “bug” do milênio.

Completo também que quando acontecia alguma rebelião, o pessoal que lá trabalhava também ficava sem poder sair da Unidade, até porque não havia condições minimamente suficientes de se deslocarem guardas para fazer o acompanhamento do interno. Todas as viaturas e a escolta ficavam em estado de alerta na Unidade da rebelião e em outras Unidades também, e por tal motivo, os trabalhos de rotina eram cancelados.

De qualquer modo, aquela rebelião não afetava diretamente o problema atual com relação ao Ivan. Porém, ela disse não ter boas notícias sobre a família dele: triste fato as informações recebidas tanto por ela - no contato com os familiares do Ivan - quanto por mim, na condução do caso.

Maria conseguiu saber do paradeiro da avó do Ivan, que morava próximo da bisavó, no interior da Capital. Conversou com ambas sobre a vinda dele à casa de uma delas. Maria disse-lhes que ele estava prestes a sair da Unidade, mas que precisaria de um lugar fixo onde morar, junto a algum familiar, para ajudá-lo na reintegração à sociedade e para que tivesse condições de ter um acompanhamento psicoterapêutico que o ampararia melhor no prosseguimento de sua vida.

Contudo, nenhuma das duas se dispôs a nada, nem mesmo em caráter experimental para ver se poderia dar certo. Não queriam recebê-lo de forma alguma.

Maria tentou também localizar a mãe e não conseguiu, porque parecia que ela havia mudado de endereço, e tanto a avó quanto a bisavó não quiseram dar o novo telefone ou o endereço da mãe do Ivan.

Como a Maria não conseguiu nada no interior, resolveu falar novamente com a tia de São

Paulo para verificar a possibilidade de ele retornar à sua casa. Mas esta também não quis saber de nada, e disse que não o queria de volta de maneira nenhuma, independentemente do ambiente para ele no bairro. Confesso que houve grande desânimo de ambos os lados.

Questionei-a sobre como a FEBEM resolvia esse tipo de problema, quando não existia nenhum familiar que recebesse o interno que já “havia pago a pena” e possuía mais de 18 anos. Ela respondeu-me que, na realidade, ele ainda não havia terminado de cumprir a pena, mas sob algumas condições – no caso relacionadas ao bom comportamento -, ele poderia sair livre. Porém, o que influenciava mesmo era a idade, mais do que qualquer outra coisa.

Comentei que eu iria pensar sobre a questão e que ela poderia me dizer se ele continuaria ainda na FEBEM ou se a juíza teria outro parecer em função da idade do Ivan. Este foi o último contato que tive com Maria, pois não consegui mais falar com ela.

No final daquele mesmo mês, recebi um telefonema de uma assistente social chamada Sônia comunicando que o Ivan havia mudado de Unidade, e que ela não sabia até quando ele ficaria lá porque não havia a possibilidade de ele ir para o interior.

Notei que ela havia entrado novamente em contato com os seus familiares, e fiquei surpresa pela sua atitude pois, num clima de rebelião e mudanças, ela havia conseguido ler o prontuário e procurado continuar o que a colega Maria e eu vínhamos fazendo.

Agradei-lhe o empenho, e ela justificou que, apesar do pouco tempo para ler todos os prontuários, aquele veio com todo o encaminhamento necessário e quase solucionado, e por isto ela resolveu insistir junto à família do Ivan. Perguntou-me, então, o que poderia ser feito com ele na Instituição, embora não soubesse bem quanto tempo ele ficaria nessa

outra Unidade.

Solicitei-lhe um tempo relativamente curto para levar a questão à discussão, adiantando-lhe porém, que a equipe com a qual eu trabalhava estava sem muito tempo para fazer uma avaliação ou definir um tratamento devido à época - próxima do fim do ano - e, principalmente, ao fato de se tratar de uma Clínica-Escola, repleta de atividades simultâneas com prazos a serem cumpridos.

Levantei todas as possibilidades de atendê-lo, porém a própria equipe de colegas não vislumbrou muita saída em função da demora do processo - em consequência dos fatos acontecidos na própria FEBEM - e do encerramento das atividades da Clínica-Escola por causa do período de férias de vários membros da equipe, inclusive do meu.

Após orientação da assistente social da Clínica, entrei em contato com a Sônia para comunicar o re-encaminhamento do atendimento do Ivan a outro lugar. Expliquei-lhe a nossa dificuldade naquele momento e sugeri o que foi discutido em reunião.

Procurei lembrá-la que esse novo encaminhamento deveria ser feito de modo integrado à Unidade na qual ele ficaria de fato, porque não valeria a pena começar qualquer atendimento que pudesse ser interrompido mais tarde devido a uma nova mudança de Unidade. O efeito daí, seria desastroso em função de toda sua história.

Nunca soube mais nada acerca do Ivan, mas restaram várias perguntas:

- Onde será que ele está hoje? O que será que está fazendo? E seus planos? E sua raiva? Será que ainda vive?
- Por que será que a família não quis recebê-lo? Como deve ter sido o seu

relacionamento com cada um dos seus familiares? Esse relacionamento seria fruto de problemas inerentes a própria família?

- E sua mãe, será que se lembra dele? Será que está bem resolvida tendo um filho que não sabe onde anda? Ou será que se encontrou com ele depois de todos esses anos? E o pai desconhecido, será que imagina que teve um filho?

Pensei também em outras tantas perguntas relacionadas a FEBEM:

- Por que será que não são desenvolvidos planos de atividades nas Unidades com perspectivas que visem uma melhor reintegração do interno no retorno à sociedade?
- Por que a FEBEM não trabalha com maior cuidado para não aumentar a raiva entre funcionários e internos, conversando sobre o clima de raiva e ódio inserido em todos?
- As leis existem mas, se não há pessoas que as ponham em prática cumprindo prazos estabelecidos, essas mesmas leis deixam de ser coerentes, pois impõem que o outro aceite as injustiças como justas!

3- Análise dos Resultados

Os primeiros encontros com os sujeitos.

Houve muita dificuldade na aplicação dos testes, portanto houve prejuízo na avaliação dos instrumentos ora selecionados, devido ao alto grau de ansiedade e conflitos emocionais emergentes, diante das situações que se encontravam no momento.

Os atendimentos foram realizados com o intuito de entender e minimizar o sofrimento daqueles casos que apresentaram a questão da violência sofrida por crianças e adolescentes. A abordagem dos atendimentos ocorreu sob dois enfoques:

3.1. Considerações sobre o sujeito

Visando o paciente atingido pela violência, o psicólogo deve procurar:

- Minimizar o fator impactante, para que não haja uma desestruturação;
- Facilitar a tomada de consciência do sofrimento, que deve ser vivido sem o fator impactante, que pode obstruir sentimentos;
- Auxiliar o paciente a seguir em frente da melhor maneira possível, a partir do problema em questão;
- Auxiliar o paciente a conviver com as exigências ordinárias inerentes à vida.

3.2. Considerações sobre os Familiares e os Responsáveis

Com relação a estes o psicólogo deve:

- Tentar ajudá-los a discriminar aquilo que realmente aconteceu daquilo que não houve;
- Fazer com que tomem as providências necessárias e cabíveis em cada fase do processo;
- Auxiliá-los a diferenciar aquilo que devem fazer visando ajudar o paciente a fazer o que deve ser feito;
- Capacitá-los a suportar o prosseguimento do processo até seu término.

IV - DISCUSSÃO

Todo o ser humano vive o sofrimento, de uma ou de outra maneira, e é perceptível que quem tira melhor proveito dele é exatamente quem sabe lidar com ele, superando-o e tomando-o como um novo aprendizado nos caminhos da vida.

Diversos pesquisadores, escritores, religiosos, leigos e outras tantas pessoas souberam escrever e vivenciar o sofrimento, cada uma dentro de suas peculiaridades e de seu contexto específico, e algumas delas foram escolhidas para revelar seu outro lado, o do crescimento e da esperança que se fez presente em suas andanças pelo mundo.

Quando estava preso, Thomas More (2002, p. 79) escreveu o seguinte comentário para a filha Margareth: “E tenho a certeza de que aconteça o que acontecer, por muito mal que pareça, será na verdade o melhor.”

Viktor Frankl (1973, p. 323), em uma de suas reflexões sobre a tríade do sofrimento, comenta:

Ora, não há na vida, nenhuma situação que realmente careça de sentido. Quer dizer: as fases aparentemente negativas da existência humana, especialmente aquela tríade trágica em que se entrelaçam a dor, a culpa e a morte, sempre se podem converter em algo de positivo, numa realização se a sabemos enfrentar com comportamento e atitudes corretos.

São João da Cruz (2002, p. 164), com tantos sofrimentos físicos, soube extrair de tudo o que lhe acontecia o crescimento espiritual:

Tu, ó vida divina, nunca matas senão para dar vida (...) quando castigas, tocas levemente, e isto basta para consumir o mundo inteiro; mas quando relatas, tu o fazes com toda a atenção e assim os regalos da tua doçura são inumeráveis.

O Papa João Paulo II, além de comentar as reações de Cristo diante do sofrimento humano quando esteve na Terra em livro de Fernandez Carvajal, viveu ele próprio uma vida sacrificada, e após tantos problemas que enfrentou durante o seu pontificado nos deu um adeus com dor, mas na confiança de voltar a casa do Pai.

A partir deste momento se apresenta a discussão dos aspectos teóricos e práticos referentes aos casos escolhidos para o desenvolvimento deste trabalho.

Após todo o levantamento dos dados obtidos por meio de entrevistas e observações clínicas, da avaliação dos instrumentos utilizados para conhecer a dinâmica da personalidade dos pacientes, do acompanhamento à delegacia e ao Fórum, a autora discorrerá sobre as perspectivas e prognósticos da evolução dos casos.

1- Redução das Conseqüências Traumáticas da Violência nos Processos Jurídicos

Como tratado anteriormente, segundo a teoria de Masud Khan (1997) o trauma cumulativo se estabelece de uma maneira silenciosa e invisível durante toda a infância até a adolescência, deixando seqüelas em todas as fases vitais do desenvolvimento do indivíduo.

Estas seqüelas tornam a pessoa mais vulnerável e, portanto, mais assustada e insegura diante das dificuldades da vida, características que se lhes acentuam quando envolvidas em processos jurídicos.

De acordo com Jacqueline Barus-Michel (2003), em ambos os casos citados a pesquisadora constatou a fragilidade emocional que os traumas causaram na manifestação de sentimentos de ódio, desespero, fuga e estagnação, sentimentos estes que levaram tanto os pacientes quanto os seus familiares à paralisação na busca de soluções diante dos conflitos ligados ao impacto dos processos jurídicos. Tais sentimentos se destacaram em meio a outros devido à sua maior frequência e intensidade durante a evolução desses casos.

Nos dois casos observou-se a manifestação daqueles quatro sentimentos: havia momentos em que essas emoções se sobrepunham a outras de forma explícita, e em outros se manifestavam de forma única e camuflada.

O caso Hélio desencadeou o ódio na mãe quando esta tomou conhecimento do fato, levando-a ao desespero num primeiro momento. Este ódio se tornou a tônica de várias sessões quando se referia ao sofrimento do filho, nas quais os sentimentos se sobrepunham.

O ímpeto do pai da criança em querer matar o agressor acrescido da tentativa da família em proteger seu filho do agressor deixava a mãe mais desesperada. Esta aflição extrema e o seu sofrimento se acentuavam ainda mais quando chegavam as intimações da Justiça.

Os sentimentos mesclavam-se e impeliam a mãe a entrar num processo de estagnação, quando não conseguia dar continuidade às suas atividades normais. O medo das conseqüências geradas pela oficialização das denúncias fez com que ela sentisse vontade de suspender o processo nos tribunais na tentativa de fugir daquela situação constrangedora e de sofrimento.

Quando soube do ocorrido, o pai do Hélio sentiu fortemente os sentimentos de ódio e de desespero, levando-o ao desejo de liquidar o agressor que estava sendo o causador de tanto sofrimento. Nesse momento o sentimento do pai também foi impactante, levando-o à paralisação e à fuga do pensar, pois não encontrava saídas mais apropriadas para a questão, inclusive visando evitar um sofrimento maior para a criança.

Para o próprio Hélio, seu desespero se fazia presente no sofrimento individual, tanto por não poder contar a ninguém o que lhe acontecera como por estar em constante contato com seu agressor, sem condições de se defender e somando várias tentativas de fuga frustradas.

Os sentimentos de hostilidade com relação ao tio foram somatizados na forma de diarreia além da irritação no ânus, mecanismos utilizados também para tentar fugir do problema.

Hisada (2003, p. 49) tece os seguintes comentários a respeito da diarreia crônica:

É uma doença dos intestinos que se caracteriza por fezes líquidas e freqüentes. Pode aparecer isoladamente ou combinada com outras doenças.

O paciente supercompensa sua passividade somente através do simbolismo inconsciente do ato excrementício, das doações e obrigações para com os outros (...).

Os impulsos hostis podem ter um efeito direto sobre os sintomas intestinais.

As diarreias são desencadeadas pela angústia aguda, em situações em que o indivíduo se sente submetido a uma exigência excessiva.

O aumento da movimentação dos intestinos estaria associado à angústia e à agressividade e seria uma característica das pessoas mais ativas e agressivas.

Esta discussão recai sobre os diversos fatores que influenciam a adaptação psicológica de Hélio e Ivan - protagonistas dos dois casos aqui estudados – perante o sofrimento que lhes foi naturalmente imposto no decorrer do processo jurídico onde, a cada novo passo no

processo, se abria espaço para uma nova demanda de sofrimento que se lhes avizinhava constantemente.

Recordando as idéias de Belmont (1997), a despeito de uma realidade difícil e limitada sempre haverá lugar para os “terapeutas suficientemente bons” manterem um espaço entre a dura realidade e o sonho, como forma de poder transformar e reconstruir o futuro. Esta atitude permite a análise do papel do sofrimento humano no amadurecimento emocional dos pacientes e as possíveis implicações em suas vidas presentes.

Nem tudo se mostrou fácil nesta análise, até mesmo a percepção do que era preciso ser feito. Alguns obstáculos foram encontrados tanto em um caso como no outro devido à dificuldade em lidar com a situação constrangedora e frustrante que se tornou mais um obstáculo para o sofrimento mental.

No caso do Hélio houve a dificuldade em denunciar o parente próximo: a mãe passou por uma situação embaraçosa antes de contar a verdade para o pai, pois o réu era um primo com o qual ela conviveu em sua terra natal desde a infância, antes de vir para São Paulo, e quando toda a família veio para a Capital todos continuaram morando próximos um do outro e mantendo contato assíduo. Havia, por parte dela, um forte laço afetivo junto à família e ao próprio primo. Por outro lado, o pai do Hélio não pensava em outra coisa a não ser acabar com o primo da ex-esposa. Ela empenhou-se muito para que os acontecimentos não fossem ainda mais desastrosos e ineficazes. No caso do paciente, a tentativa de controlar a raiva e a hostilidade manifestou-se na evacuação intermitente e por um período maior que o normal, mas os familiares perceberam o fato somente após ele ter relatado o problema sobre o tio, quando começaram a relacionar os dias aos locais em que ele passava mal.

As experiências mostram que é preciso recorrer o quanto antes diante de casos dessa natureza justamente para impedir a continuidade e o desenvolvimento de situações semelhantes para quem as sofre.

Ao falarem sobre violência, Marina Elly Hasson e Alexandrina M. A. da Silva Meleiro (RIGONATTI, 2003, p. 79) expõem o seguinte:

Encontramos várias formas de abuso familiar, entre elas destacamos o abuso infantil: de velhos para com as crianças, entre irmãos, de pais para filho, e outros. Em todos, a criança é exposta a situações traumáticas que podem interferir e dificultar a possibilidade de desenvolvimento sadio. Inúmeros trabalhos apontam que o abuso sexual na infância é fator de risco para atos de perversões sexuais e homicídios.

Na avaliação do caso Ivan, em conformidade com Rosa (2004), há a preferência na experimentação da dor física, manifestação sensorial indicativa de que a frustração não foi superada. Os sentimentos de ódio, desespero, fuga e estagnação manifestados por Ivan apareceram entremeados com as suas atitudes frente ao mundo. O fato de não conseguir comprar as coisas que desejava como fruto de seu trabalho fazia com que se sentisse injustiçado pela vida, tentando compensar essa falta com o roubo.

As fendas abertas em seu processo de desenvolvimento fizeram com que se sentisse injustiçado. Havia um dado concreto de rejeição da família e isto gerava nele um sentimento de ódio que se expandiu para a sociedade que, a seu ver, era a culpada pelo seu desfalque emocional e material.

A incapacidade de tolerar a frustração parecia gerar um sentimento de desespero e uma necessidade de ter o que queria a qualquer custo. Em meio à estagnação, o sofrimento de

ficar preso em uma unidade da FEBEM levava-o a pensar em fugir, tentando efetivar a fuga se aproveitando das oportunidades que a própria instituição promovia para seu benefício pessoal.

A impulsividade e a intolerância fizeram com que não suportasse aguardar nenhum procedimento, mesmo que fosse em seu benefício.

A avaliação psicológica que deveria ter sido realizada no local determinado pela instituição não pôde ser concretizada, assim como os outros procedimentos que dariam argumentação e subsídios ao juiz para decidir pela liberação de Ivan.

Em sua tentativa de fuga Ivan pretendeu escapar de si mesmo, pois sentia o medo real de ficar preso em seu interior. Sentia a fuga como uma forma de se libertar. Ivan deixava nítido haver convivido com a violência nos primórdios de sua infância. De outro lado, a raiva do monitor não era apenas de Ivan, mas de uma situação opressiva imposta também a si mesmo e diante da qual ele não podia reagir diferentemente. Foi necessária intervenção da parte da psicóloga no momento em que a raiva brotava tanto de Ivan quanto do monitor.

Mamede (1997, p. 11) relata a mesma experiência: “Observaremos que entraves importantes foram vividos quando tentei reconhecer e dar lugar ao sofrimento psíquico das pacientes.”

Ainda com referência ao caso do Ivan percebeu-se que, quando da abertura fornecida pelo juiz para o seu atendimento fora do local de reclusão, o sofrimento e o desespero do paciente alcançaram índices intoleráveis, diante dos quais ele não conseguiu suportar a frustração de estar fora e dentro ao mesmo tempo. A fuga do prédio onde era oferecido o

Atendimento representava uma fuga de tudo, especialmente da FEBEM, pois desejava sentir-se livre emocionalmente. Todavia, apesar de querer ser livre, continuava preso dentro de si mesmo.

Antonio Serafim (RIGONATTI, 2003, p. 74-75) comenta:

É notório hoje o aumento da periculosidade dos encarcerados bem como de elevados índices de crimes praticados por jovens. Os prováveis fatores etiológicos deste fenômeno estão relacionados à impunidade e às inadequações dos programas de ações preventivas e reabilitação. A reincidência delituosa também tem contribuído para o aumento da criminalidade.

O alto índice de periculosidade tem relação direta com o grau de perseguição interna e com a intensidade do medo de ficar preso, seja dentro de si mesmo ou da instituição. Há semelhança entre ficar “preso” ou “fora” de si mesmo e ficar fora da instituição. A sensação de perseguição entende que “ficar fora” é melhor do que estar preso, ou seja, dentro.

Transpondo esse modo de pensar para situações de rejeição materna, só é possível sentir-se protegido fora do útero materno pois, dentro, há intensos sentimentos de perseguição. O acolhedor (a mãe) é aquele que vai matá-lo, daí o medo de ficar no útero, pois ele será morto a qualquer momento. Não existe acolhimento, *holding*, havendo a necessidade de saber defender-se sozinho.

O fato de Ivan ficar na sala com um psicólogo por algum tempo durante o atendimento psicológico pode fazer transparecer o seu medo persecutório: ao sair do atendimento, quis sair de tudo, tentando fugir. A intenção de fugir era verdadeira, e só não o fez por desconhecer as saídas do prédio. Caso contrário, teria fugido.

2 - Introjeção da Figura Paterna e Materna na Formação e na Estruturação da Personalidade

Kaloustian (1998), em sua Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, Proteção e o Desenvolvimento da Criança, fortalece a integridade e a importância da família para que esta possa dar conta das dificuldades que surgem no decorrer da vida humana, do ser em crescimento.

A família deve ser constituída de dois elementos básicos para a formação e a estruturação da personalidade de uma criança: uma mãe e um pai, com suas características diversas e individuais, e a responsabilidade de ambos perante o novo ser, totalmente dependente deles.

Alves (1999) afirma que, em um ambiente familiar bem estruturado e saudável, a integração do casal é baseada normalmente no amor e na confiança, quando estes sentimentos transbordam para os filhos e lhes garantem uma boa estabilidade e formação.

É notável que a criança cujo desenvolvimento se faz dentro de um lar - onde os pais se responsabilizam pela sua formação e orientação e se esforçam para estarem próximos às dificuldades por ela enfrentadas - adquire uma capacidade a mais diante da vida, e suas decisões e resoluções em seu decorrer denotam maior dinamismo e criatividade do que aquelas tomadas por indivíduos criados em outras casas cujo vínculo só se fez sentir pela existência de um teto em comum. Tais aspectos foram ressaltados por Ivonise Fernandes da Motta Catafesta (1997).

Winnicott (1982, p. 130-131) sempre priorizou a relação mãe-bebê, porém nunca deixou de lado o papel do pai na continuidade do desenvolvimento da criança:

É difícil começar a descrever as maneiras pelas quais um pai enriquece a vida dos filhos, tão amplas são as possibilidades. As crianças formam seus ideais, pelo menos em parte, como base no que vêem ou pensam que vêem, quando olham para o pai. Um novo mundo se abre para elas quando o pai gradualmente desvenda a natureza do trabalho para onde sai todas as manhãs e do qual regressa todas as tardes.

Ainda com relação ao pai, o enriquecimento de sensações para uma criança ocorre desde a percepção do bom relacionamento entre o pai e a mãe dentro do lar; do apoio moral que o pai dá à mãe - sustentando a autoridade que esta implantou na vida do filho -; e da necessidade que tem em conhecer a personalidade, as qualidades e as características que o distinguem de outros homens; enfim, o contato direto e real com o pai.

Neumann (2003, p. 71) acentua o desempenho do pai na vida do indivíduo: “Nas várias culturas, é o pai o agente propiciador e o elo de ligação para o salto do universo da família para o da sociedade e cultura, indicando uma ampliação de campo para o interminável aprendizado da vida.”

Pode-se dizer que quando existe uma falha básica nos primórdios da vida, esta tende a se repetir nos diversos relacionamentos que o indivíduo terá ao longo de toda a existência.

Reginato (2004, p. 222) aborda a questão de ser pai de uma forma poética e jovial, embora não menos intensa do que outros autores:

É um compromisso com data para começar, mas não para terminar. Não há aposentadoria para a paternidade. O que se alicerça no amor não pode acabar. O amor é o grande tema vivido pelo homem em todos os tempos; não tem outra explicação senão em si mesmo. A paternidade é uma das formas mais vivas dessa manifestação.

O pai que puder estar ao lado do filho em seu crescimento participa da construção de um

ser que não é qualquer pessoa, mas uma criatura com características advindas da sua própria pessoa, e portanto, deveras familiar à sua história de vida.

Nos dois casos aqui apresentados pode-se notar a diferença existente no relacionamento de cada paciente frente à figura paterna.

No caso do Hélio o instinto paterno dominou o seu pai, a ponto de este querer matar o culpado do problema apresentado pelo filho, impondo-se a necessidade de contê-lo fortemente para a situação não piorar ainda mais.

No caso do Ivan avalia-se o seu distúrbio de comportamento levando em conta a classificação de Winnicott relativa às seis categorias de lares desfeitos, das quais duas delas definem com clareza a atitude do Ivan: lar incompleto porque não existia pai e a mãe era inadequada; e, nunca houve um lar.

A privação da mãe como escudo protetor e como objeto de satisfação de suas necessidades torna a criança incapaz de lidar com suas emoções, tornando-se inibida no amor e, conseqüentemente, mais deprimida e despersonalizada, capaz de sentir apenas a realidade da violência.

Winnicott (1995, p. 183) acentua que o significado de um ato anti-social, como por exemplo o roubo, denota a busca de algo para aliviar a dor interna:

Quando uma criança rouba, o que é desejado (pela criança total, isto é inclusive o inconsciente) não é o objeto roubado; o que é desejado é a pessoa, a mãe, de quem a criança tem o direito de roubar porque ela é a mãe.

Não há como negar a importância da manifestação do inconsciente na delinquência juvenil diante dos acontecimentos presentes. Vale a pena registrar outro pensamento de

Winnicott (1995, p. 120) sobre este aspecto:

Temos até magistrados que não enxergam que os ladrões estão inconscientemente procurando algo mais importante do que bicicletas e canetas-tinteiro (...).

O crime produz sentimentos de vingança pública. A vingança pública redundaria em algo perigoso, se não fosse a lei e aqueles que tem por missão implementá-la. No tribunal, o magistrado, antes de mais nada, expressa os sentimentos de vingança pública e só assim podem ser estabelecidas as bases para um tratamento humano do infrator.

Sabemos que a base da delinquência e da criminalidade tem suas raízes em dificuldades emocionais inconscientes, formadas nos primórdios da existência da pessoa. Porém isto não pode servir de justificativa para que a lei não seja cumprida, uma vez que se deve corrigir o infrator. As normas e as leis da vingança pública reconduzem as paixões para uma contenção da revolta, consentindo que os tribunais de justiça se encarreguem de fazer com que a punição seja cumprida.

Winnicott (1995, p. 120) sugere:

... nenhum delito pode ser cometido sem que haja um acréscimo do fundo comum de sentimentos inconscientes de vingança pública. Uma das funções da lei é proteger o criminoso contra essa mesma vingança inconsciente e, portanto, cega. A sociedade sente-se frustrada mas, passado um certo tempo e esfriadas as paixões, consente que os tribunais se encarreguem do infrator; quando se faz justiça há alguma satisfação.

A família de Ivan não apresentava nenhuma estrutura, situação mantida desde sua infância. Era perceptível que Ivan não havia conhecido seu verdadeiro pai, e quanto ao companheiro da mãe parecia ter tido pouco contato. O restante da família não queria nem tomar conhecimento do que estava acontecendo. Provavelmente no passado Ivan não recebeu ajuda de nenhum familiar, visto que começou a roubar quando ainda se

encontrava no interior do Estado de São Paulo, até que foi preso e trazido para a FEBEM da Capital.

Pelo relato da história de vida do Ivan, a pesquisadora percebeu que ele sofreu privações na satisfação de suas necessidades básicas em todo o decorrer de seu crescimento, e que continuava sofrendo os efeitos dessas negligências.

Fagundes (2003, p. 88) mostra que a pessoa necessita de um pai como uma força organizadora do ser:

A antiga oração ‘Pai nosso que estais no céu, santificado seja o vosso nome...’, enuncia um pai que, embora não seja visto, ouvido e sentido sensorialmente, é percebido sim como uma necessidade interna ou força organizadora para ser agora apropriado pelo sujeito. Apropriar-se do pai, integrado à mãe, se torna vital para a experiência dos bons objetos internos, o que infunde no sujeito a esperança de vida.

A esperança maior da vida se faz presente na busca de qualquer oração que possa ser feita. Porém, no “Pai Nosso”, o pedido é feito diretamente ao Todo-Poderoso: é a necessidade da busca de um *holding* maior; é o momento em que se entra em contato com o Pai-Maior.

Tanto o amor quanto o ódio começam em casa. Se na família for vivenciado o carinho e certos limites forem estabelecidos - especialmente àqueles que estão crescendo e aprendendo com os mais velhos -, ser-lhes-á projetado um futuro promissor. Se em outra família predominarem a violência e a falta de respeito para com as necessidades dos menores, a eles será pressentido um futuro sombrio e comprometedor.

Pode-se notar o diferencial entre as famílias de Hélio e Ivan: no caso do Hélio, além da mãe e do pai, as pessoas mais próximas estavam unidas em torno do sofrimento imposto

ao menino; existia uma estrutura familiar, mesmo com os pais separados. No caso do Ivan existia a família, porém ninguém queria ficar com ele quando saísse da FEBEM, ou seja, o seu retorno estava comprometido, revelando a desestruturação da sua origem. Provavelmente, não conseguiram lhe dar um lar suficientemente bom desde o seu nascimento.

Winnicott (1982, p. 260) relata que a criança privada de vida familiar tem um obstáculo a mais ao lidar com seus conflitos, e a intervenção de uma psicoterapia só obterá sucesso com o apoio familiar adequado:

À parte serem negligenciadas (caso em que chegarão aos tribunais de menores como delinqüentes), podem ser tratadas de duas maneiras. Podem ser submetidas à psicoterapia pessoal, ou podem ser dotadas de um forte ambiente, estável, com amor e carinho pessoal e doses crescentes de liberdade. De fato, sem este último método, o primeiro (a psicoterapia pessoal) não tem probabilidade de ser bem sucedido.

Sá (1987) sugere que os programas que visam a educação da dinâmica familiar devem tornar as relações na família mais saudáveis, ou seja, menos arbitrárias, menos competitivas e menos castradoras, portanto mais compreensivas, mais reasseguradoras e amorosas, promotoras de modelos positivos de identificação.

Sabe-se que a violência não começa nas prisões, mas sim que se acentua nelas, pois o início da violência se dá nos primórdios da vida do indivíduo. Lares desprovidos de afeto; casais separados ou vivenciando muitas brigas; necessidades básicas não satisfeitas, além de abusos físicos e morais, deixam-lhe uma marca indelével que reforça o pouco valor que tem a sua vida, tudo isso sem contar que o alto grau de sofrimento da criança pode não auxiliar seu desenvolvimento integrado. É no âmago do universo da família que se estabelece a esperança do indivíduo.

3 - Modificação do *Setting*, Manejo Terapêutico e Facilitação do *Holding*

Torna-se essencial a importância do *setting* no desenvolvimento de um trabalho psicoterapêutico bem como a manutenção deste ao longo de todo o processo.

Uma das funções do *setting* é garantir o acolhimento (*holding*) com o intuito de que a pessoa regreda e, na dependência, elabore as mudanças que se fizerem necessárias. Esta regressão se faz primordial para o paciente conseguir viver a integração dentro de um ambiente externo de confiança, e assim poder processar melhores relacionamentos futuros.

Não se sustenta a regressão no trabalho analítico como uma idéia simplista. Sobre isto Winnicott (1994, p. 77) escreve:

O erro mais importante que se comete é que a regressão seja alguma saída fácil no trabalho analítico. Quero tornar inteiramente claro que é afortunado quando a questão de enfrentar uma regressão não surge em grande escala em uma análise.

As dificuldades permeiam constantemente a evolução do tratamento, porém as mesmas dificuldades podem se tornar soluções. Continua Winnicott:

Em alguns casos, contudo, revela-se ao final, ou mesmo de começo, que o *setting* e a manutenção dele são tão importantes quanto a maneira pela qual se lida com o material. Em alguns pacientes, com um certo tipo de diagnóstico, a prevenção e a manutenção do *setting* são mais importantes que o trabalho interpretativo.

Deve-se ter em mente que o funcionamento do meio ambiente facilitador deveria ter começado com a mãe nos primórdios da vida da criança numa relação de total dependência para, de acordo com o crescimento, diminuir gradativamente até chegar à independência: estágio do *não-eu* para o *eu*.

Quando o terapeuta acompanha o paciente nessa fase de transição, ele pode às vezes “estar” com o paciente, sem fazer uso da interpretação.

Foi muito notória no caso do Hélio, e menos no caso do Ivan, a condução do próximo passo a ser tomado pela terapeuta, pois, tanto ele como a família, expressavam suas necessidades de forma muito clemente.

Essa dinâmica do sentimento de confiança começa a surgir durante a sessão, quando o paciente encontra no terapeuta reciprocidade no comprometimento da ajuda. Safra (1995, p. 203) escreve:

Por maior que sejam os conflitos ou angústias que permeiam o mundo psíquico de alguém, há sempre algo de sabedoria no fundo do ser que sofre, esperando encontrar um outro que possa escutá-lo e acompanhá-lo em sua busca.

Corroborando esse pensamento e, através da prática, Hisada (2000, p. 3) afirma que “o paciente busca no terapeuta as funções de que necessita. Se o terapeuta compreende a situação temos um momento mutativo.” Quando a pessoa em sofrimento busca ajuda é porque já venceu em parte o seu próprio desespero. Este, muitas vezes, é o mais difícil de ser vencido.

Van Thuan (2002, p. 66), que ficou encarcerado 13 anos - dos quais nove no mais completo isolamento -, demonstra com muitos detalhes o aspecto íntimo de seu sofrimento e desespero diante de tal situação:

Naqueles dias, naqueles meses, inúmeros sentimentos confusos atormentam a minha mente: tristeza, medo, tensão. O meu coração está dilacerado por estar distante de meu povo. Na escuridão da noite, em meio a este oceano de angústia, pouco a pouco vou despertando: ‘Tenho de enfrentar a realidade. Estou na prisão. Se eu for esperar o momento oportuno para fazer realmente algo de grande, quantas vezes terei destas ocasiões? Só uma coisa eu tenho certeza de que vai chegar: a morte. Faz-se necessário aproveitar as ocasiões que se apresentam todo dia, para realizar ações ordinárias de modo extraordinário’.

Na busca por ajuda também são percebidas diferenças entre os casos do Ivan e do Hélio. Ivan não apresentava demanda própria: a demanda advinha de uma situação específica inerente à FEBEM. No caso do Hélio, após o primeiro impacto quando soube o que estava acontecendo com o filho, a mãe abriu-se com seu chefe e este a orientou a buscar ajuda, pois também não sabia como proceder. Ela aceitou a idéia e, apesar de dilacerada, aglutinou forças e procurou auxílio. Por se encontrar mais vulnerável e frágil em meio a esse quadro de sofrimento, ela procurou seguir a orientação que lhe era dada pela terapeuta do filho, pois não apresentava as mínimas condições de enxergar qualquer critério a não ser suas próprias necessidades naquele momento.

Pintor (2005) afirma que, para pacientes regredidos, o *setting* analítico tem um significado especial, e analogamente as experiências insatisfatórias poderão ter o significado de experiências corretivas. No caso do Ivan não houve tempo nem condições para que pudesse ocorrer a experiência que possibilitaria uma mudança psíquica.

A mudança do *setting* analítico pode assumir um significado especial diante de um sofrimento desastroso, contribuindo para que o paciente encontre um *holding* que possibilite a criação de novas experiências, efetivando-se então uma mudança psíquica real.

Ainda em sua tese Hisada (2000, p. 168) comenta: “Este trabalho foi realizado com pacientes adultos e adolescentes. Pareceu-nos interessante que pesquisas neste sentido também sejam feitas com as crianças, para verificar as variações da adaptação.”

O trabalho descrito nesta tese busca verificar a eficácia do *setting*, do manejo e do *holding* sobre as variações da adaptação, especialmente da criança.

No caso do Hélio a mudança de *setting* se fez notar logo no início do tratamento, quando foram necessários vários encontros em situações especiais tanto com os seus familiares quanto com ele próprio, em delegacia e posteriormente no Fórum. As constantes ameaças externas advindas do processo jurídico em andamento causavam danos que elevavam muito seu sofrimento no contexto terapêutico, e por isto a mudança de *setting* visou ajustar o equilíbrio de Hélio e de seus familiares.

O manejo fez-se presente com a finalidade de dar conta das diversas facetas que surgiam no decorrer dos atendimentos, empregado num ambiente de *holding* tal como afirma Abram (2000, p. 139):

Winnicott sublinha a importância do manejo como um ambiente de *holding*, empregado no tratamento de crianças e adolescentes que apresentam uma tendência anti-social. Entretanto, tinha consciência de quanto *holding* estas pessoas necessitavam a fim de poderem trabalhar com indivíduos que apresentam uma demanda emocional tão pesada em relação aos que cuidam deles.

Algumas vezes se observou que o mais importante não era o terapeuta fazer interpretações, mas sim pontuar as necessidades de cada momento para garantir a continuidade do processo jurídico, estabelecendo com isto um vínculo de confiança na relação. É notável a criatividade e a espontaneidade surgidas de ambos os lados, tanto no paciente quanto no terapeuta. São as experiências vividas na relação a dois que permitem

o crescimento e o fortalecimento do *setting* para a realização de um trabalho de integração.

O manejo visa a integração de cada paciente em situações especiais e facilita sobremaneira a mudança de seu mundo psíquico. Em ambos os casos atendidos as mudanças foram significativas em função dos acontecimentos demandados pelos processos judiciais.

O *holding* é sempre necessário para o bebê, tanto em seu desenvolvimento físico quanto emocional, e influencia-lo-á por toda a vida. É tão importante que preserva o bebê da psicose. Abram (2000, p. 138-139) comenta: “Isto transposto para a relação terapêutica, podemos estabelecer que é o *setting* analítico que fornece o ambiente de *holding* necessário ao paciente.”

Com base no *setting* clínico de Freud, Winnicott (1978) elaborou algumas condições para o acontecimento da maternagem na relação dual.

No contexto analítico, o *holding* constitui-se da atenção demandada pelo analista frente ao paciente, além do ambiente agradável da sala. Na verdade, estes são aspectos que revelam a preocupação primária da mãe.

3.1- Mudanças Significativas para Hélio:

As consultas terapêuticas com a mãe e o atendimento, muitas vezes, inesperado, foram determinantes para criar um clima emocional positivo e necessário: o *holding* surgia a cada novo desespero diante do prosseguimento dos fatos. O atendimento a todos os implicados da família forneceu também uma maior compreensão de situações inerentes ao paciente e amenizou o desamparo familiar.

Era preciso sempre recordar a necessidade de superar entraves para poder chegar a termo com o processo jurídico, pois a demora entre suas diversas fases causava cansaço físico e emocional por parte dos familiares e a sombra de uma possível desistência pairava no ar com frequência. Diante da inexistência de um advogado, o acompanhamento da psicóloga juntos aos pais e familiares, tanto na delegacia quanto no Fórum, ajudou-os muitas vezes no esclarecimento de certas situações e dúvidas.

O diagnóstico foi realizado por meio de horas lúdicas seguidas do atendimento psicoterápico propriamente dito.

3.2 - Modificações para Ivan:

Um tratamento eficaz para Ivan seria a estabilidade do novo suprimento ambiental que seria fornecido pela terapêutica, mas para isto seria necessária a confiança no novo ambiente, e ele estava descrente e desconfiado de todos que dele se aproximavam.

A diferença entre os dois casos descritos aqui fez-se notar desde o princípio, levando-se em conta que não havia ninguém da família do Ivan para acompanhá-lo. A pedido do Poder Judiciário, Ivan foi levado ao Atendimento pela assistente social e pelo monitor da unidade da FEBEM a que estava vinculado, unidade na qual ele não poderia continuar em razão de ter atingido a maioridade. Veio numa condição nada favorável para um atendimento, pois desde a sala de espera era visível que não existia nenhum vínculo entre os três.

A assistente social e o monitor da FEBEM foram convidados a sair da sala de atendimento para que a psicóloga pudesse conversar com Ivan a sós. Ele relatou alguns fatos pessoais e outros relativos à Instituição, mas a situação era difícil, pois ele sentia

medo de abrir-se e, em consequência, o juiz ficar sabendo exatamente o que ele havia feito ou o que estava pensando, o que poderia implicar a sua não saída da FEBEM.

Conforme os fatos foram acontecendo ele acreditou que a psicóloga tivesse o poder de decisão, de mudar a sua situação, e livrá-lo da FEBEM. A pesquisadora esclareceu que na realidade não tinha esse poder e que o atendimento psicoterápico era uma das condições que poderiam lhe favorecer junto ao juiz nas decisões do processo.

Winnicott (1995, p. 120) comenta:

Existe um perigo real de que aqueles que desejam que os infratores sejam tratados como pessoas doentes (como são, de fato) sejam contrariados tanto quanto estão, ao que parece tendo êxito, se não se levar em conta o potencial inconsciente de vingança. Seria perigoso adotar-se um objetivo puramente terapêutico nas decisões judiciais.

O sentimento persecutório de Ivan era muito intenso e impedia o seu processo de maturação em vários planos, inclusive de conversar com a psicóloga e definir qual atitude a ser adotada de imediato, para depois estudar a possibilidade de encontrar um lar com perspectivas de futuro quando saísse definitivamente da FEBEM e buscar até mesmo atendimento psicológico numa nova condição de vida.

Todo este trabalho sofreu um retrocesso diante da sua “tentativa de fuga”, que criou uma situação de crise momentânea quando a pesquisadora se viu obrigada a interferir para amenizar o conflito e realizar um atendimento em espaço público, externo à sala de psicoterapia, na tentativa de dissipar a idéia de fuga.

Em termos psicanalíticos Ivan não estava lesando somente a sociedade, pois quando recusou a ajuda e a oportunidade que a FEBEM lhe proporcionava roubou de si mesmo a chance de tentar uma vida melhor.

A falta de *holding* no primeiro ano de vida pode ser bastante prejudicial ao desenvolvimento emocional de uma criança, dificultando a sua interação com a família, com a sociedade e consigo mesmo. A esta conclusão também chegaram outros autores e pesquisadores além de Winnicott (COLACIQUE, 1995; HISADA, 2000).

O sofrimento vivenciado por esses pacientes no passado continua a acontecer no presente em virtude das inúmeras e constantes lembranças/atuações que se fazem necessárias para dar conta das exigências legais que acontecerão até o término do processo jurídico.

No caso do Hélio, assim que o problema emergiu a mãe saiu ao encontro de solução. No caso do Ivan, não existia a menor perspectiva de uma ajuda efetiva por parte de algum familiar, pelo menos até o momento dos encontros com a psicóloga. Em ambos os casos, os pacientes não vieram em busca de uma avaliação de seus traços de personalidade ou por alguma dificuldade não vencida há longo tempo, fato que faz uma grande diferença no tratamento.

Caires (2003, p. 27) relata em seu livro que:

(...) aqueles indivíduos não me procuravam para obter o perfil psicodiagnóstico com o qual pudessem melhor direcionar suas próprias vidas e tratamento, ou seja, não vieram por vontade própria: Esse fator abortava, por si só, parte importante dos ingredientes motivacionais, que dão certa consistência e veracidade ao trabalho clínico.

Hélio apresentou o sintoma de diarreia para chamar a atenção sobre aquilo que não estava

conseguindo expressar naquele momento.

Para Ivan, o roubo também pode ter sido uma maneira de chamar a atenção para algo que estava faltando naquele momento de sua vida. Ele não foi visto por ninguém e reincidiu no erro, com pouca probabilidade de recuperação a curto prazo, haja vista o sentimento de perseguição que transformava a Instituição em um temor sem palavras, ou seja, num ambiente pouco acolhedor. Morato (2002) descreve que, quando encaminhado à FEBEM, o adolescente deverá ater-se às normas estabelecidas pelos internos veteranos e por funcionários, sendo uma delas o dialeto próprio da comunidade, condição *sine qua non* para poder comunicar-se e ser aceito pelos companheiros tentando garantir a sua sobrevivência dentro da unidade.

A autora procurou elucidar o papel de Ivan dentro de sua família natural e dentro da unidade da FEBEM onde se encontrava, além do problema que apresentava na voz: todas essas situações estavam ameaçadas de ser invadidas. Não foi possível perceber de que forma esses questionamentos o estavam importunando. Será que não foi eficaz o recuo nesse momento, dando a entender de algum modo que, naquele atendimento, ele seria respeitado se não quisesse falar?

Antonio Serafim (RIGONATTI, 2003, p. 73) relata que os distúrbios de conduta do adulto são gerados na infância:

Indivíduo que teve graves problemas de comportamento quando criança (12 anos ou abaixo dessa idade). Esses problemas podem incluir mentiras freqüentes, embuste, trapaças, fraudes, furto, roubo, incêndios, vadiagem, cabulação de aula, abuso de substâncias (incluindo álcool e cheirar cola), vandalismo, violência, provocações, fugas do lar e atividades sexuais precoces.

Pode-se perceber que, na infância de Ivan, alguns desses fatos estiveram presentes. Não

há condições de especificar quais, mas as situações nas quais ele se colocou e as dificuldades da família em aceitá-lo de volta - mesmo com acompanhamento de profissionais como assistente social e psicóloga - demonstram a não existência de espaço para um possível retorno ao lar, se é que se poderia chamar de lar o que ele talvez tenha tido.

Nem Hélio nem Ivan estavam tendo uma vida adequada carregando os fardos de acontecimentos recentes, embora um tivesse o amparo de uma família suficientemente boa e o outro, não.

Neumann (2003, p. 68) acredita que, em alguns casos, é preciso ocorrer a recriação de um pai para que a pessoa possa dar melhor conta da vida do que conseguiu até então: “A recriação de um pai cumpre uma função, que é a de preencher um buraco ou uma falha constitutiva.”

Para Ivan, pensou-se em se criar o que ele não teve, ou seja, as funções de um pai, com vistas a norteá-lo após sua saída da FEBEM. A psicóloga tentou ajudá-lo a descobrir os limites internos, tanto em sua imaginação quanto em sua vida prática, além de lhe dar o suporte e a proteção de que tanto precisava. Porém não houve tempo hábil para certificar a possibilidade da recriação de um pai com essas características, pois o pai a que ele estava tendo acesso naquele momento estava sendo representado pelos limites da Instituição na qual vivia.

4 - Avaliação Psicodiagnóstica

Diante dos casos apresentados, o primeiro pensamento sempre se dirigiu à realização de

uma avaliação psicodiagnóstica com entrevistas e à aplicação de um teste projetivo. Portanto, escolheu-se o TRO (Teste das Relações Objetais de Phillipson), pois sua aplicação favorecia a compreensão das primeiras relações interpessoais do indivíduo com o momento atual:

Phillipson utiliza, como pressuposto básico do seu teste, as relações interpessoais como sendo o núcleo das relações objetais no presente, explorando o conteúdo de realidade e o clima emocional que evocam na relação transferencial, diferentes tipos e níveis de sentimentos.

O indivíduo pode manifestar as relações de objetos inconscientemente predominantes na sua interação, buscando um equilíbrio com a realidade. Do ponto de vista do ambiente, a semelhança entre a situação diagnóstica e a dinâmica interna do paciente, favorece o aparecimento de fantasias inconscientes, uma vez que a psicoterapia reativa situações edipianas. (ROSA, 2005, p. 21).

Era preciso um ponto inicial para poder entender o que estava acontecendo no “aqui e agora” e fazer as devidas intervenções em meio a tanta confusão que surgia a cada dia em ambos os casos.

Deu-se início ao teste TRO no caso do Hélio e, após a aplicação da terceira prancha, o teste foi encerrado, conforme narrado em seu histórico. Observou-se um crescente desinteresse da parte dele diante de qualquer coisa que lhe era apresentada para fazer, querendo sim, conversar, e solicitando tal ação com insistência. De fato, pode ocorrer certa resistência do paciente diante de estímulos gerados por esse tipo de teste, especialmente por um teste projetivo, mas percebeu-se que as observações que o paciente fazia tinham muito sentido: ele não queria elaborar histórias com início, meio e fim, como as propostas pelo Teste.

Como tudo era novidade para a autora deste trabalho nesse tipo de atendimento, ela passou a ficar mais atenta aos pedidos de Hélio, procurando entender sob uma outra perspectiva o que surgia entre eles nas sessões e a razão que o havia levado a ela.

Até cerca de dois meses atrás ele estava vivendo bem, sem maiores problemas além dos habituais, como ter de freqüentar a escola, fazer as lições, brincar com os amigos e ter a família ao seu lado. Porém, num curto espaço de tempo, tudo se transformou, e a vida passou a ser ameaçadora, inclusive dentro da própria família. Naquele momento, a situação se mostrava incerta para qualquer lado que Hélio olhasse. Havia tido um problema que era só seu, mas que se estendeu depois aos vários membros da família. Sua vida estava conturbada, e essa turbulência avançava em todas as direções: já não podia descer de elevador sozinho, não podia mais brincar com os amigos nas dependências do prédio, não podia mais fazer coisas que, antes, fazia sozinho. Aqueles que deveriam ajudá-lo – pai e mãe – estavam paralisados e, portanto, paralisavam também as atuações do filho, pois não sabiam como conduzi-las. O fator impactante deixou-os descontrolados e não sabiam o que fazer diante do assombro das circunstâncias, não conseguindo nem ao menos ouvir ou conversar com o filho. Chegou-se à conclusão que os pais, naquela circunstância, precisavam de auxílio tanto quanto Hélio, ou talvez mais do que o próprio filho.

Outro fator que poderia estar atuando de modo significativo na dificuldade de Hélio diante da avaliação psicológica era o ter de guardar seu sofrimento dentro de si, comportamento que vinha adotando já há algum tempo, sem lhe ser possível abrir-se com ninguém, pois embora não estivesse sob ameaça expressa, estava sob ameaça velada.

Outro agravante para a realização da avaliação psicológica do menino poderia ser inerente

a essa nova invasão, pois apesar do teste projetivo ser um instrumento eficaz, ele é invasivo e, diante do sofrimento intenso, poderia estar contribuindo para acentuar a dor de Hélio.

Devido então aos questionamentos levantados entendeu-se a recusa de Hélio em fazer os testes, os quais foram encerrados com a intenção primordial de não haver paralisação do atendimento. Se o que se pretendia com os testes era a obtenção de material para avaliação, acreditou-se que já se possuía material suficiente, havendo a necessidade de estudá-lo então sob um novo ângulo. O vínculo ocorria desde o início entre paciente e psicóloga e, portanto, o trabalho deveria se desenvolver sobre o conteúdo nele apresentado.

No caso do Ivan, também seria realizada a aplicação do teste TRO, mas como não houve sequer continuidade no estabelecimento de um contrato psicoterapêutico, o teste nem foi iniciado. Revendo este caso após o seu término abrupto, imaginou-se que este material psicológico poderia ser mais uma das velhas revistas que circulavam pelas celas da FEBEM: será que novamente ele estaria frente a uma psicóloga externa à Instituição - mas com as mesmas características da profissional que às vezes conversava com ele e aplicava testes -, sobre as quais ele não tinha mais o menor interesse? Será que Ivan teria se empenhado em fazer um teste tão programado - como contar uma história com início, meio e fim - quando a sua única idéia era sair a qualquer custo do local onde estava recluso?

Em que a psicóloga o estaria ajudando? E a si mesma? O que ela conseguiria analisar com o teste? Será que ela já não possuía à sua frente material terapêutico suficiente? Se tivesse havido continuidade no atendimento, talvez o mais viável naquele momento fosse

a conversa sobre as oportunidades a ele propostas quando se encontrava segurando a rede no hall do mezanino. Neste caso, não existia a mesma certeza de que um vínculo seria estabelecido entre paciente e psicóloga, porém seria oferecida uma valiosa oportunidade de que isto acontecesse: talvez, no momento em que Ivan desceu da rede de proteção, ele estivesse esperançoso de que algo positivo pudesse acontecer. Mas de qualquer modo, não foi possível ter qualquer certeza, pois não houve a chance de esclarecer a questão.

Refletindo-se sobre ambos os casos, algumas perguntas foram formuladas: será que para a realização de um atendimento psicológico já não existia material suficiente trazido naturalmente pelas situações que transbordavam no dia-a-dia? Será que não existia um fator impactante por parte da psicóloga do qual ela quisesse se libertar através do Teste?

Ela acreditou que poderia rever e analisar todo o material que ora se apresentava aos seus sentidos pois enxergava o sofrimento estampado nos rostos de ambos os pacientes e também de seus familiares; ouvia seus pedidos de súplica para que obtivessem algum alívio; fazia parte dos apertos de mãos e/ou abraços com intensidade durante os encontros; sentia os sentimentos de angústia e desespero que se processavam a cada novo acontecimento. É de se notar, entretanto, que logo após a ocorrência, as pessoas costumam fazer muito alarde em torno dela, mas com o passar do tempo todos continuam seus afazeres, enquanto a vítima sempre volta a se encontrar com sua angústia solitária.

Será que a terapeuta teria de fazer mais alguma avaliação psicodiagnóstica ou somente analisar o que tinha à sua frente e em sua mente? Com base nesse ponto de vista, ampliou o olhar clínico e apurou cada fato novo que surgia. O pensamento tornou-se mais rápido e mais dinâmico diante dos diversos contratemplos que ocorriam entre uma sessão e outra.

Em se tratando de terapia dentro de padrões pré-estabelecidos, o terapeuta normalmente toma conhecimento dos fatos no dia da consulta e dentro de um tempo também pré-determinado, mas nesses casos ocorriam fatos quase que diariamente, com um tempo de dedicação além do convencional. O manejo foi diferencial para cada caso, embora o *setting* e o *holding* tenham se constituído para desenvolver a avaliação psicológica.

Transposta essa etapa de indecisões acerca do trabalho a ser realizado, o olhar voltou-se para a Ética.

5 - Ética como *Holding* ao Terapeuta Diante de Situações Específicas

A autora consultou e estudou o Código de Ética Profissional do Psicólogo antes de qualquer passo a ser dado. Particularmente ela o denomina “*Holding* do Terapeuta”, pois foi sob essa ótica que nele se firmou e em cuja companhia se encontra desde então. Seu primeiro parágrafo inclusive foi de grande ajuda e apoio para o enfrentamento de vários aspectos com os quais se deparou:

O mundo vive constantes mudanças. A cada dia, torna-se mais difícil acompanhá-las, sobretudo devido à rapidez com que acontecem e à impossibilidade de ter uma idéia da totalidade de significações que essas mudanças representam. (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO. p.1) (Acesso em 30 de out. 2004).(Anexo-F).

Nahman (2004) afirma que o analista, tal como uma mãe, deve estar apto a perceber a solicitação do analisando em determinado momento. Com Ivan, a percepção sobre suas necessidades eram traduzidas pelos fatores impactantes e se fazia imprescindível encontrar condutas rápidas e eficazes para minimizar os problemas que surgiam.

A velocidade com que as mudanças ocorrem na época atual eram sentidas nos casos acompanhados e foi difícil abarcar a totalidade de significações que, gradualmente, surgiam no pensamento da terapeuta acerca dos fatos.

O segundo parágrafo do Código de Ética aponta justamente para o que a psicóloga tentava buscar, sem porém sentir-se com total liberdade para fazê-lo: “Abre-se portanto, um desafio à psicologia como ciência que estuda e interpreta o comportamento humano, sujeito ele próprio à complexidade de contínuas e profundas transformações.”

Ela encontrava-se frente a dilemas que a desafiavam a minimizar o sofrimento tão intenso e paralisante que surgia, e a recorrer concomitantemente ao apoio da Justiça no âmbito público para poder fazer valer a justiça pessoal de cada membro da família afetado.

O Código de Ética não pode ser fruto de uma mera teorização sobre o bem ou sobre o mal, ele deve resultar de uma ação humana, de uma doutrina, de um sentido pleno de vida e de cultura. Ele não pode ser uma prisão, mas uma estrada assinalada para ajudar aos que querem ir devagar e aos que necessitam de pressa para chegar. (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO, p.3).(Anexo-F).

Levando em conta essa sinalização - que vislumbra uma estrada para poder trafegar, um caminho a ser desbravado, e não uma prisão -, é preciso ressaltar que, algumas vezes, a estrada vislumbrada era somente mato, onde o caminho tinha de ser aberto a pulso.

A autora poderia fazer emergir aqui um novo comentário acerca de cada frase do Código por ela vivenciada - tal foi sua acolhida -, mas sintetiza seu agradecimento a esse *holding* com a seguinte observação:

Esta proposta é um convite a uma reflexão mais ampla e aberta; ela não quer ser estática, mas dinâmica, como, de resto, é a vida e a sua expressão mais alta e mais bela: o ser humano. Nossa proposta expressa assim, um hoje de nossas esperanças e

pensamentos. Também ela, sujeita às leis da mudança, deve estar aberta a reflexões que a atualizem continuamente. (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO, p.3).(Acesso em 30 de out.2004). (Anexo F).

Ela crê que, mesmo quando tudo fica nebuloso a respeito da conduta a ser tomada, a esperança gera sempre um elo que impulsiona à busca de uma atitude.

Sob o ponto de vista da Psicologia, casos cujos pacientes e seus familiares não recorrem à Justiça e não buscam qualquer outra ajuda podem ser explicados observando-se as razões abaixo:

- As dificuldades podem ter sido vencidas em um primeiro momento após a superação, de algum modo, do fator impactante, surgindo um pseudo-alívio que diminui o sofrimento;
- O medo pode ter sido paralisante na busca de qualquer ajuda ou ter gerado até uma situação na qual o indivíduo não consegue relatar/comentar o fato ocorrido;
- A pessoa e/ou seus familiares podem ter procurado algum tipo de ajuda menos invasiva, descartando o compromisso com processos jurídicos e/ou psicoterapêuticos, com vistas à diminuição do sofrimento, sem perceberem contudo que, muitas vezes, esse sofrimento pode se tornar maior com o tempo;
- Uma outra razão, a qual não seria nada adequada: os envolvidos podem ter procurado “resolver” as questões pelas próprias mãos.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Os casos foram acompanhados de acordo com suas especificidades e intercorrências, mas em todos foram desenvolvidas estratégias importantes de condutas tranqüilizadoras, com o objetivo de aliviar o sofrimento paralisante.

O fator desconhecido apresentou-se tanto para o terapeuta quanto para o paciente mas, em meio à insistência de novas tentativas em cada caso, desabrochou-se a capacidade - que se encontrava sob impacto - da potencialidade emergente. O vínculo terapêutico foi o único liame que permaneceu durante todo o tempo, e que proporcionou uma confiança centralizadora.

À medida que a terapeuta reagia diante dos dados impactantes os pacientes também passavam a ter mais esperança, apesar de se sentirem desorientados. Com a angústia mais controlada, neles surgiu a capacidade de ouvir a terapeuta e a si mesmos, de acolher pensamentos e sentimentos - como o choro - e de tomar atitudes no decorrer do caminho, constituindo um novo *setting*.

A superação do impacto das situações paralisantes foi maior ou menor em função da ajuda, ou não, dos antecedentes familiares da pessoa envolvida no processo judiciário.

Por um lado a demora na tramitação do processo por parte da Justiça facilitava o esquecimento mas, ao mesmo tempo, caracterizava-se como uma sombra sempre à espreita - um inimigo relevante - quando impunha a volta às lembranças. Hélio já havia se esquecido de vários detalhes acerca da violência que sofreu quando a terapeuta tinha de

lembrá-los novamente para que ele os recordasse diante de nova intimação recebida pela família, após três anos da denúncia na delegacia!

Para Ivan as lembranças eram perturbadoras, sendo-lhe talvez melhor não lembrá-las, pois não poderia ter também uma ajuda eficaz por parte do Atendimento.

Essas retrospectivas imprescindíveis que visavam dar conta e finalizar os processos na Justiça certamente prolongaram o sofrimento de ambos os pacientes. E como seria possível minimizar essa situação? Seria adequado continuar tanto tempo no “arrastamento” desse sofrimento, que reforçava a vulnerabilidade emocional dos envolvidos? Ao mesmo tempo não se pode apressar processos que dependem de provas importantes e decisivas em suas vidas. O que fazer diante dessas perguntas ainda sem respostas? Vários caminhos deverão ser investigados na elaboração de pesquisas que possuem, em seu bojo, critério e ética.

Em seu âmbito mais geral e até o presente momento, este estudo observou a existência de um sofrimento psicológico singular nas pessoas que precisam da Justiça.

No desenvolvimento do trabalho, algumas descobertas específicas motivaram algumas reflexões e conclusões:

- A natureza da violência é singular e coletiva, e surge como um problema de saúde psíquica que acarreta, por sua vez, um aumento crescente da violência;
- Tanto as narrativas de Ivan como o esquecimento de Hélio diante das situações vividas por ambos são duas variantes típicas da subjetividade do adolescente e do contexto social ao qual pertencem;

- Existem falhas no desenvolvimento do self, prejudicado pelas distorções de objetos internalizados causados, por sua vez, pela situação de violência vivenciada. Quanto maior a distorção, maior o prejuízo emocional. A definição de introjeção da figura paterna e materna pode significar um *holding* ou uma experiência desastrosa;
- As narrativas dos sujeitos contêm elementos persecutórios em comum, como o sofrimento envolvendo danos morais, vergonha, desprezo, medo, perseguição e o conflito intenso contínuo, além da instabilidade emocional que se processa no cotidiano diante da vivência do sofrimento impactante, como no contato com o sistema judiciário.

Verificou-se que tanto a vítima quanto o agressor, assim como os familiares envolvidos e responsáveis, precisam cuidados e merecem a oportunidade de receber atendimento psicológico, com fins de minimizar o impacto dos sofrimentos diante dos processos jurídicos nos quais estão envolvidos e de aliviar os efeitos individuais e coletivos da violência.

VI- REFERÊNCIAS

ABRAM, Jan. **A linguagem de Winnicott**: dicionário das palavras e expressões utilizadas por Donald W. Winnicott. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

CAIRES, Maria Adelaide de Freitas. **Psicologia jurídica**: implicações conceituais e aplicações práticas. São Paulo: Vetor, 2003.

CATAFESTA, Ivonise Fernandes da Motta. **A clínica e a pesquisa no final do século**: Winnicott e a universidade. São Paulo: Lemos, 1997.

CÓDIGO de ética profissional do psicólogo. [9 p.] Disponível em:
<http://www.crpssp.org.br/a_orien/codigo/ir_codigo_etica_psi.htm>. Acesso em: 24 out. 2004.

CÓDIGO de ética profissional do psicólogo. [9 p.] Disponível em:
<http://www.crpssp.org.br/a_orien/codigo/ir_codigo_etica_psi.htm>. Acesso em: 30 out. 2004.

CÓDIGO de ética profissional do psicólogo. [9 p.] Disponível em:
<http://www.crpssp.org.br/a_orien/codigo/ir_codigo_etica_psi.htm>. Acesso em: 19 nov. 2005.

COLACIQUE, Maria Aparecida Mazzante. Depressão infantil associada a um tipo especial de luto. In: ROSA, José Tolentino (Org.). **Atualizações clínicas com o Teste das Relações Objetais de Phillipson**. Santo André: Associação de Psicoterapia e Estudos Psicanalíticos, 1995. p. 27-48.

FAGUNDES, José Otávio. Contraponto a propósito da figura paterna: comentários ao artigo de Carlos Neumann. **Mudanças**: Psicologia da Saúde, São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, v. 11, n. 1, p. 81-89, jan./jun. 2003.

FERNANDEZ CARVAJAL, Francisco. **Falar com Deus**: meditações para cada dia do ano. São Paulo: Quadrante, 1990. v. 2.

FRANKL, Viktor. **Psicoterapia e sentido da vida**. Tradução Alípio Maia Castro. São Paulo: Quadrante, 1973. 352 p.

HISADA, Sueli. **A intervenção por meio do manejo do setting como facilitador de mudança psíquica no processo psicoterápico**. 2000. 185 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. **Conversando sobre psicossomática** Rio de Janeiro. Revinter, 2003.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

KHAN, M. Masud R. **Psicanálise: teoria, técnica e casos clínicos**. Tradução Glória Vaz. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

MAMEDE, Margarida Calligaris. **A bolsa ou o amor: o manejo terapêutico de um paciente do manicômio judiciário**. 1997. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

MINERBO, Marion. **Estratégias de investigação em psicanálise: deconstrução e reconstrução de conhecimento**. São Paulo: Caso do Psicólogo, 2000.

MORE, Thomas. **A sós, com Deus: escritos na prisão, 1534-1535**. Tradução Roberto Vidal Silva Martins. São Paulo: Quadrante, 2002.

NAHMAN, A. Borderline e espaço potencial winnicottiano. **Mudanças: Psicologia da Saúde**, São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, v. 12, n. 2, p. 377-400, jul./dez. 2004.

NEUMANN, Carlos Fernando Bittencourt. A elaboração estruturante e a figura paterna: da sombra ao fato. **Mudanças: Psicologia da Saúde**, São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, v. 11, n. 1, p. 65-80, jan./jun. 2003.

PENTEADO, Jaques de Camargo; DIP, Ricardo Henry Marques (Org.). **A vida dos direitos humanos: bioética médica e jurídica**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1999.

PHILLIPSON, H. **Test de Relaciones Objetales**. Tradução Gregório Aráoz. Buenos Aires: Paidós, 1981.

PINTOR, Eliana A. D. S.; ROSA, José Tolentino. Psicoterapia psicanalítica com um adolescente com tendência anti-social e ilusão. In: VAISBERG, Tânia Aiello; AMBRÓSIO, Fabiana Follador (Ed.). **Winnicott (oficinas ser e fazer)**. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2005. p. 177-185.

REGINATO, Valdir. **Aprendendo a ser pai em dez lições**. São Paulo: Paulinas, 2004.

RIGONATTI, Sérgio Paulo (Coord.). **Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica**. São Paulo: Vetor, 2003.

ROSA, José Tolentino. La integración del self, capacidad de comprender y el dolor psíquico en niños y adolescentes. **Mudanças: Psicoterapia e Estudos Psicossociais**, São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, v. 6, n. 9, p. 75-94, 1998.

_____. **A pulsão e suas vicissitudes nos transtornos psicossomáticos** [conferência]. Santo André: Faculdade de Medicina do ABC, Curso de Especialização em Psicossomática, 2004.

_____. O uso clínico do Teste de Relações Objetais de Phillipson. In: ROSA, José Tolentino (Org.). **Atualizações clínicas com o Teste das Relações Objetais de Phillipson**. Santo André: Associação de Psicoterapia e Estudos Psicanalíticos, 2005. p.18-51.

SÁ, Alvino Augusto de. **Reincidência criminal sob o enfoque da psicologia preventiva**. São Paulo: E.P.U., 1987. 121 p.

SAFRA, Gilberto. **Momentos mutativos em psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

SHEPHERD, Ray; JOIINS, Jennifer; ROBINSON, Helen Taylor (Org.). **D.W. Winnicott-pensando sobre crianças**. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

STEIN, Edith. **A ciência da cruz: estudo sobre São João da Cruz**. Tradução Beda Kruse. São Paulo: Loyola, 2002. 262 p.

VAISBERG, Tânia Aiello; AMBRÓSIO, Fabiana Follador (Org.). **Trajeto do sofrimento: desenraizamento e exclusão.** São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2002. 102 p.

_____. **Trajeto do sofrimento: rupturas e (re)criações de sentido.** São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2003. 150 p.

VAN THUAN, François Xavier Nguyen. **Testemunhas da esperança.** Tradução João Batista Florentino. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002.

WINNICOTT, Donald Woods. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional.** Tradução Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre, Artes Médicas, 1983.

_____. **A criança e seu mundo.** 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Privação e delinqüência.** Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Textos selecionados: da pediatria à psicanálise.** Tradução Jane Russo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

ANEXOS

ANEXO A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____

R.G. _____ Idade _____ responsável por _____

_____ Idade _____, estou ciente

que participo, através do Atendimento Psicológico, de uma pesquisa cujo objetivo é a Intervenção Psicológica no Sofrimento Psíquico de Pessoas com Processos em Tramitação na Justiça, desenvolvido pela psicóloga Maria Aparecida Mazzante Colacique.

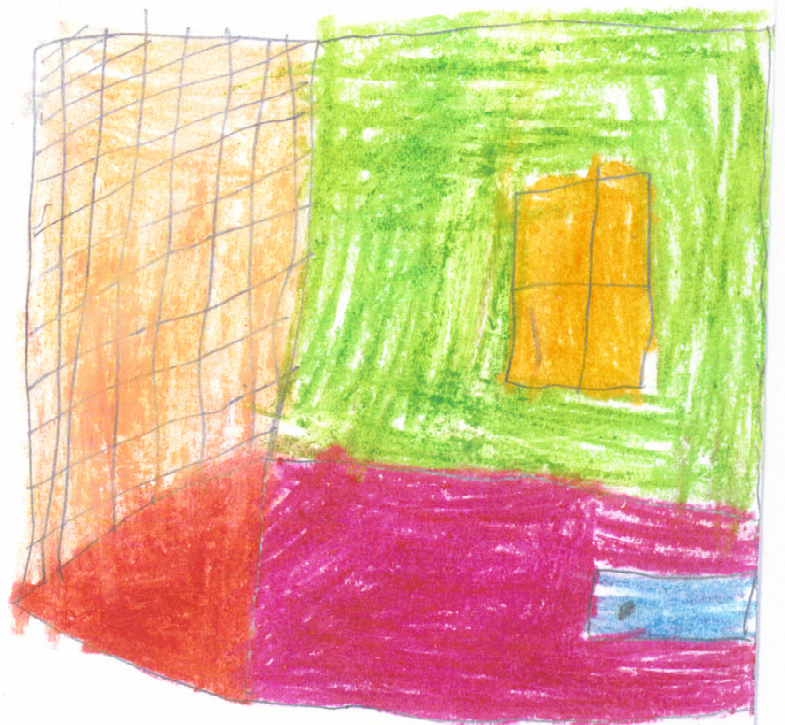
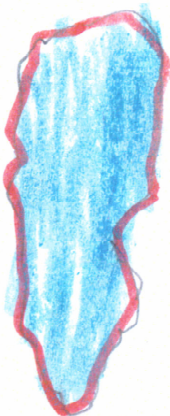
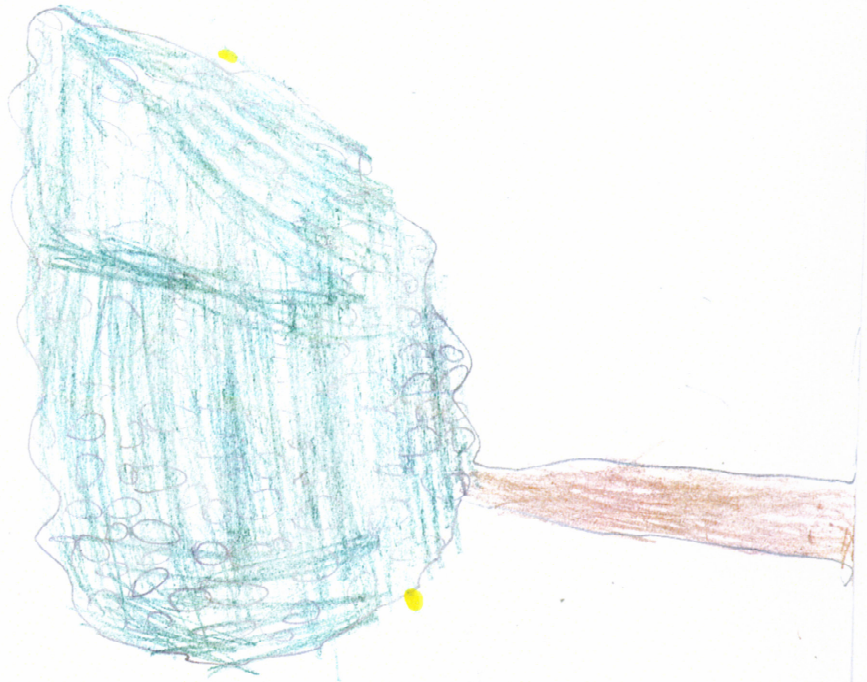
O material obtido neste Atendimento Psicológico poderá ser utilizado para a Pesquisa Científica, preservando todos os cuidados Éticos necessários.

Concordo em participar desse estudo de livre e espontânea vontade, sabendo que os procedimentos realizados estarão sob sigilo absoluto quanto ao meu nome e demais informações pessoais.

Nome _____

Assinatura _____ Data _____

ANEXO- B- 1^o - Desenho do Caso 1- Hélio



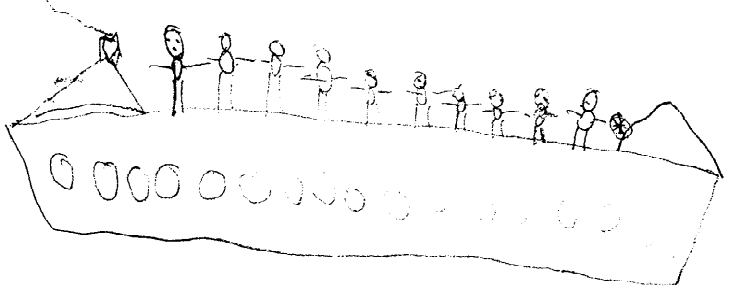
ANEXO- C- História do Caso 1- Hélio

1) O gato e o rato, título.

O gato tentou pegar o rato e o rato tão esperto saiu correndo e conseguiu escapar do gato.

O gato sempre uma armadilha para o rato que foi: deixar um grande queijo no quando o rato viesse a isca cair uma vez o rato resistir a uma ilha chance do dillho.

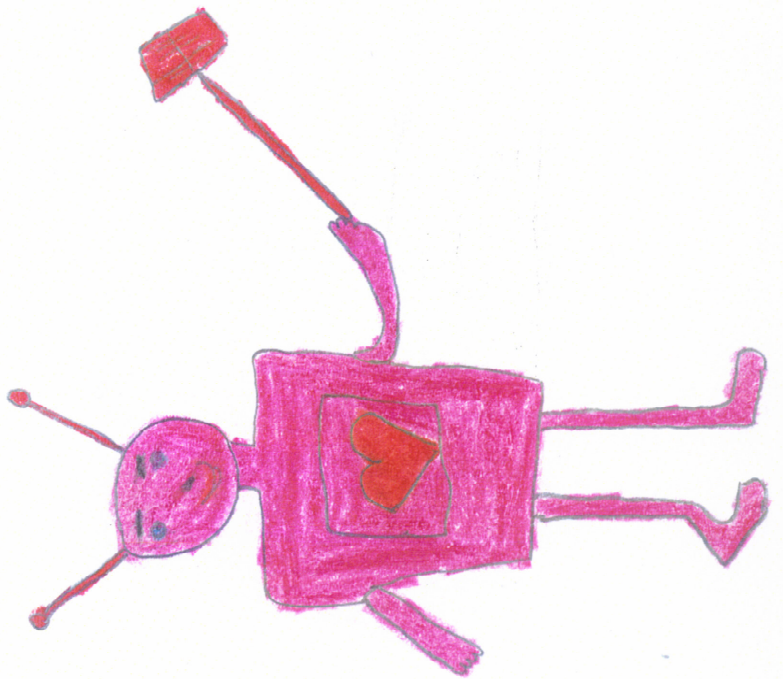
Quando eu estava no meu aniversário eu ganhei a bola de futebol e eu fiquei muito feliz. Quando eu estava tentando fazer um bolo eu vi que a fêmea e o macho são muito diferentes.



ANEXO- D- 2° - Desenho do Caso 1- Hélio

H

CHAPOLIN



ANEXO- E- Código de Ética Profissional do Psicólogo- (Acesso em 24 out. 2005)

Código de Ética Profissional do Psicólogo

Código de Ética Profissional do Psicólogo

Princípios fundamentais

- I. o Psicólogo baseará o seu trabalho no respeito à dignidade e à integridade do ser humano;
- II. o Psicólogo trabalhará visando a promover o bem-estar do indivíduo e da comunidade, bem como a descoberta de métodos e práticas que possibilitem a consecução desse objetivo;
- III. o Psicólogo, em seu trabalho, procurará sempre desenvolver o sentido de sua responsabilidade profissional através de um constante desenvolvimento pessoal, científico, técnico e ético;
- IV. a atuação profissional do Psicólogo compreenderá uma análise crítica da realidade política e social;
- V. o Psicólogo estará a par dos estudos e pesquisas mais atuais de sua área, contribuirá pessoalmente para o progresso da ciência psicológica e será um estudioso das ciências afins;
- VI. o Psicólogo colaborará na criação de condições que visem a eliminar a opressão e a marginalização do ser humano;
- VII. o Psicólogo, no exercício de sua profissão, completará a definição de suas responsabilidades, direitos e deveres, de acordo com os princípios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948 pela Assembléia Geral das Nações Unidas.

Das responsabilidades gerais do Psicólogo

Art. 1º São deveres fundamentais do Psicólogo:

- a. assumir responsabilidade somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoalmente e tecnicamente;
- b. prestar serviços profissionais em situação de calamidade pública ou de emergência, sem visar a quaisquer benefícios pessoais;
- c. prestar serviços psicológicos em condições de trabalho eficientes, de acordo com os princípios e técnicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional;
- d. sugerir serviços de outros profissionais, sempre que se impuser a necessidade de atendimento e este, por motivos justificáveis, não puder ser continuado por quem o assumiu inicialmente;
- e. fornecer ao seu substituto, quando solicitado, as informações necessárias à evolução do trabalho;
- f. zelar para que o exercício profissional seja efetuado com a máxima dignidade, recusando e denunciando situações em que o indivíduo esteja correndo risco ou o exercício profissional esteja sendo vilipendiado;
- g. participar de movimentos de interesse da categoria que visem à promoção da profissão, bem como daqueles que permitam o bem-estar do cidadão.

Art. 2º Ao Psicólogo é vedado:

- a. usar títulos que não possua;
- b. apresentar publicamente, através dos meios de comunicação, resultados de psicodiagnóstico de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas;
- c. desviar para atendimento particular próprio, com finalidade lucrativa, pessoa em atendimento ou atendida em instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo;
- d. acumpliciar-se com pessoas que exerçam ilegalmente a profissão de Psicólogo ou qualquer outra atividade profissional;
- e. induzir a convicções políticas, filosóficas, morais ou religiosas, quando do exercício de suas funções profissionais;
- f. induzir qualquer pessoa a recorrer a seus serviços;
- g. prolongar, desnecessariamente, a prestação de serviços profissionais;
- h. pleitear comissões, doações ou vantagens outras de qualquer espécie, além dos honorários estabelecidos;

- i. atender, em caráter não eventual, a menor impúbere ou interdito, sem conhecimento de seus responsáveis;
- j. receber, pagar remuneração ou porcentagem por encaminhamento de serviços;
- l. interferir na fidedignidade de resultados de instrumentos e técnicas psicológicas;
- m. adulterar resultados, fazer declarações falsas e dar atestado sem a devida fundamentação técnico-científica;
- n. estabelecer com a pessoa do atendido relacionamento que possa interferir negativamente nos objetivos do atendimento;
- o. prestar serviços ou mesmo vincular seu título de Psicólogo a serviços de atendimento psicológico via telefônica.

Art. 3º São deveres do Psicólogo nas suas relações com a pessoa atendida:

- a. dar à(s) pessoa(s) atendida(s) ou, no caso de incapacidade desta(s), a quem de direito, informações concernentes ao trabalho a ser realizado;
- b. transmitir a quem de direito somente informações que sirvam de subsídios às decisões que envolvam a pessoa atendida;
- c. em seus atendimentos, garantir condições ambientais adequadas à segurança da(s) pessoa(s) atendida(s), bem como a privacidade que garanta o sigilo profissional.

Das responsabilidades e relações com Instituições Empregadoras e Outras

Art. 4º O Psicólogo, para ingressar ou permanecer em uma organização, considerará a filosofia e os padrões nela vigentes e interromperá o contrato de trabalho sempre que normas e costumes da instituição contrariarem sua consciência profissional, bem como os princípios e regras deste Código.

§ 1º - O Psicólogo atuará na instituição de forma a promover ações para que esta possa se tornar um lugar de crescimento dos indivíduos, mantendo uma posição crítica que garanta o desenvolvimento da instituição e da sociedade.

§ 2º - O Psicólogo não estabelecerá com seus colegas, nem aceitará para si, salários que não sejam fixados com dignidade, a fim de que representem justa retribuição pelos serviços prestados.

Art. 5º (Revogado pela Resolução CFP nº 006-A/90, de 07 de dezembro de 1990).

§ 1º - (Revogado pela Resolução CFP nº 006-A/90, de 07 de dezembro de 1990).

§ 2º - (Revogado pela Resolução CFP nº 006-A/90, de 07 de dezembro de 1990).

Art. 6º O Psicólogo garantirá o caráter confidencial das informações que vier a receber em razão de seu trabalho, bem como do material psicológico produzido.

§ 1º - Em caso de demissão ou exoneração, o Psicólogo deverá repassar todo o material para seu substituto.

§ 2º - Na impossibilidade de fazê-lo, o material deverá ser lacrado na presença de um representante do CRP, para somente vir a ser utilizado pelo Psicólogo substituto, quando então será rompido o lacre, também na presença de um representante do CRP.

§ 3º - Em caso de extinção do serviço psicológico, os arquivos serão incinerados pelo profissional responsável até aquela data por este serviço, na presença de um representante do CRP.

Das relações com outros profissionais ou Psicólogos

Art. 7º O Psicólogo terá para com os seus colegas respeito, consideração e solidariedade, que fortaleçam o bom conceito da categoria.

Art. 8º O Psicólogo, quando solicitado por outro, deverá colaborar com este, salvo impossibilidade decorrente de motivo relevante.

Art. 9º O Psicólogo, em função do espírito de solidariedade, não será conivente com erros, faltas éticas, crimes ou contravenções penais praticados por outros na prestação de serviços profissionais.

Art. 10º A crítica a outro Psicólogo será sempre objetiva, construtiva, comprovável e de inteira responsabilidade de seu autor.

Art. 11º O Psicólogo não deverá intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, salvo nas seguintes situações:

- a. a pedido deste profissional;
- b. em caso de urgência, quando dará imediata ciência ao profissional;
- c. quando informado por qualquer das partes da interrupção voluntária e definitiva do atendimento;
- d. quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.

Art. 12º O Psicólogo procurará no relacionamento com outros profissionais:

- a. trabalhar dentro dos limites das atividades que lhe são reservadas pela legislação;
- b. reconhecer os casos pertencentes aos demais campos de especialização profissional, encaminhando-os às pessoas habilitadas e qualificadas para sua solução.

Art. 13º O Psicólogo, perante os outros profissionais em seu relacionamento com eles, empenhará-se-á em manter os conceitos e padrões de sua profissão.

Art. 14º O Psicólogo, atuando em equipe multiprofissional, resguardará o caráter confidencial de suas comunicações, assinalando a responsabilidade de quem as recebe de preservar o sigilo.

Das relações com a categoria

Art. 15º O Psicólogo prestigiará as associações profissionais e científicas que tenham por finalidade:

- a. defender a dignidade e os direitos profissionais;
- b. difundir e aprimorar a Psicologia, como ciência e como profissão;
- c. harmonizar e unir sua categoria profissional;
- d. defender os direitos trabalhistas.

Art. 16º O Psicólogo poderá participar de greves ou paralisações, desde que:

- a. não sejam interrompidos os atendimentos de urgência;
- b. haja prévia comunicação da paralisação às pessoas em atendimento.

Das relações com a Justiça

Art. 17º O Psicólogo colocará o seu conhecimento à disposição da Justiça, no sentido de promover e aprofundar uma maior compreensão entre a lei e o agir humano, entre a liberdade e as instituições judiciais.

Art. 18º O Psicólogo escusar-se-á de funcionar em perícia que escape à sua competência profissional.

Art. 19º Nas perícias o Psicólogo agirá com absoluta isenção, limitando-se à exposição do que tiver conhecimento através do seu trabalho e não ultrapassando, nos laudos, o limite das informações necessárias à tomada de decisão.

Art. 20º É vedado ao Psicólogo:

- a. ser perito de pessoa por ele atendida ou em atendimento;
- b. funcionar em perícia em que, por motivo de impedimento ou suspeição, ele contrarie a

- legislação pertinente;
- c. valer-se do cargo que exerce, de laços de parentesco ou amizade com autoridade administrativa ou judiciária para pleitear ser nomeado perito.

Do sigilo profissional

Art. 21º O sigilo protegerá o atendimento em tudo aquilo que o Psicólogo ouve, vê ou de que tem conhecimento como decorrência do exercício da atividade profissional.

Art. 22º Somente o examinado poderá ser informado dos resultados dos exames, salvo os casos previstos neste Código.

Art. 23º Se o atendimento for realizado por Psicólogo vinculado a trabalho multiprofissional numa clínica, empresa, instituição ou a pedido de outrem, só poderão ser dadas informações a quem as solicitou, a critério do profissional, dentro dos limites estritamente necessários aos fins a que se destinou o exame.

§ 1º - Nos casos de perícia, o Psicólogo tomará todas as precauções, a fim de que só venha a relatar o que seja devido e necessário ao esclarecimento do caso.

§ 2º - O Psicólogo, quando solicitado pelo examinado, está obrigado a fornecer a este as informações que foram encaminhadas ao solicitante e a orientá-lo em função dos resultados obtidos.

Art. 24º O Psicólogo não remeterá informações confidenciais a pessoas ou entidades que não estejam obrigadas ao sigilo por Código de ética ou que, por qualquer forma, permitam a estranhos o acesso a essas informações.

Art. 25º A utilização dos meios eletrônicos de registro audiovisual obedecerá às normas deste Código, devendo o atendido, pessoa ou grupo, desde o início, ser informado de sua utilização e forma de arquivamento das informações obtidas.

Art. 26º O sigilo profissional protegerá o menor impúbere ou interdito, devendo ser comunicado aos responsáveis o estritamente necessário para promover medidas em seu benefício.

Art. 27º A quebra do sigilo só será admissível quando se tratar de fato delituoso e a gravidade de suas conseqüências para o próprio atendido ou para terceiros puder criar para o Psicólogo o imperativo de consciência de denunciar o fato.

Art. 28º Em caso de falecimento do Psicólogo, o Conselho Regional, ao tomar conhecimento do fato, providenciará a destinação dos seus arquivos confidenciais.

Art. 29º Na remessa de laudos ou informes a outros profissionais, o Psicólogo assinalará o caráter confidencial do documento e a responsabilidade de quem o receber de preservar o sigilo.

Das comunicações científicas e da divulgação ao público

Art. 30º Ao Psicólogo, na realização de seus estudos e pesquisas, bem como no ensino e treinamento, é vedado:

- a. desrespeitar a dignidade e a liberdade de pessoas ou grupos envolvidos em seus trabalhos;
- b. promover atividades que envolvam qualquer espécie de risco ou prejuízo a seres humanos ou sofrimentos desnecessários para animais;
- c. subordinar investigações a sectarismo que vicie o curso da pesquisa ou seus resultados;
- d. conduzir pesquisas que interfiram na vida dos sujeitos, sem que estes tenham dado seu livre consentimento para delas participar e sem que tenham sido informados de possíveis riscos a elas inerentes. Parágrafo Único - Fica resguardado às pessoas envolvidas o direito de ter acesso aos resultados das pesquisas ou estudos, após o seu encerramento, sempre que assim o desejarem.

Art. 31º Na divulgação e publicação de trabalhos, o Psicólogo deverá:

- a. citar as fontes consultadas;
- b. ater-se aos dados obtidos e neles basear suas conclusões;
- c. mencionar as contribuições de caráter profissional prestadas por assistentes, colaboradores ou por outros autores;
- d. obter autorização expressa do autor e a ele fazer referência, quando utilizar fontes particulares ainda não publicadas;
- e. resguardar o padrão e o nível da ciência e sua profissão.

Art. 32º Em todas as comunicações científicas ou divulgação para o público de resultados de pesquisas, relatos ou estudos de caso, o Psicólogo omitirá e/ou alterará quaisquer dados que possam conduzir à identificação da pessoa ou instituição envolvida, salvo interesse manifesto destas.

Art. 33º A divulgação de trabalhos realizados por Psicólogos será feita sem sectarismos de qualquer espécie.

Art. 34º Na divulgação por qualquer meio de comunicação social, o Psicólogo não utilizará em proveito próprio o nome ou depoimento de pessoas ou instituições envolvidas.

Art. 35º O Psicólogo não divulgará, ensinará, cederá, dará, emprestará ou venderá a leigos instrumentos e técnicas psicológicas que permitam ou facilitem o exercício ilegal da profissão.

Da publicidade profissional

Art. 36º O Psicólogo utilizará os meios de comunicação no sentido de tornar conhecidos do grande público os recursos e conhecimentos técnico-científicos da Psicologia.

Art. 37º O Psicólogo, ao promover publicamente seus serviços, informará com exatidão seu número de registro, suas habilitações e qualificações, limitando-se a estas.

Art. 38º É vedado ao Psicólogo:

- a. utilizar o preço do serviço como forma de propaganda;
- b. participar como Psicólogo de quaisquer atividades, através dos meios de comunicação, em função unicamente de autopromoção;
- c. fazer previsão taxativa de resultados;
- d. propor atividades e recursos relativos a técnicas psicológicas que não estejam reconhecidas pela prática profissional;
- e. propor atividades não previstas na legislação profissional como função do Psicólogo;
- f. fazer propostas de honorários que caracterizem concorrência desleal;
- g. fazer autopromoção em detrimento de outros profissionais da área;
- h. propor atividades que impliquem a invasão ou desrespeito a outras áreas profissionais;
- i. divulgar serviços de forma inadequada, quer pelo meio utilizado, quer pelos conteúdos falsos, sensacionalistas, ou que firam os sentimentos da população.

Parágrafo Único - O disposto no presente artigo é aplicável a toda forma de publicidade realizada por Psicólogo, individual ou coletivamente.

Dos honorários profissionais

Art. 39º Os honorários serão fixados com dignidade e com o devido cuidado, a fim de que representem justa retribuição aos serviços prestados pelo Psicólogo, o qual buscará adequá-los às condições do atendido, tornando a profissão reconhecida pela confiança e pela aprovação da sociedade.

Art. 40º Os honorários serão planejados de acordo com as características da atividade e serão comunicados à pessoa ou instituição antes do início do trabalho a ser realizado.

Da observância, aplicação e

cumprimento do Código de Ética

Art. 41º O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia manterão Comissão de ética para assessorá-los na aplicação deste Código e no zelo de sua observância.

Art. 42º As infrações a este Código de Ética Profissional acarretarão penalidades várias, desde a advertência até a cassação da inscrição profissional, na forma dos dispositivos legais e/ou regimentais.

Art. 43º Caberá aos Psicólogos denunciar aos seus Conselhos Regionais qualquer pessoa que esteja exercendo a profissão sem a respectiva inscrição, ou infringindo a legislação própria.

Art. 44º As dúvidas na observância deste Código e os casos omissos serão resolvidos pelos Conselhos Regionais de Psicologia, *ad-referendum* do Conselho Federal.

Art. 45º Competirá ao Conselho Federal de Psicologia firmar jurisprudência quanto aos casos omissos e fazê-la incorporar a este Código.

Art. 46º Caberá aos Psicólogos docentes e supervisores esclarecer, informar, orientar e exigir dos estudantes observância dos princípios e normas contidas neste Código.

Art. 47º É dever de todo Psicólogo conhecer, cumprir e fazer cumprir este Código.

Art. 48º O presente Código poderá ser alterado pelo Conselho Federal de Psicologia, por iniciativa própria ou da categoria, ouvidos os Conselhos Regionais.

Art. 49º O presente Código deverá ser o instrumento de identificação da categoria e representar um roteiro de buscas, tendo em vista a transitoriedade das normas nele contidas.

Art. 50º Este Código entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO- F- Código de Ética Profissional do Psicólogo- (Acesso em 30 out. 2004)

Código de Ética Profissional do Psicólogo

Exposição de motivos do Código de Ética Profissional do Psicólogo

O mundo vive constantes mudanças. A cada dia, torna-se mais difícil acompanhá-las, sobretudo devido à rapidez com que acontecem e à impossibilidade de ter uma idéia da totalidade de significações que essas mudanças representam.

Abre-se, portanto, um desafio à Psicologia como ciência que estuda e interpreta o comportamento humano, sujeito, ele próprio, à complexidade de contínuas e profundas transformações.

Se o homem é um ser de relação, sujeito a contínuas mudanças na sua luta por ocupar, a cada momento, o espaço que lhe compete no mundo e se, ao mesmo tempo, ele é o sujeito e o objeto do estudo da Psicologia, segue que qualquer sistema ou Código só será real se sujeito, também ele, a essa transitoriedade que é própria do homem à procura de seu destino e significação.

Dentro dessa dimensão, propor um Código de ética é colocar-se, de um lado, numa reflexão constante do ser humano como sujeito de mudanças e, de outro lado, cristalizar com normas propostas de comportamento, ações que por sua natureza são dinâmicas.

Assim, um Código de ética deve expressar, de um lado, a dinamicidade própria da liberdade, do risco e da criação e, de outro lado, mostrar um conjunto de ações ou comportamentos que seja representativo da realidade e da relatividade do dia-a-dia, com os quais o homem se põe diariamente em contato.

O Código, portanto, nasce de uma dupla fonte: da realidade e do desejo. Da realidade, enquanto calcado no que existe, no que está aí, na prática das pessoas, no agir permanente dos que fazem psicologia. Do desejo, enquanto a Psicologia é uma preocupação com o amanhã do indivíduo, grupos e sociedade, na procura do bem-estar e da saúde, como respostas do organismo às exigências da vida como um todo.

O Código é a expressão da identidade profissional daqueles que nele vão buscar inspirações, conselhos e normas de conduta. Ele é, ao mesmo tempo, uma pergunta e uma resposta. É um apelo-pergunta no sentido de ver o ser humano não apenas como uma Unidade isolada, mas como um subsistema de um grande sistema. É uma resposta enquanto encarna uma concepção da profissão dentro de um contexto social e político, que lhe confere o selo da identidade, naquele momento histórico.

Não é, entretanto, só o Código que confere identidade ao Psicólogo, mas sim, sua participação nas perguntas fundamentais do mundo moderno, sobretudo através do seu engajamento em propostas concretas de uma visão aberta do mundo voltada para o social e o político.

Este Código seguiu este caminho.

Assim, ele nasce de um longo estudo, de uma longa pesquisa, em que durante quatro anos, Psicólogos de todos os Conselhos Regionais de Psicologia se envolveram, procurando fundamentar suas propostas.

Foram ouvidas as necessidades e dificuldades de cada Regional; formaram-se grupos para operacionalizar este novo Código: Filósofos, Sociólogos, Advogados, Antropólogos e a categoria foram demoradamente consultados.

Este Código procura responder a um duplo movimento nascido de todo o trabalho que o precedeu. De um lado, princípios gerais e básicos fundamentam e ajudam a operacionalizar o desejo, sendo uma proposta dentro da qual a criatividade de cada um encontra um convite ao próprio dinamismo criador. De outro lado, apresenta a realidade, sugere normas que explicitam

situações profissionais indicando caminhos como soluções de problemas.

Essas duas vertentes retratam uma muito antiga preocupação do homem, dividido entre o ideal que deveria gerar idéias ou comportamentos conseqüentes na realidade e a própria realidade que precisa ser controlada, delimitada, seguida, para que o ideal não se perca.

Assim, no idioma grego a palavra éthos está ligada à filosofia moral e éthos à ciência dos costumes.

Éthos, segundo Aristóteles, expressa um modo de ser, uma atitude psíquica, aquilo que o homem traz dentro de si na relação consigo próprio, com o outro e com o mundo. Indica as disposições do ser humano perante a vida.

Ser ético é muito mais do que um problema de costumes, de normas práticas; supõe a boa conduta das ações, a felicidade pela ação feita e o prêmio ou a beatitude pela alegria da auto-aprovação diante do bem feito no dizer de Aristóteles.

Nesse sentido, o Código deve refletir princípios gerais, pressupostos básicos que garantam à ação esses elementos de gratificação, quando essa ação corresponda a esse ideal ético, que permeia como energia de vida os apelos para uma ação transformadora.

É a ética, enquanto Filosofia Moral, que impede um Código sem criticismo, e também uma visão cristalizada do comportamento humano. É essa ética filosófica que apela para uma reflexão e compreensão das singularidades; é ela que faz um apelo à criatividade, liberdade e espontaneidade. É ela que faz o profissional ver seu cliente como pessoa, como um ser de relação no mundo, como um ser singular à procura de uma compreensão que lhe é pertinente. É essa visão de totalidade existencial-filosófica que faz com que o profissional abra as janelas de sua mente para ver o mundo como uma realidade social, política, comunitária e perca a mesquinhez de só ver o indivíduo no seu imediatismo. É essa visão que o faz transcender do indivíduo para o grupo, do momento para a história, de soluções precárias para procuras mais globais.

O Código de Ética tem de ser fiel a esta visão, pois ela é a dimensão da ética do homem (da pessoa) e não do Psicólogo. Um Código será falho se fizer uma ética para o Psicólogo, esquecendo-se da ética do homem.

É essa ética que fará do Psicólogo um profissional engajado social e politicamente no mundo e não, um profissional a serviço exclusivo do indivíduo.

Por outro lado, como Ciência dos Costumes, a ética trata dos deveres sociais do homem e de suas obrigações entre si na comunidade.

Na realidade, ninguém pode viver ao sabor de suas paixões e desejos momentâneos de onipotência. A satisfação das aspirações morais faz parte integrante do conjunto dos desejos humanos, pois nenhuma sociedade ou grupo pode viver fora de qualquer regra ou lei. A vida é uma contínua determinação, seleção e criação, não é apenas deixar-se viver.

Na realidade, a conduta moral tem como base a disciplina, a adaptação à vida grupal e a autonomia da vontade.

O Código, portanto, deve refletir esse outro lado do agir humano, reconhecendo ao mesmo tempo a importância do sentimento pessoal perante a norma, a importância de uma fé no ideal de homem e de vida, permitindo um real encontro entre a norma e o homem, o qual dignifica o seu comportamento ultrapassando a norma.

É importante lembrar que o agir ético vai além do pensar bem e honestamente como uma ressonância de um mundo individual e pessoal, mas exige ao mesmo tempo que a consciência, que é "uma síntese ativa e em perpétua realização", se manifeste de modo explícito através de ações claras e visíveis.

Assim, ao mesmo tempo em que um Código de normas explícitas se torna necessário, é bom

lembrar que a moralidade se concebe como atitude, qualidade e valores e que a ética não pode proporcionar soluções pré-fabricadas sem que haja um trabalho interno de cada indivíduo que se proponha a agir eticamente. "A letra mata, é o espírito que dá vida".

O Código de Ética não pode ser fruto de uma mera teorização sobre o bem ou sobre o mal, ele deve resultar de uma ação humana, de uma doutrina, de um sentido pleno de vida e de cultura. Ele não pode ser uma prisão, mas uma estrada assinalada para ajudar aos que querem ir devagar e aos que necessitam depressa para chegar.

Um Código é como um mapa de uma cidade, onde as grandes avenidas assinalam os principais caminhos, de onde decorre a vida para as ruas e praças, as quais, no seu conjunto, encerram o cotidiano, o escondido, o familiar e o tipo da cidade.

Esse Código quer juntar as duas coisas: grandes princípios e a prática do cotidiano; ele quer produzir e ser fonte de uma reflexão ética não dissociada da prática profissional.

Ele não pretende impor, estigmatizar ou definir comportamentos-padrão, ele se oferece a uma reflexão mais ampla da potencialidade de cada um, enquanto indivíduo e membro da comunidade, convidando-o a ser criativo e a correr o risco de ser fiel à realidade.

Nele se fala de um dever pessoal e de um modo de estar no mundo, evitando-se privilegiar esta ou aquela área, para que a ética se mantenha fiel à sua vocação de ser um convite, mais que uma imposição, à reflexão e à descoberta dos legítimos valores que devem guiar a ação do Psicólogo.

Esta proposta é um convite a uma reflexão mais ampla e aberta; ela não quer ser estática, mas dinâmica, como, de resto, é a vida e a sua expressão mais alta e mais bela: o ser humano.

Nossa proposta expressa assim, um hoje de nossas esperanças e pensamentos. Também ela, sujeita às leis da mudança, deve estar aberta a reflexões que a atualizem continuamente.

**ANEXO- G- Código de Ética Profissional
do Psicólogo- (Acesso em 19 nov.2005)**

Código de Ética Profissional do Psicólogo

| voltar |

Apresentação

Toda profissão define-se a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais, norteado por elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de cada profissional com seus pares e com a sociedade como um todo.

Um Código de Ética profissional, ao estabelecer padrões esperados quanto às práticas referendadas pela respectiva categoria profissional e pela sociedade, procura fomentar a auto-reflexão exigida de cada indivíduo acerca da sua práxis, de modo a responsabilizá-lo, pessoal e coletivamente, por ações e suas conseqüências no exercício profissional. A missão primordial de um código de ética profissional não é de normatizar a natureza técnica do trabalho, e, sim, a de assegurar, dentro de valores relevantes para a sociedade e para as práticas desenvolvidas, um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social daquela categoria.

Códigos de Ética expressam sempre uma concepção de homem e de sociedade que determina a direção das relações entre os indivíduos. Traduzem-se em princípios e normas que devem se pautar pelo respeito ao sujeito humano e seus direitos fundamentais. Por constituir a expressão de valores universais, tais como os constantes na Declaração Universal dos Direitos Humanos; sócio-culturais, que refletem a realidade do país; e de valores que estruturam uma profissão, um código de ética não pode ser visto como um conjunto fixo de normas e imutável no tempo. As sociedades mudam, as profissões transformam-se e isso exige, também, uma reflexão contínua sobre o próprio código de ética que nos orienta.

A formulação deste Código de Ética, o terceiro da profissão de psicólogo no Brasil, responde ao contexto organizativo dos psicólogos, ao momento do país e ao estágio de desenvolvimento da Psicologia enquanto campo científico e profissional. Este Código de Ética dos Psicólogos é reflexo da necessidade, sentida pela categoria e suas entidades representativas, de atender à evolução do contexto institucional do país, marcadamente a partir da promulgação da denominada Constituição Cidadã, em 1988, e das legislações dela decorrentes.

Consoante com a conjuntura democrática vigente, o presente Código foi construído a partir de múltiplos espaços de discussão sobre a ética da profissão, suas responsabilidades e compromissos com a promoção da cidadania. O processo ocorreu ao longo de três anos, em todo o país, com a participação direta dos psicólogos e aberto à sociedade.

Este Código de Ética pautou-se pelo princípio geral de aproximar-se mais de um instrumento de reflexão do que de um conjunto de normas a serem seguidas pelo psicólogo. Para tanto, na sua construção buscou-se:

- a. Valorizar os princípios fundamentais como grandes eixos que devem orientar a relação do psicólogo com a sociedade, a profissão, as entidades profissionais e a ciência, pois esses eixos atravessam todas as práticas e estas demandam uma contínua reflexão sobre o contexto social e institucional.
- b. Abrir espaço para a discussão, pelo psicólogo, dos limites e interseções relativos aos direitos individuais e coletivos, questão crucial para as relações que estabelece com a sociedade, os colegas de profissão e os usuários ou beneficiários dos seus serviços.
- c. Contemplar a diversidade que configura o exercício da profissão e a crescente inserção do psicólogo em contextos institucionais e em equipes multiprofissionais.
- d. Estimular reflexões que considerem a profissão como um todo e não em suas práticas particulares, uma vez que os principais dilemas éticos não se restringem a práticas específicas e surgem em quaisquer contextos de atuação.

Ao aprovar e divulgar o Código de Ética Profissional do Psicólogo, a expectativa é de que ele seja um instrumento capaz de delinear para a sociedade as responsabilidades e deveres do psicólogo, oferecer diretrizes para a sua formação e balizar os julgamentos das suas ações, contribuindo para o fortalecimento e ampliação do significado social da profissão.

Princípios Fundamentais

- I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.
- IV. O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.
- V. O psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.
- VI. O psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.
- VII. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código.

Das Responsabilidades do Psicólogo

Art. 1º - São deveres fundamentais dos psicólogos:

- a. Conhecer, divulgar, cumprir e fazer cumprir este Código;
- b. Assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente;
- c. Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional;
- d. Prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal;
- e. Estabelecer acordos de prestação de serviços que respeitem os direitos do usuário ou beneficiário de serviços de Psicologia;
- f. Fornecer, a quem de direito, na prestação de serviços psicológicos, informações concernentes ao trabalho a ser realizado e ao seu objetivo profissional;
- g. Informar, a quem de direito, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário;
- h. Orientar a quem de direito sobre os encaminhamentos apropriados, a partir da prestação de serviços psicológicos, e fornecer, sempre que solicitado, os documentos pertinentes ao bom termo do trabalho;

- i. Zelar para que a comercialização, aquisição, doação, empréstimo, guarda e forma de divulgação do material privativo do psicólogo sejam feitas conforme os princípios deste Código;
- j. Ter, para com o trabalho dos psicólogos e de outros profissionais, respeito, consideração e solidariedade, e, quando solicitado, colaborar com estes, salvo impedimento por motivo relevante;
- k. Sugerir serviços de outros psicólogos, sempre que, por motivos justificáveis, não puderem ser continuados pelo profissional que os assumiu inicialmente, fornecendo ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho;
- l. Levar ao conhecimento das instâncias competentes o exercício ilegal ou irregular da profissão, transgressões a princípios e diretrizes deste Código ou da legislação profissional.

Art. 2º - Ao psicólogo é vedado:

- a. Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão;
- b. Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais;
- c. Utilizar ou favorecer o uso de conhecimento e a utilização de práticas psicológicas como instrumentos de castigo, tortura ou qualquer forma de violência;
- d. Acumpliciar-se com pessoas ou organizações que exerçam ou favoreçam o exercício ilegal da profissão de psicólogo ou de qualquer outra atividade profissional;
- e. Ser conivente com erros, faltas éticas, violação de direitos, crimes ou contravenções penais praticados por psicólogos na prestação de serviços profissionais;
- f. Prestar serviços ou vincular o título de psicólogo a serviços de atendimento psicológico cujos procedimentos, técnicas e meios não estejam regulamentados ou reconhecidos pela profissão;
- g. Emitir documentos sem fundamentação e qualidade técnico-científica;
- h. Interferir na validade e fidedignidade de instrumentos e técnicas psicológicas, adulterar seus resultados ou fazer declarações falsas;
- i. Induzir qualquer pessoa ou organização a recorrer a seus serviços;
- j. Estabelecer com a pessoa atendida, familiar ou terceiro, que tenha vínculo com o atendido, relação que possa interferir negativamente nos objetivos do serviço prestado;
- k. Ser perito, avaliador ou parecerista em situações nas quais seus vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado ou a fidelidade aos resultados da avaliação;
- l. Desviar para serviço particular ou de outra instituição, visando benefício próprio, pessoas ou organizações atendidas por instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional;
- m. Prestar serviços profissionais a organizações concorrentes de modo que possam resultar em prejuízo para as partes envolvidas, decorrentes de informações privilegiadas;
- n. Prolongar, desnecessariamente, a prestação de serviços profissionais;
- o. Pleitear ou receber comissões, empréstimos, doações ou vantagens outras de qualquer espécie, além dos honorários contratados, assim como intermediar transações financeiras;
- p. Receber, pagar remuneração ou porcentagem por encaminhamento de serviços;
- q. Realizar diagnósticos, divulgar procedimentos ou apresentar resultados de serviços psicológicos

em meios de comunicação, de forma a expor pessoas, grupos ou organizações.

Art. 3º - O psicólogo, para ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização, considerará a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas nela vigentes e sua compatibilidade com os princípios e regras deste Código.

Parágrafo único: Existindo incompatibilidade, cabe ao psicólogo recusar-se a prestar serviços e, se pertinente, apresentar denúncia ao órgão competente.

Art. 4º - Ao fixar a remuneração pelo seu trabalho, o psicólogo:

- a. Levará em conta a justa retribuição aos serviços prestados e as condições do usuário ou beneficiário;
- b. Estipulará o valor de acordo com as características da atividade e o comunicará ao usuário ou beneficiário antes do início do trabalho a ser realizado;
- c. Assegurará a qualidade dos serviços oferecidos independentemente do valor acordado.

Art. 5º - O psicólogo, quando participar de greves ou paralisações, garantirá que:

- a. As atividades de emergência não sejam interrompidas;
- b. Haja prévia comunicação da paralisação aos usuários ou beneficiários dos serviços atingidos pela mesma.

Art. 6º - O psicólogo, no relacionamento com profissionais não psicólogos:

- a. Encaminhará a profissionais ou entidades habilitados e qualificados demandas que extrapolem seu campo de atuação;
- b. Compartilhará somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações, assinalando a responsabilidade, de quem as receber, de preservar o sigilo.

Art. 7º - O psicólogo poderá intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, nas seguintes situações:

- a. A pedido do profissional responsável pelo serviço;
- b. Em caso de emergência ou risco ao beneficiário ou usuário do serviço, quando dará imediata ciência ao profissional;
- c. Quando informado expressamente, por qualquer uma das partes, da interrupção voluntária e definitiva do serviço;
- d. Quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.

Art. 8º - Para realizar atendimento não eventual de criança, adolescente ou interdito, o psicólogo deverá obter autorização de ao menos um de seus responsáveis, observadas as determinações da legislação vigente;

§1º - No caso de não se apresentar um responsável legal, o atendimento deverá ser efetuado e comunicado às autoridades competentes;

§2º - O psicólogo responsabilizar-se-á pelos encaminhamentos que se fizerem necessários para garantir a proteção integral do atendido.

Art. 9º - É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no

exercício profissional.

Art. 10 - Nas situações em que se configure conflito entre as exigências decorrentes do disposto no Art. 9º e as afirmações dos princípios fundamentais deste Código, excetuando-se os casos previstos em lei, o psicólogo poderá decidir pela quebra de sigilo, baseando sua decisão na busca do menor prejuízo.

Parágrafo Único - Em caso de quebra do sigilo previsto no caput deste artigo, o psicólogo deverá restringir-se a prestar as informações estritamente necessárias.

Art. 11 - Quando requisitado a depor em juízo, o psicólogo poderá prestar informações, considerando o previsto neste Código.

Art. 12 - Nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, o psicólogo registrará apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho.

Art. 13 - No atendimento à criança, ao adolescente ou ao interdito, deve ser comunicado aos responsáveis o estritamente essencial para se promoverem medidas em seu benefício.

Art. 14 - A utilização de quaisquer meios de registro e observação da prática psicológica obedecerá às normas deste Código e a legislação profissional vigente, devendo o usuário ou beneficiário, desde o início, ser informado.

Art. 15 - Em caso de interrupção do trabalho do psicólogo, por quaisquer motivos, ele deverá zelar pelo destino dos seus arquivos confidenciais.

§ 1º - Em caso de demissão ou exoneração, o psicólogo deverá repassar todo o material ao psicólogo que vier a substituí-lo, ou lacrá-lo para posterior utilização pelo psicólogo substituto.

§ 2º - Em caso de extinção do serviço de Psicologia, o psicólogo responsável informará ao Conselho Regional de Psicologia, que providenciará a destinação dos arquivos confidenciais.

Art. 16 - O psicólogo, na realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias:

- a. Avaliará os riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos, como pela divulgação dos resultados, com o objetivo de proteger as pessoas, grupos, organizações e comunidades envolvidas;
- b. Garantirá o caráter voluntário da participação dos envolvidos, mediante consentimento livre e esclarecido, salvo nas situações previstas em legislação específica e respeitando os princípios deste Código;
- c. Garantirá o anonimato das pessoas, grupos ou organizações, salvo interesse manifesto destes;
- d. Garantirá o acesso das pessoas, grupos ou organizações aos resultados das pesquisas ou estudos, após seu encerramento, sempre que assim o desejarem.

Art. 17 - Caberá aos psicólogos docentes ou supervisores esclarecer, informar, orientar e exigir dos estudantes a observância dos princípios e normas contidas neste Código.

Art. 18 - O psicólogo não divulgará, ensinará, cederá, emprestará ou venderá a leigos instrumentos e técnicas psicológicas que permitam ou facilitem o exercício ilegal da profissão.

Art. 19 - O psicólogo, ao participar de atividade em veículos de comunicação, zelará para que as informações prestadas disseminem o conhecimento a respeito das atribuições, da base científica e do papel social da profissão.

Art. 20 - O psicólogo, ao promover publicamente seus serviços, por quaisquer meios, individual ou coletivamente:

- a. Informará o seu nome completo, o CRP e seu número de registro;

- b. Fará referência apenas a títulos ou qualificações profissionais que possua;
- c. Divulgará somente qualificações, atividades e recursos relativos a técnicas e práticas que estejam reconhecidas ou regulamentadas pela profissão;
- d. Não utilizará o preço do serviço como forma de propaganda;
- e. Não fará previsão taxativa de resultados;
- f. Não fará auto-promoção em detrimento de outros profissionais;
- g. Não proporá atividades que sejam atribuições privativas de outras categorias profissionais;
- h. Não fará divulgação sensacionalista das atividades profissionais.

Das Disposições Gerais

Art. 21 - As transgressões dos preceitos deste Código constituem infração disciplinar com a aplicação das seguintes penalidades, na forma dos dispositivos legais ou regimentais:

- a. Advertência;
- b. Multa;
- c. Censura pública;
- d. Suspensão do exercício profissional, por até 30 (trinta) dias, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia;
- e. cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.

Art. 22 - As dúvidas na observância deste Código e os casos omissos serão resolvidos pelos Conselhos Regionais de Psicologia, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.

Art. 23 - Competirá ao Conselho Federal de Psicologia firmar jurisprudência quanto aos casos omissos e fazê-la incorporar a este Código.

Art. 24 - O presente Código poderá ser alterado pelo Conselho Federal de Psicologia, por iniciativa própria ou da categoria, ouvidos os Conselhos Regionais de Psicologia.

Art. 25 - Este Código entra em vigor em **27 de agosto de 2005**.